

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-3-2021.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Giovane Byl, José Freitas e Lourdes Sprenger. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 036/21 (Processo nº 0134/21), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 011/21 (Processo nº 0059/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 055/21 (Processos nºs 0056 e 0181/21, respectivamente), de autoria de Fernanda Barth; o Projeto de Lei do Legislativo nº 018/21 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/21 (Processos nºs 0075 e 0055/21, respectivamente), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 054/21 (Processo nº 0180/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 035/21 (Processo nº 0118/21), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foram apregoadas: a Emenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/21; a Subemenda nº 01, assinada por Roberto Robaina, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20 (Processo nº 0159/20). Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Cláudia Araújo, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 091/21 (Processo nº 0239/20); de autoria de Felipe Camozzato, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 172, 302 e 303/17 e para o Projeto de Resolução nº 053/19 (Processos nºs 1505, 2751 e 2754/17 e 0560/19, respectivamente); de autoria de Lourdes Sprenger, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19 e para o Requerimento nº 007/19 (Processos nºs 0495 e 0058/19, respectivamente); de autoria de Mauro Pinheiro, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/18 (Processo nº 0796/18); de autoria de Mônica Leal, para o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 037/17, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 234 e 265/19, 128, 129, 130 e 131/20, para o Projeto de Resolução nº 024/20 e para a Indicação nº 054/20 (Processos nºs 2148/17, 0537 e 0626/19, 0319, 0320, 0321, 0323, 0311 e 0351/20, respectivamente). A seguir, foi apregoada declaração firmada por Reginete Bispo, informando não estar impedida de exercer a vereança a partir do dia doze de março do corrente. Em continuidade, por

solicitação de Leonel Radde, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Luiz Henrique Maladril e a João Carlos Bona Garcia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Pedro Ruas e Jonas Reis. Na oportunidade, o Presidente informou que Reginete Bispo fora empossada na vereança, do dia doze ao dia dezoito de março do corrente, em substituição a Aldacir Oliboni, em licença para tratamento de saúde, integrando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Também, Reginete Bispo pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 244/19, 029, 087 e 146/20 e 106/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 081/14, 268/19, 101/20 e 005/21. Laura Sito pronunciou-se durante o período de Pauta. Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 021/17 (Processo nº 0355/17), por vinte e um votos SIM e quatorze votos NÃO, considerando-se rejeitado o veto total oposto, após ser discutido por Pedro Ruas, Reginete Bispo, Leonel Radde e Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 064/20 (Processo nº 0158/20). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20 (Processo nº 0159/20), após ser discutido por Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Leonel Radde, Moisés Barboza, Comandante Nádia, Laura Sito, Roberto Robaina, Lourdes Sprenger, Airto Ferronato, Claudio Janta, Karen Santos, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Alexandre Bobadra, Claudio Janta, este em tempo cedido por Fernanda Barth, Matheus Gomes, Jonas Reis, Moisés Barboza, este em tempo cedido por Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, em tempo cedido por Bruna Rodrigues, e Alexandre Bobadra, este em tempo cedido por Jessé Sangalli, e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Comandante Nádia, Jonas Reis, Daiana Santos, Alexandre Bobadra, Lourdes Sprenger, Claudio Janta e Roberto Robaina. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a profissionais do sistema de transporte público de Porto Alegre. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Claudio Janta, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20, e foi apregoado requerimento de autoria de Claudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03

aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20, por onze votos SIM, vinte e um votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Claudio Janta, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Reginete Bispo e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20, por dez votos SIM, vinte e quatro votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina, votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Em prosseguimento, em face da rejeição da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20, o Presidente declarou prejudicadas a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20, por treze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 037/21 (Processo nº 0065/21), por dezesseis votos SIM e quinze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Jessé Sangalli, Laura Sito, Pedro Ruas, Claudio Janta, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra, Pedro Ruas e Reginete Bispo, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, por dezessete votos SIM e dezesseis votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Daiana Santos, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger,

Matheus Gomes, Moisés Barboza, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 222/16 (Processo nº 2220/16). Em Discussão Geral, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/16 (Processo nº 0179/16), discutido por Pedro Ruas, Aírto Ferronato, Claudio Janta e Comandante Nádia. Na ocasião, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Moisés Barboza. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/19 (Processo nº 0407/19), o qual, após ser discutido por Pedro Ruas, teve sua discussão adiada, por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Lourdes Sprenger. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/19, o qual, após ser discutido por Pedro Ruas e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Claudio Janta, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Matheus Gomes, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Leonel Radde e Lourdes Sprenger, teve sua votação suspensa em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Luiz Henrique Lamadril, policial -- através desta homenagem, homenageio todos os policiais e todas as vítimas da Covid --; e do Sr. João Carlos Bona Garcia, uma das principais lideranças do MDB e uma figura muito importante para a democracia brasileira.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quero reforçar o pedido do Ver. Leonel Radde. Eu tive a oportunidade de conhecer o Lamadril em Bagé, um grande radialista,

um homem extraordinário, faleceu em virtude da Covid-19; o Bona Garcia, um amigo pessoal, um dos grandes lutadores contra a ditadura militar neste País, também vítima da Covid-19. Então reforço o requerimento do Ver. Leonel Radde, que tem muita pertinência e é extremamente devido e necessário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos matéria a ser apregoada, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo declaração firmada pela suplente Reginete Bispo, informando não estar impedida de exercer a vereança a contar de 12 de março de 2021, em retificação ao informado pelo líder da bancada do PT, em 09 de março de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos que dar posse a alguém, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há necessidade de posse. Como a Ver.^a Reginete Bispo está assumindo pela primeira vez, ela teria posteriormente o direito a uma fala de cinco minutos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Caso a vereadora tenha interesse é só se manifestar.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde a todos os nossos colegas, à direção da Casa; eu redigi um documento que eu gostaria de fazer uma breve leitura aqui para vocês. Nós vamos encaminhar hoje ainda, colocando no SEI, um documento que nós elaboramos, que é uma solicitação ao Conselho Regional de Medicina. Vou fazer a leitura do documento agora. (Lê.):

“Considerando as diversas declarações de membros deste conselho, veiculadas na imprensa e reproduzidas por autoridades municipais e estaduais, muitas dessas com enorme divergência entre si; considerando as medidas políticas e judiciais que vêm sendo promovidas no sentido de limitar a liberdade dos médicos de prescrever o tratamento que julgarem melhor adequado, e considerando que o Poder Legislativo precisa exercer seu poder de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, munido das melhores informações técnicas possíveis, eu, Ver.^a Fernanda Barth, subscrevo e respeitosamente solicito esclarecimentos sobre a posição oficial do Cremers acerca dos respectivos assuntos: 1) Tendo em vista o Parecer nº 004/2020, do Conselho

Federal de Medicina, qual o posicionamento deste Conselho Regional de Medicina em relação à prescrição, por parte dos médicos da hidroxicloroquina e cloroquina no tratamento da Covid-19? 2) Qual a posição institucional do Conselho frente às declarações de certos membros com vistas a constranger médicos, inclusive, chamando um colega do quadro de curandeiro? ”

A gente vem através desse documento, então, solicitar um posicionamento oficial do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul acerca destes dois temas e estaremos incluindo isso oficialmente no SEI, hoje, solicitando o encaminhamento ao Conselho Regional de Medicina. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde a todos e a todas, uma saudação ao Presidente Márcio Bins Ely, aos meus colegas vereadores, em especial à minha Bancada do Partido dos Trabalhadores que me convocou para neste momento estar aqui nesta trincheira, junto com todos vocês, fazendo a boa luta; uma saudação especial também para a bancada de negras e negros que compõem esta Câmara, da qual eu venho me somar para fazer a boa luta no sentido de termos uma cidade antirracista, antimachista, uma cidade totalmente voltada para os direitos humanos.

Eu quero dizer, Presidente, colegas e companheiros, que disputei as eleições num coletivo com cinco mulheres negras, porque acreditamos que a forma de fazer política com justiça e dignidade é de forma coletiva, sempre pensando na coletividade e tomando decisões coletivas, mesmo aquelas que são decisões individuais têm que passar necessariamente por uma reflexão coletiva. Assumimos o compromisso com os nossos eleitores, com a cidade, com o nosso partido. Recebemos 4.008 votos e queremos fazer justiça a esses 4.008 votos, aqui reafirmando o nosso compromisso de lutar e trabalhar para uma cidade que olhe para sua gente, garantindo acesso à moradia, acolhendo imigrantes e refugiados, uma cidade que cuide da sua gente, fundamentalmente defendendo o SUS e políticas de inclusão de mulheres, idosos, negros, negras, uma cidade segura e antirracista, que a gente tenha uma segurança pública que proteja as pessoas e que faça o enfrentamento à criminalidade de fato, uma cidade que crie oportunidades, especialmente neste momento em que a gente vive uma profunda dor ao ver o sofrimento do nosso povo, com altos índices de desemprego – hoje são mais de 14 milhões de desempregados, com um alto índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; quase 70 milhões de pessoas. Então, nós temos um desafio enorme de não permitir que o nosso povo, que a nossa gente passe fome, porque as pessoas estão com fome, e nós precisamos estar atentas a isso, criando oportunidades; uma cidade que valorize a educação em todos os níveis, tenha a educação como um elemento fundamental de constituição de cidadania, que seja acessível e seja inclusiva, garantindo àquelas pessoas que têm deficiência, portadoras de deficiência, o livre acesso pela

cidade, que valorize a cultura. Não existe sociedade, não existe cidade sem cultura, fundamentalmente aquelas culturas marginalizadas. A gente trabalha pelo reconhecimento das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, de matriz africana, e todos os outros que foram, ao longo da história, inviabilizados, mas que deram uma contribuição importante e fundamental para a nossa cidade, para o nosso Estado e para o nosso País; uma cidade que proteja o seu meio ambiente.

Eu não poderia deixar de fazer referência a esses compromissos que, eu, Reginete Bispo, a Tayna Brasil, a Josiane França, a Iyalorixá Nara de Oxalá e a Karina Ellias assumimos durante o período eleitoral para qual fomos neste momento eleitas. Não poderia deixar de dizer que nós temos, neste momento que fomos convocados para estar aqui, um profundo compromisso em enfrentar, de cabeça erguida e com firmeza, as decisões na pandemia da Covid que já matou quase 300 mil pessoas no nosso País, e quase 16 mil aqui no nosso Estado. Enfrentar significa proteger as pessoas, defendendo o isolamento social, defendendo o *lockdown* neste momento, porque os hospitais estão lotados, há uma fila, um corredor de espera e, nesse corredor de espera, as pessoas estão morrendo.

Também dizer que nós entendemos, eu, na condição de senadora suplente, que, para enfrentar essa pandemia, para enfrentar essa miséria, essa crise política, econômica e sanitária em que se encontra o nosso País, nós precisamos enfrentar alguns debates nacionais como, por exemplo, a renda mínima, garantir a renda mínima para cada cidadão e cidadã deste País; garantir que o País, que o governo federal encaminhe a quebra de patentes das vacinas contra a Covid, porque somente com a quebra de patente nós vamos garantir a vacina para todas e todos, independentemente da sua idade, da sua condição social. Então esses desafios nós temos aqui junto com os nossos companheiros e companheiras, todos os vereadores e vereadoras, lutando por uma cidade antirracista, justa e igualitária. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós é que agradecemos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que, no dia 12 de março de 2021, a suplente Reginete Bispo foi empossada na vereança em substituição ao Ver. Aldacir Oliboni, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde do dia 9 ao dia 19 de março de 2021. A vereadora passou a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado Presidente, vereadores e vereadoras; sobre a fala do Ver. Leonel Radde, uma homenagem ao querido Bona Garcia, bem como ao Lamadril. Eu queria dizer, sobre o Bona o seguinte: primeiro, nós

temos um grande exemplo da nossa cidadania, da nossa juventude, um exemplo para todos nós. Eu tive a honra de ter sido seu amigo pessoal, estive com ele em alguns momentos muito importantes, muito relevantes. Em relação ao Bona, ele fez um livro, *Verás que Um Filho Teu Não Foge à Luta*; um filme extraordinário sobre a vida dele, *Em Teu Nome*. O Bona, com seus 20 anos, tomado pela necessidade de combate à ditadura militar, ele fez um confronto pesado, intenso, cívico, foi punido duramente, preso e torturado barbaramente, exilado do seu país, para o qual depois voltou. Já, posteriormente, como ele era anteriormente do MDB, ele foi diretor do Banrisul, presidiu o Tribunal de Justiça Militar. Bona Garcia trouxe da sua juventude aquela inconformidade com a injustiça e que nunca passou, ele foi até o final, um militante, um guerreiro, que mostrou para nós o que é, de fato, compromisso com o povo brasileiro. Aquela ditadura militar, que cassava, que prendia, que torturava e que matava, ele combateu duramente, fortemente, com muita eficácia. É um dos heróis do nosso tempo, é um dos heróis do nosso estado, da nossa cidade, um dos heróis brasileiros. Então, quero deixar esse registro em relação ao Bona Garcia, uma perda extraordinária, infelizmente, também vitimado pela Covid-19. Um homem que, no seu tempo fez a sua parte. Eu gostaria que todos nós tivéssemos, um dia, essa confiança que Bona tinha. “No meu tempo, eu fiz a minha parte” - ele combateu a ditadura militar em todas as suas consequências.

Outro tema, Presidente, é exatamente o que estamos vivendo, neste momento, o agravamento brutal dessa pandemia. Tivemos reuniões com o prefeito... (Problemas na conexão.) ...e temos acompanhado o prefeito, no Jornal do Almoço. Nós temos, como Câmara Municipal, a circunstância de viver um momento absolutamente singular e trágico; e nós precisamos avançar nesse sentido; e nós sabemos - as autoridades internacionais e o mundo inteiro sabe - que o Brasil hoje é uma ameaça mundial. Aqui há uma formação de novas cepas, já têm nome até, agora surgiu a quarta, que são muito mais contagiosas e mais letais. O fato de que há muito mais jovens internados é uma consequência direta desse aumento do contágio e aumento da letalidade e outras tantas doenças que não podem ser atendidas pela falta de leito. Vivemos um momento realmente trágico, as pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais. E nós precisamos fazer a nossa parte – a nossa parte é exigir da Prefeitura, do Executivo Municipal, a abertura de leitos e, de fato, um isolamento social mais efetivo, de fato. Para concluir, e que respeite essas normas internacionais, a Organização Mundial da Saúde - OMS, e todos organismos, e todos os países que têm a mesma linha: isolamento e vacinação. Nós não temos vacina. Nós estamos numa situação dramática em termos de vacina. E quando não tem vacina, tem que ter isolamento. Quem me dera ter os dois; então, fica aqui, Presidente, esse apelo, é um apelo que logo virará cobrança. Mas é um apelo também solidário ao prefeito, no sentido de que o que ele precisar da aprovação desta Casa para medidas nesse sentido, com certeza, ele terá unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde ao povo de Porto Alegre, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, venho a tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, dizer que nós estamos no momento em que é preciso que a categoria, a classe política assumam a sua responsabilidade. Ontem, computamos no Rio Grande do Sul, 502 óbitos. Sabe o que é isso? Você, cidadão que está nos assistindo, 502 pessoas morreram de Covid-19, muito pela inoperância dos governos, que não agem com energia, que não olham para a vida em primeiro lugar, estão fazendo uma falsa dicotomia entre economia e vida. Não existe diferença, uma pressupõe a outra. A economia é feita por pessoas. Por isso, essa bancada já pediu e reitera, *lockdown* já. Outra farsa, outra mentira que estão colocando na boca do povo é que já estamos em *lockdown*, não estamos em *lockdown*, estamos em paliativos, e os mortos só aumentam, os contaminados aumentam. Ontem, fomos ao Hospital da Restinga, tenda Covid-19 fechada à noite; fomos ao PA da Lomba do Pinheiro, tenda Covid-19 fechada à noite, tinha fechado antes das 20h. Estão misturando doentes, clínicos com pacientes Covid-19 no saguão desses hospitais. Mas o que é isso? A pergunta que a gente deixa para as autoridades: a Covid-19 dorme? Essa é uma das perguntas. Não precisa atender Covid de noite, em dia de semana. A outra pergunta, pode agora misturar pacientes clínicos com paciente Covid nas emergências? Abandonaram as tendas, já desde a tarde, abandonam. Eu pergunto, quem é a autoridade sanitária que está determinando isso? Porque não é possível, como é que vai combater a Covid nesta cidade, estão faltando leitos, as pessoas estão sendo assistidas em cadeiras, sentadas com respirador, quando deveriam estar recebendo tratamento de UTI, tratamento do médico intensivista, de uma equipe dedicada a salvar a sua vida. Nobres vereadores, nos perguntemos, porque que estão morrendo mais e mais pessoas, não está diminuindo? Ai, falam em desobstruir o comércio. Vai desobstruir o comércio quando fizer *lockdown* enérgico de 10,15 dias de toda Região Metropolitana para salvar o povo, e depois vai voltar tudo a funcionar. Não adianta querer trocar o pneu com a carroça andando que vai cair - a velocidade da carroça não acompanha. Então, gente, nós vimos a esta tribuna pedir que medidas sejam tomadas. Já pedimos, chamem a Força Nacional do SUS, secretário Sparta. O que falta para pedir ajuda do Ministério da Saúde, claro? São voluntários que podem vir de outros estados, tem um cadastro organizado pelo Ministério da Saúde para isso. Outrossim, reiteramos, a única saída, de largo prazo, é a vacina. Já foi autorizado por esta Casa a compra de vacinas. Já foi feita uma minuta de intenção com os diferentes laboratórios? Como está o consórcio? Nós não vemos isso! Ontem, quero lamentar a fala do prefeito, dizendo que “sempre cabe mais um”. Prefeito Melo, com o respeito que temos pela sua eleição, agora não cabe mais nenhum no sistema de saúde, já passou de 100%. Porto Alegre colapsou e recebe doentes ainda de outros municípios, então, agora cabem medidas enérgicas. Além disso, nós defendemos, com muita nitidez, que para as pessoas ficarem em casa, elas têm que ter comida em casa pelo menos. As pessoas estão saindo para rua para procurar comida, procurar

emprego, porque não dão auxílio emergencial com força neste País, R\$ 250,00; a União é rica, a União é bilionária, é a União que fica com a maior fatia dos impostos - ela tem que entrar, sim, com dinheiro para garantir renda básica, a renda mínima, que é matar a fome do povo de Porto Alegre. Nós temos centenas de famílias na miserabilidade, vivendo com menos de um dólar por dia. Sabe o que é isso? Alimentar cinco filhos, na periferia, garantir educação e saúde, enfim. Não se garante, não se consegue, nós temos que olhar para essas pessoas, senão elas vão continuar circulando por aí e espalhando o vírus, porque elas estão em busca das suas subsistências, é a fome que está assolando. Então, o auxílio emergencial é fundamental. E pedimos, o prefeito precisa analisar isso também, através da assistência social, tem que voltar aquele processo que teve no ano passado. Nós temos que tomar a dianteira, como políticas, como políticos, a gente não pode ficar de braços cruzados esperando o vírus destruir a nossa sociedade, a nossa Porto Alegre. Quantos mais vamos ter que enterrar para a gente tomar tenência, enquanto homens e mulheres públicos que somos? Eu sei que muitos estão se esforçando para lutar, mas é preciso, agora, gente, *lockdown*, auxílio emergencial e vacina para todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, para que façamos a inversão dos trabalhos, temos que aprovar um Requerimento para passar imediatamente à Pauta, antes da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0381/20 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/20, de autoria do Governo Municipal, que altera o art. 43 e inclui os artigos 43-A, 43-B e 43-C na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social. **Com Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00225/2020-91)**

PROC. Nº 0133/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/21, que institui o Programa Municipal de incentivo ao desenvolvimento de setores estratégicos de alta tecnologia (Programa Creative) no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00054/2021-81)

PROC. Nº 0218/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que determina a afixação, pelos estabelecimentos que prestem serviços de higiene e estética para animais domésticos no Município de Porto Alegre, de comprovante de capacitação técnica dos profissionais tosadores e banhistas, em local visível ao público. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina.** (SEI 020.00020/2019-89)

PROC. Nº 0564/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que destina espaço em área da Av. Padre Cacique localizada em frente ao nº 2.000 para instalação de estátua em homenagem ao músico, compositor, radialista, ator e produtor de cinema Vitor Mateus Teixeira, conhecido como Teixeirainha. (SEI 037.00155/2019-38)

PROC. Nº 0071/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/20, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que cria o Serviço Voluntário de Capelania Escolar nas unidades da rede pública municipal de ensino. (SEI 110000145.00010/2020-13)

PROC. Nº 0223/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/20, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que inclui a efeméride Semana de Valorização da Família no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana iniciada pelo dia 21 de outubro, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Hamilton Sossmeier.** (SEI 145.00010/2020-43)

PROC. Nº 0347/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/20, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que declara de utilidade pública a Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul – Cufa-RS. (SEI 025.00035/2020-86)

PROC. Nº 0115/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/21, que altera o *caput* e o § 1º e revoga o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. (Revoga a obrigatoriedade de contratação entre a Administração Pública e a Procempa.) **Com Mensagem Retificativa nº 01.** (SEI 118.00043/2021-00)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0803/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que estabelece penalidade ao proprietário de linha telefônica

que originar ligação fraudulenta para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU – 192) ou para a Central de Atendimento ao Cidadão (118), da Empresa Pública de Transporte e Circulação, revoga a Lei nº 11.144, de 21 de outubro de 2011, e dá outras providências. (SEI 118.00058/2021-60)

PROC. Nº 0636/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/19, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui o evento Semana Municipal do Lixo Zero no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na última semana do mês de outubro. (SEI 161.00043/2019-33)

PROC. Nº 0259/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/20, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que fixa em 40% (quarenta por cento) o percentual para o cálculo do adicional de insalubridade devido aos profissionais da saúde e aos trabalhadores de atividade essencial vinculada à saúde do Município de Porto Alegre, excepcionalmente enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020. (SEI 161.00037/2020-10)

PROC. Nº 0027/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui a efeméride Dia Municipal das Crianças e dos Adolescentes Desaparecidos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de maio. (SEI 138.00002/2021-95)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde para os colegas vereadores, e a quem nos acompanha aí em casa; hoje, é de fato um dia bastante triste na nossa luta contra a Covid, contra a pandemia. Ontem, registramos aí quase 2.800 mortos no País, onde 502 mortos foram no Rio Grande do Sul, sendo 82 aqui de Porto Alegre. Nós tivemos mais mortos em nosso Estado, do que Portugal e o Reino Unido juntos. Isso demonstra a falência das estratégias até aqui colocadas de enfrentamento, se assim podemos dizer, de forma generosa, à Covid. O boletim divulgado pela Fiocruz aponta o maior colapso sanitário e hospitalar da história. Isso é resultado, obviamente, do negacionismo, do desprezo à ciência, das políticas voltadas somente ao mercado, e ficou muito nítido que muitas dessas mortes poderiam ser evitadas se tivéssemos uma outra postura frente ao cenário que está colocado. Isso para mim fica muito nítido. Aqueles que querem subverter a falta de enfrentamento à Covid, de enfrentamento à pandemia, colocando outras centralidades na pauta, de fato têm uma responsabilidade com as mortes que estão postas. Aqui, junto aos debates que temos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, vamos discutir os projetos que estão na Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Claro, Presidente. Claro, se o senhor estiver assegurando meu tempo, Presidente, eu vou até o fim da minha fala, provavelmente chegarei na Pauta. Muito obrigada.

Então certamente é de responsabilidade, sim, daqueles governantes que estão apresentando uma agenda que se coloca em segundo plano o tema da saúde, de fato, a defesa da vida dos nossos cidadãos, eles têm responsabilidade sobre as mortes colocadas. Em Porto Alegre cresceu o número de contágios, de óbitos e os leitos estão em mais de 110% ocupados; nós temos crise de respiradores, de ambulâncias para translados, de procedimentos nas nossas UPAs, e nós ainda ouvimos uma fala do prefeito que é absurda: de que nos hospitais sempre cabe mais um; sempre cabe mais um onde? A banalização da vida nos levará até que ponto? Nós não temos outra saída senão *lockdown*, senão uma forma enérgica de contenção da circulação das pessoas, da circulação do vírus. Eu estava vendo uma pesquisa, antes de vir aqui para a sessão, do economista Angus Deaton – que já ganhou até um Nobel –, que estava colocando uma questão muito importante, um gráfico que mostrava a recuperação econômica dos países que conseguiram conter a curva de mortos em decorrência da Covid, mostrando que aquela fala de “deem sua vida para preservar a economia” é uma falácia, além de perversa ela é ineficiente.

Exatamente por isso, caros colegas, acredito que manter a urgência de projetos como o do Previmpa e como o da Procempa é uma barbárie, é uma total incompreensão do momento em que nós vivemos, uma total banalização da compreensão da vida e do momento em que todos nós vivemos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Este é o período para debater os projetos!

VEREADORA LAURA SITO (PT): É período de Pauta, vamos debater os projetos em Pauta, está dentro do tema a gente debater a importância de estarmos tendo, na nossa pauta, um projeto tramitando que retira direitos dos trabalhadores que estão na linha da frente sob a Covid, é de uma de uma total insensibilidade, de uma total incompreensão do momento em que nós vivemos na cidade, no País e no mundo. É exatamente por isso eu queria aqui fazer, mais uma vez, esse registro, muitas pessoas acompanham os nossos debates aqui na Casa, e nós não podemos, em momento algum, parecer... E me inscrevo para falar pelo PT; pode falar, Ver. Felipe Camozzato, nós não estamos aqui fazendo demarcações políticas, nós estamos falando, de fato, da realidade que nós vivemos, e a realidade é que o Brasil é o epicentro da pandemia no mundo e, nós, do Rio Grande do Sul, vamos virar o epicentro da pandemia no Brasil, e em Porto Alegre nós temos uma política também genocida que não se responsabiliza por conter a circulação de um vírus que já atingiu tantos entre os nossos pares. Ou nós assumimos a responsabilidade e ordenamos uma pauta de debate, comprometida com a defesa da

vida, ou nós estaremos fugindo da responsabilidade que deveríamos ter como prioridade, enquanto representantes da população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Questão de Ordem): Presidente, queria manifestar, nesta questão de ordem, que acho inadmissível que usemos o período de Pauta para tratar de assuntos alheios ao que diz a nossa Pauta. Respeito a posição política da Ver.^a Laura Sito, ela tem todo o direito de fazer sua manifestação política, suas análises, mas existem tempos regimentais para cada coisa na Câmara Municipal. Peço que a gente cumpra aquilo que diz o Regimento. Existem os tempos para fazer avaliações políticas, para fazer o discurso, enfim, e não é o tempo de Pauta; o tempo de Pauta é para discutir os projetos que estão na Pauta, eles foram lidos, inclusive, pelo nosso diretor legislativo, eles constam nos nossos documentos que organizam a presente sessão e, se nós formos usar o tempo de Pauta para falar sobre tudo aquilo que nós sentimos com relação à política municipal, estadual, nacional, nós vamos ficar aqui, os 36 vereadores, usando 5 minutos cada um, mais o tempo de liderança, enfim, não vão ter fim as nossas sessões. Então peço, com esta questão de ordem, que nos atenhamos ao que diz o nosso Regimento e façamos o uso do tempo de maneira correta. Muito obrigado, Presidente, espero que seja encaminhado e gostaria que fosse cumprido, conforme determina a nossa regra.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Diretor, por gentileza, façamos a chamada para entrar na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h08min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Eu gostaria de reiterar aos vereadores que, porventura, quiserem falar no período de Pauta, enfim, que se inscrevam quando abrirmos as inscrições. Acho que o Ver. Matheus Gomes acabou se inscrevendo depois que já tínhamos aberto a chamada para a Ordem do Dia – apenas para constar, para que não se perca a oportunidade de todos poderem se manifestar.

Em discussão o PLL nº 021/17, com Veto Total.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLL nº 021/17.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0355/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 021/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a Política Municipal de Assistência à Saúde de Alunos com Diabetes nas escolas da rede municipal de ensino. **(SEI 014.00048/2020-66)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-21 (terça-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 021/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores; este projeto do Ver. Aldacir Oliboni, é um projeto que eu acompanhei quando da sua feitura. Eu não era vereador nesse período, mas acompanhei, porque conversei com o Ver. Oliboni, foi uma coincidência, enfim, e ele é um projeto muito bem elaborado, muito bem feito de ponto de vista formal, inclusive, mas o seu grande mérito é o seu conteúdo: ele trata de uma assistência especial para as crianças com diabetes. O diabetes é uma doença que, via de regra, normalmente, se adquire depois dos 25 anos – a maior parte dos diabéticos o são pelos hábitos alimentares e de vida e não propriamente por genética –, mas há um pequeno setor, um número menor que, infelizmente, é composto por crianças que já nascem com a doença. Essas crianças sofrem muito, primeiro porque a descoberta disso é demorada, não é simples, quanto mais humilde a família mais difícil é a descoberta, e segundo porque o tratamento é muito complexo. Só o tratamento com insulina, que são injeções que as

peças tomam, via de regra, na barriga, para a criança é muito difícil, é muito penoso. O que o Ver. Oliboni buscou foi uma atenção maior do Município para essas crianças, e eu não sei o porquê deste veto, não vejo como teria ocorrido. Na verdade, por falha minha, eu não identifiquei se este veto era do prefeito anterior ou do atual prefeito, não identifiquei, mas não importa, o que importa é que o veto seja derrubado, porque o projeto é formalmente correto e o seu conteúdo extremamente necessário. Então, encaminho pela derrubada do veto, voto no projeto. Vou encaminhar mais tarde, mas nesse sentido. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLL nº 021/17, com Veto Total.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Presidente, colegas, eu me inscrevi para defender a derrubada do veto ao PLL nº 021/17, de autoria do Ver. Oliboni, porque eu li o projeto e ele é um projeto lindo, consistente, ele trata do cuidado de crianças com diabetes na rede escolar, na rede pública escolar, e são medidas simples, preventivas, como, por exemplo, fazer a testagem de diabetes, que é um teste simples; a outra é orientar os pais, as famílias e a comunidade sobre a prevenção e os cuidados com o diabetes nas crianças, na infância. Abre para que ONGs e sociedade civil possam ter participação na escola. É um problema sério de saúde, porque o diabetes, quando avança... Quem de nós – especialmente as famílias negras, que têm muitos diabéticos na família – sabe as consequências do diabetes? Então se a gente puder prevenir, oferecer o cuidado e o tratamento adequado para as crianças no início do diabetes, vai prevenir uma série de consequências na juventude e na vida adulta. Eu me inscrevi para pedir a derrubada do veto, porque trata-se de um projeto simples, bonito e de alta relevância na prevenção ao diabetes e de alta relevância para a saúde pública. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 021/17, com Veto Total.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Tenho acordo com o que foi falado, tanto pela Reginete, quanto pelo Ver. Ruas, quero saudar também a iniciativa do Ver. Oliboni, que tem preocupação com a saúde dos porto-alegrenses, principalmente das crianças, e principalmente das crianças que vivem nas periferias. O diabetes é uma doença grave, uma doença que, se não tratada de forma adequada, pode trazer diversas sequelas, inclusive o óbito, e é importante que, através do poder público, nós tenhamos esse acompanhamento e que a Prefeitura faça essa política de conscientização, de acompanhamento dos tratamentos, os protocolos adequados para que nós não tenhamos,

inclusive, se a gente for pensar em questões orçamentárias, depois, um gasto ainda maior no sistema de saúde, em hospitalizações, em amputações, em tratamentos de visão, que são danos causados pela doença quando não tratada de forma adequada. Saúdo, mais uma vez, a iniciativa do Ver. Oliboni, pedindo a aprovação desta lei, com a retirada do veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está fazendo uma questão de ordem sobre a discussão dos vetos, se é encaminhamento ou discussão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O veto comporta, tanto discussão geral, como encaminhamento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 021/17, com Veto Total.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, colegas, eu me inscrevi para falar um pouco sobre o projeto, e a importância dele – é bom retomar a importância deste projeto. Eu, como professor que sou há 12 anos, do magistério público, e também estudioso da educação, sou doutor em educação e a gente busca sempre aprender mais para ver como se constrói o conhecimento junto aos alunos. E nós temos vários alunos, cada um com as suas idiossincrasias dentro das escolas; e os alunos com diabetes existem - dentre os humanos o diabetes do tipo 1 acomete de 5 a 10% dos casos, e dentro desses casos estão as crianças. Então, o tipo 1 é o que acomete as crianças, e o que o projeto de lei prevê, por isso a sua importância? Ele prevê que se tenha uma política municipal, que se constitua essa política de assistência à saúde desses alunos, que não tenha discriminação com esses alunos, que seja orientativo, que possa ter um acompanhamento para esses alunos, que a oferta de alimentação possa ser diferenciada também para esses alunos, que a organização, manutenção e a atualização do cadastro de alunos também preveja essa questão do diabetes e que seja feita orientação às famílias, porque sabemos que muitas vezes as famílias não têm acesso ao conhecimento. Então, a escola também é um espaço para acessar o conhecimento de saúde. Então, diagnosticar as crianças, se têm ou não diabetes. Esse projeto prevê tudo isso, e vejam o quão ele é importante para a gente não só garantir o direito à vida, mas garantir o direito à vida para algumas crianças que estudem com qualidade de na escola, e ele prevê, fundamentalmente, a inclusão, é um braço de inclusão para dentro da escola. Por isso que eu faço esse apelo ao plenário, que a gente derrube esse Veto, e aprove esse projeto, porque é um projeto, inclusive, para as crianças que virão no futuro. A gente sabe que a questão do diabetes não é uma questão simples, é uma questão complexa e leva muita gente à morte no Brasil. Então, faço novamente este apelo para que possamos derrubar esse Veto, pelo mérito, que é tão grande desse projeto

de lei do Ver. Oliboni, que infelizmente, vejam só, que contradição da vida, ele está tendo que combater uma doença, em casa, está fora aqui do espaço; que volte logo o Ver. Oliboni e a gente possa derrubar esse Veto, também em homenagem à sua luta, e que ele vença a Covid e volte logo para cá. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Não há mais inscritos para discutir o PLL nº 021/17, solicito ao nosso diretor legislativo que procede à chamada para votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal o PLL nº 021/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** o projeto por 21 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLL nº 021/17 e rejeitado o Veto Total a ele apostado.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Como diabético que sou, e pelo parecer do Ramiro, em uma homenagem ao Oliboni, votei “sim”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Fui informado que já há a distribuição dos testes, por isso votei “não.”

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Por vício de iniciativa, votei “não”, apesar de achar muito meritória a proposta.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu votei “não”. Esse serviço já existe pela Prefeitura, existe nos postos, então “não”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Por já ter esses serviços na saúde, votei “não”.

Vereadora Mônica Leal (PP): A condição social das pessoas é um empecilho para a prevenção do diabetes. Eu vejo aqui o parecer do Procurador: consoante se infere no exposto, a matéria objeto de proposição se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação sob tal enfoque. Então eu votei “sim”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): O projeto não é inconstitucional, mas é aquele tipo de projeto que “chove no molhado”, afinal de contas, ele não vai mudar em absolutamente nada a realidade já existente no Município. E por não considerar esse tipo de projeto proveitoso ao tempo dos vereadores, eu votei “não”.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, eu quero fazer um comentário aqui, eu acho o projeto bom, projeto bacana, embora haja dúvida quanto à constitucionalidade, mas eu tenho informação de que esse serviço já existe na Prefeitura de Porto Alegre. Então, se o Município já oferece o serviço, há dúvida quanto à constitucionalidade - eu acho o projeto bom -, mas vamos direto ao ponto, sem demagogia aqui, o que está acontecendo? Alguns vereadores estão colocando projetos bons, e é obvio que votaríamos “sim”, mas estão fazendo coisas “para inglês ver”, para jogara para a torcida, para depois fazer cara contra nós, não é justo isso! A gente combina uma coisa; fazem um *card* nos denotando. O projeto é muito bom, mas a Prefeitura já faz esse serviço! Já presta! Então, por que eu votar sim? Só para o vereador fazer uma onda; e se a gente vota “não”, para um projeto que é absolutamente desnecessário, fazem um *card* nos detonando. Pessoal, vamos fazer a coisa séria e vamos conversar com os vereadores e explicar cada projeto. Desta vez o meu voto foi “não.”

VEREADOR PEDRO RUAS: Presidente, pelo nosso Regimento Interno, a Justificativa de Voto deve ocorrer após a votação e mediante Requerimento. O que nós temos visto, e a questão agora levantada pelo Ver. Alexandre Bobadra deu um belo exemplo, é que a Justificativa de Voto. A exposição de motivos do voto tem ocorrido durante o voto, o que contraria o Regimento Interno totalmente, que é posterior à votação. Além disso, não há sentido me parece, e não é regimental, é uma questão óbvia, em querer fazer o julgamento do autor de um projeto para votar o projeto. O vereador diz que o projeto é bom, mas que o autor é isso, é aquilo, quer aparecer; quem é o Ver. Bobadra para julgar alguém aqui, com todo o respeito. Não vai julgar ninguém, não pode julgar ninguém, não é o papel dele aqui, de vereador, também não é o papel dele encaminhar a exposição de motivos, a justificativa de votos, durante a votação, o Regimento proíbe isso. E V. Exa., que tem sido importante na aplicação do Regimento, quando solicitado, tem dado bastante ouvidos a isso, com razão, e ouvimos V. Exa., e acho que, nesse sentido também, há um tempo para encaminhar, há um tempo para discutir o projeto. V. Exa. mesmo encaminhou no momento correto, há um tempo para encaminhar e há um tempo para votar, e para justificar o voto há um tempo também, requerendo antes, o que não foi o caso. Então, o voto é “sim” ou “não”, não há justificativa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Pedro Ruas.

Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 064/20 por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0159/20– PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 065/20, de autoria do Vereador Roberto Robaina, que cria em caráter de excepcionalidade o abono salarial aos servidores e funcionários públicos do Quadro da Saúde do Município de Porto Alegre por serviços essenciais prestados no combate à pandemia do COVID-19. (SEI 050.00031/2020-72)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Adeli Sell;
- com Emenda nº 02, do Ver. Roberto Robaina;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 10-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 01-03-21 por força do art. 81 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão PLL nº 065/20. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores. Na verdade, eu gostaria de me manifestar com relação ao projeto do Ver. Robaina, porque nós tivemos agora há poucos dias uma homenagem aos trabalhadores da saúde, onde eles foram aplaudidos, e foi muito bom, muito bacana. Acho que é uma forma também de reconhecimento aos trabalhadores da saúde. Mas o que eles mais precisam neste momento é deste apoio financeiro para que eles possam se manter, porque muitos deles estão doentes, principalmente na parte da saúde mental, estão abalados, e essa doença, infelizmente, realmente ela mexe com o mental da pessoa, com a parte neurológica de cada um. Então, o que o projeto diz, pela existência provavelmente, é em função de que vai onerar o Município com valores, mas aí temos o

Fundo de Enfrentamento ao Covid, e esse valor pode ser retirado daí, porque diz no projeto do Ver. Robaina que é em caráter excepcionalidade o abono salarial aos funcionários públicos do quadro da saúde do município, por serviços essenciais prestados ao enfrentamento da Covid. Ou seja, não é para sempre, é uma coisa emergencial para ajudar aos trabalhadores que estão na linha de frente. Eu tenho um projeto também que dá 40% da insalubridade, eu acho que desta forma, nós poderemos, sim, apoiar os trabalhadores que tanto precisam, neste momento, deste apoio financeiro. Eu voto pela aprovação do projeto, e parabéns ao Ver. Robaina.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, é importante registrar que esse projeto tem um caráter provisório, e nós vivemos um momento onde quase tudo o que se conhece mudou, e quase tudo que não se conhece nos assusta, mas nós sabemos também, e isso é um consenso mundial, chega aos países, aos estados e a Porto Alegre também, que esses trabalhadores de ponta, da área da saúde, são os que mais sofrem. Entre todos nós, são os que, pelo seu tipo de atividade, estão expostos, e essas pessoas não têm um grau de conhecimento, algum nível de incentivo para uma atividade tão penosa, tão dura, tão difícil. Aliás, o adicional de penosidade, previsto pela Constituição Federal de 88, nunca foi regulamentado, e essa é uma forma de ter, de acordo com a Constituição, um adicional que se chamaria de penosidade, porque é um trabalho penoso, difícil, e que traz muitos transtornos físicos, até no nível de risco da doença, e como disse muito bem a Ver.^a Cláudia Araújo, um transtorno de caráter emocional, mental. Eu conheço várias pessoas, a minha irmã que é vice-presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado, é presidente em exercício do Conselho Estadual de Saúde. Eu tenho muito contato nessa área e sei que é difícilíssima a situação de todos os profissionais. Então, o projeto do Ver. Roberto Robaina vem, na verdade, auxiliar; não vai resolver o tema do sacrifício, é claro que não, mas auxilia bastante. Acho importante, meritório, e merece a nossa aprovação, com certeza.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Muito importante a iniciativa do Ver. Robaina, principalmente para esta categoria que vem sofrendo tanto com o combate à pandemia como bem falou a Ver.^a Cláudia. Recebem aplausos, mas são massacrados, a categoria é massacrada pelas políticas implementadas desde o governo federal, passando pelo governo estadual, governo municipal, desrespeitam o básico do

distanciamento social, das medidas básicas de uso de máscaras e de investimentos em vacina. Então, uma categoria que vem sofrendo muito, tem colocado a sua vida em jogo na linha de frente e precisa pelo menos mitigar as suas dificuldades, pessoas que estão na linha de frente, saindo de suas casas, retornando. Muitos vieram a óbito, outros tiveram casos graves da Covid e mesmo assim continuam, dia após dia, independente do que aconteça, trabalhando incansavelmente. Porque se essa categoria colapsar de vez, a gente vai ter um dano incomensurável para toda a sociedade. Então, parabéns, Ver. Robaina, e encaminhamos o voto positivamente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu, realmente, lamento profundamente, profundamente mesmo, que nós vereadores, ainda mais vereadores experientes, apresentem proposições que são inconstitucionais e eu lamento muito que as pessoas façam isso, talvez, não digo que seja isso, mas na esperança de agradar o setor. As ideias podem ser muito boas, mas dar abono salarial não é competência de vereador! Senão a gente escolhe aí, vou dar um exemplo aqui, sem autorização, o Bobadra amanhã apresenta um abono salarial para os funcionários da Guarda; não pode fazer isso, gente! Eu não posso, por mais que eu tenha passado dez dias vendo o sacrifício, a dor e até, às vezes, a alegria desses servidores da saúde quando um paciente vai para o quarto como eu. Mas eu não mentir para eles que eu, como vereador, tenho o poder constitucional... (Problemas na conexão.) ...os vereadores que sabem disso deveriam, não sei se vocês estavam me ouvindo desde o início... Os vereadores que têm conhecimento disso, gente, por favor, não enviem projetos que sabem que são inconstitucionais. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés Barboza. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente Márcio, é um prazer estar novamente nesta Casa Legislativa, cumprimento os colegas vereadores e vereadoras e quem nos acompanha pela rede. Olha, infelizmente, mais um projeto demagógico! Um projeto que é para largar para a torcida, está jogando com a torcida, brincando com uma coisa tão séria. Saúde pública, não se brinca nem hoje, nem ontem e nem amanhã. Estamos passando por uma pandemia e ninguém tem dúvida aqui sobre a importância dos profissionais da saúde, sejam médicos, sejam enfermeiros, sejam agentes que cuidam do dia a dia das casas. Agora,

eu gostaria, sim, que o Ver. Robaina, proponente desse projeto demagógico, nos falasse e nos indicasse de onde vai sair o dinheiro, de qual rubrica. Porque é fácil fazer projetos que não vão dar em nada e pior, que amanhã vai ter o *card* que vários vereadores estão falando. Vai ter o *card*, porque esse é o jogo sujo que alguns vereadores desta Casa gostam de fazer. Fazer “cardzinho” dizendo que a Comandante Nádia e outros vereadores não gostam dos profissionais da saúde. Ora bolas, é uma vergonha, Presidente Márcio, é uma vergonha, porque, além de ter vício de origem, que o vereador deveria estudar bem, que quem concede abono, quem tem alguma questão financeira e orçamentária é o Executivo. E é uma vergonha também, porque, além dos profissionais da saúde, nós temos também vários profissionais que não pararam. Os agentes do DMLU que recolheram o lixo das casas e que é uma questão de saúde, a Guarda Municipal que não parou um instante, o DMAE... Todos merecem um abono salarial. Só que a realidade que nós temos que ver é outra. Tem vereador nesta Casa brincando, brincando e jogando com a torcida com projetos que não têm nenhuma fundamentação. Se fosse assim, deveria também o Estado, na Assembleia, ter feito um projeto de abono para os policiais militares que não pararam nenhum momento de cuidar da segurança de todos os gaúchos e as gaúchas. Agora, vem novamente um vereador de um partido que está sendo genocida ao não deixar que tenha remédios nos postos de saúde para o tratamento da Covid-19, fazer brincadeira aqui conosco. Por óbvio que o meu voto vai ser “não”, mas o “não” é para o Ver. Robaina, que está brincando com a saúde das pessoas. O “sim” e os meus parabéns são para todos os agentes de saúde que continuam fazendo o seu melhor durante esta pandemia e que eles, sim, merecem todo o nosso respeito. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Ver. Roberto Robaina por levantar um debate que é acima de tudo simbólico do cuidado com aqueles que têm dedicado a vida em estar na linha de frente num momento tão difícil. Mais do que sobre eles, isso fala muito dos sinais que nós emitimos à sociedade também. Enquanto nós tivemos, nos últimos anos, um total desmonte da Atenção Primária na cidade, o próprio tema do IMESF é central nisso, em que nós vimos discursos de uma política genocida oferecendo medicamentos que não têm eficácia, em que nós ouvimos nesta Casa, semanas atrás, do líder do governo uma fala desmerecendo os trabalhadores da saúde, atacando a diretora do Hospital de Clínicas. Vimos inúmeras vezes aqui a sustentação de uma forma de enfrentar a crise que nós vivemos, uma forma mortífera, perversa; as carreatas da morte incentivadas por alguns colegas vereadores daqui são a prova disso. Portanto considero pertinente o projeto do Ver. Roberto Robaina, considero simbólico. Nós estamos aqui num processo, no País, onde alguns têm sangue nas mãos e é importante que nós digamos isso. É

importante também que a gente também simbolize em ações o reconhecimento daqueles que têm estado de forma tão abnegada, tão exaustiva, garantindo a vida enquanto nós vivemos o terraplanismo do debate político nos nossos municípios, no nosso País, e aqui em Porto Alegre infelizmente vivemos exatamente esse cenário. Portanto parabênzo o Ver. Roberto Robaina e apoio sua iniciativa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras; quero também agradecer as palavras da Cláudia Araújo, do Pedro Ruas, da Ver.^a Laura, do Ver. Radde, nosso camarada amigo da polícia. Eu considero que o fato de nós realmente valorizarmos a saúde, os servidores, ele tem que se materializar em ações concretas. Na legislatura passada, a Câmara dos Vereadores chegou a discutir fazer uma estátua para os profissionais da saúde. Eu me lembro que eu comentei na época com vários servidores sobre esse projeto, realmente caiu pessimamente mal, mas ali era uma ideia. O Janta teve essa ideia, é uma ideia que tentava valorizar de alguma forma, eu não vou ficar questionando, mas agora é uma proposta concreta, é uma proposta factível. Os grandes meios de comunicação falaram em aplaudir os servidores da saúde. A Cláudia Araújo, que é uma vereadora sensível, que é da base do governo, portanto essa não é uma questão que necessariamente deveria dividir oposição e situação, ela conhece a área da saúde, portanto ela sabe que essa necessidade é premente. Eu, quando escuto o Moisés, esse argumento de que o projeto não é constitucional, a gente sabe que isso não é verdadeiro. Primeiro, porque é uma medida emergencial, tem um caráter de urgência, é uma questão excepcional. Segundo, porque é um projeto que, na medida em que o Executivo encampa, só o fato de o Executivo sancionar, tira qualquer inconstitucionalidade. E esse tipo de projeto é um projeto que só pode ser levado adiante se o Executivo quiser, se o Executivo tiver vontade política. Nós aqui, na Câmara de Vereadores, em tese, deveríamos estar fazendo isso, deveríamos nos comportar como um poder independente tratando de, na medida do possível, auxiliar o governo, auxiliar a cidade. Este projeto tem esse objetivo, simples assim, um abono, sendo que os recursos para esse abono são ínfimos, pois nós estamos falando só dos profissionais ligados diretamente ao tratamento da Covid-19, nós não estamos falando de todos os profissionais da saúde. Evidentemente que cada um julga como quiser, quer dizer, se tem vereadores que acham que a hora agora é de um abono emergencial para segurança, que proponham. Eu acho que depois eles vão ter que fundamentar por que só os da segurança. Eu creio que da saúde, sim, no caráter excepcional, os da saúde merecem pelas razões óbvias que nós estamos tratando todos os dias. O Moisés, nesse caso, faz um discurso com muita lamentação, mas eu vejo que o Moisés, ao fazer a intervenção como ele está fazendo, atuou de modo ingrato, para ser muito sincero com

Moisés também. Fica falando que alguém aqui está fazendo demagogia, pois eu estou dizendo que para o Moisés está faltando sensibilidade com os profissionais da saúde. A Câmara dos Vereadores deveria votar unida este projeto, e se ela votasse unida, não seria um projeto meu, do Roberto Robaina, seria um projeto da Câmara. Eu seria o primeiro a dizer, porque eu sei que uma votação como essa só pode ser aprovada se ela tem a sensibilidade dos vereadores. Eu sei que a minha posição é minoritária na Câmara. Eu sou muito consciente da minha posição minoritária na Câmara. Então, quando eu apresento um projeto como esse, eu sou obrigado a reconhecer que ele só tem condições de ser aprovado se houver a sensibilidade da maioria dos vereadores. E a maioria dos vereadores, por sinal, compõe a base do governo. Então, qualquer um teria que reconhecer que é a base do governo que garantiu a aprovação desse projeto e é o governo que garante o pagamento desse projeto. Os valores são muito pequenos. Eu não vou nem responder - eu vou ser sincero -, à Comandante Nádia, porque a Comandante Nádia é a expressão no interior do governo, e eu espero que o Melo, uma hora, se dê conta que não é mais o caminho, que é a aliança do Sebastião Melo - um político que lutou contra a ditadura militar - com o bolsonarismo em Porto Alegre. O espaço político de uma vereadora como a Comandante Nádia vai terminar. Já está terminando, aliás. O espaço, ela que aproveite. O espaço político da extrema direita, do irracionalismo em Porto Alegre, vai diminuir. Ele cresceu por uma série de fatores, cresceu por decepção com o governo do PT, cresceu porque toda uma parte da burguesia brasileira apostou no Bolsonaro, acreditando que o Bolsonaro poderia ter algum nível de racionalidade e o Bolsonaro provou não ter. A prova de que ele não tem é esse tratamento precoce que a vice-líder do governo, isso que me chama atenção, eu falo da Comandante Nádia não pelo fato de ela ser uma vereadora, só, eu respeito todos os vereadores, mas eu falo porque ela é a vice-líder escolhida pelo governo. Então, ela, supostamente, teria que ser um elemento de diálogo na Câmara dos Vereadores, coisa que o Sebastião Melo, na verdade, isso eu não posso reclamar, dialoga bastante, conversa, escuta, trata com respeito a divergência. A sua vice-líder não faz isso na Câmara de Vereadores. Espero que não seja uma divisão de trabalho: tratar com educação via Executivo e ser mal-educado no Legislativo. A gente tem que se respeitar, mas para a gente querer respeito, a gente tem que também dar respeito, mas a Comandante Nádia infelizmente atua de modo sempre desqualificando. Olhem o que ela falou, a barbaridade que ela falou, que o PSOL é um partido que tem posições genocidas. Terminei dizendo isto, Márcio, a proposta é uma proposta da Câmara dos Vereadores, caso ela seja aprovada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. A Ver.^a Lourdes está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores, vereadoras; gostaríamos, sim, de fazer essas gratificações, vamos dizer assim, não abono, a várias categorias profissionais, a vários profissionais, mas nós

temos que ter a contrapartida. Nós temos que ter a origem dos recursos. E este projeto cita ainda a LOA de 2020, que já passou. Então, não tem como contemplar. Não considero simbólico; simbólico, se fosse um indicativo. Ele é um projeto de lei do Legislativo. Então, gostaria de corrigir isto aí de ato simbólico. Reconhecer os profissionais da saúde não tem quem não reconheça, principalmente diante dessa pandemia, que muitos não se conscientizaram de usar os protocolos, o distanciamento social, e repercutiu em toda a população no mundo. Então, este projeto tem vício de origem, não é apresentar só para agradar as categorias. Eu entendo que hoje a população está muito bem informada sobre a origem de recursos, sobre a necessidade de investir na saúde sim, na saúde humana, saúde pública, mas não dessa forma, criando abonos e achando que isso é apenas uma indicação e que o dinheiro surge. Não é assim, tem todos uns trâmites, então, pode ser uma intenção positiva para os agentes, os médicos, os profissionais da saúde, mas não dá para nós, na Câmara, ficar aprovando projetos que também não são de nossa competência para depois dizer que vereadores não aprovaram, vereadores não são sensíveis. Nós todos somos sensíveis, nós estamos, aliás, todos muito sensibilizados, muito tristes com perdas que tivemos nesse período. Então, não é hora desta ação odiosa de fazer *cards* nos denegrindo por que não votamos um projeto ou outro. Isso não está tendo a repercussão que muitas pessoas esperam. Então, o meu registro é que é um projeto que não deveria ter vindo para a pauta para votação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, colegas vereadores e vereadoras, saudação aos nossos telespectadores, nossos ouvintes. Eu quero registrar que no ano passado, no período pré-eleitoral, eu havia antes disso emitido um parecer contrário ao projeto em razão da origem e fui crucificado por servidores e por muitos por aí que saíram a dizer que funcionário público não deveria votar em mim em razão de não apoiar o servidor. Até respeito a posição, acho que é alguma coisa que nos atinge, sim. E quero registrar que o projeto é meritório, o projeto tem mérito, o projeto é importante, para mim é uma sinalização, sim, de que é possível o Executivo pensar numa proposta nesses termos para todos os profissionais que atuam diretamente no combate à Covid-19. Agora, o projeto, nitidamente, com toda certeza, tem vício de origem; não cabe ao Legislativo propor pagamentos a mais a servidores do Executivo. O que cabe ao Legislativo é sinalizar, apresentar uma proposta, sugerir ao Executivo que assim faça. Então eu acredito que esse vício de origem é insanável, só nos traz ilusões, portanto, em respeito que tenho ao autor do projeto, o amigo Ver. Roberto Robaina, o meu voto continua o mesmo daquele parecer que exarei há quase um ano. Um abraço a todos. Vou votar contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu quero dizer que nesta Casa, como na cidade de Porto Alegre, acredito que não tenha ninguém que esteja menos ou mais preocupado com a pandemia. Vou fazer uma pelo aqui, estou falando isso publicamente, vamos parar de ser demagogos, vamos parar de ser hipócritas! Então, quero que aprove as minhas emendas. As minhas emendas se resumem a quê? Dar esse abono também para o pessoal que está trabalhando na limpeza pública, para as pessoas que trabalham dentro dos hospitais, para os vigilantes, para o pessoal da limpeza, para o pessoal de todas as áreas dentro de hospitais e postos de saúde. Dar esse abono também para os agentes de segurança, para os rodoviários, motoristas de ônibus e cobradores. Dar esse abono também para quem não está trabalhando, vou dar exemplos, os motoristas de Kombis escolares, que estão há um ano sem poder trabalhar. Dar esse abono aos vários setores e segmentos de bares e restaurantes que não estão trabalhando, que não conseguem trabalhar; o pessoal da área da cultura, o pessoal de entretenimento, quem tem uma pracinha dentro de um *shopping*...

Pelo amor de Deus! Vamos parar com a demagogia. Vamos ser pragmáticos. Tenho familiares meus que trabalham na saúde, tenho todo respeito às pessoas, agora, é muita demagogia. O pessoal da saúde está lá na frente, está ajudando as pessoas, mas o pessoal da saúde está recebendo. Agora, há muita gente que não está recebendo. Tem muita gente que está levando o seu sustento pedindo, mendigando na rua, porque nem grama consegue cortar, nem um pátio consegue para capinar.

Então, vamos parar com essa demagogia. Não é o momento para demagogias. Se é para fazer demagogia, a minha está feita. Estão aí as minhas emendas destacadas, vou defender todas elas, as necessidades que as pessoas têm. Esse negócio de *lockdown*, bandeira preta, isso é bom para cara que tem garantido no bolso o seu salário. Para quem chega ao banco, no final do mês, na quinzena, bota o seu cartão e retira o seu dinheiro, aí é bom. Para quem vê o seu filho em casa querendo comer, para quem vê suas latinhas vazias em casa, esse negócio de *lockdown*, bandeira preta, a bandeira que for que não permite que as pessoas tenham a dignidade de levar o sustento à sua família, isso é inadmissível! Isso é demagogia! É muito sério! É muito sério mesmo, porque nós estamos falando de vidas, de um pai que entra em um supermercado com os dois filhos no colo, chorando, pedindo um saco de arroz, um saco de feijão para levar para seus filhos. Essa é a realidade do povo! Não adianta ficar gravando vídeos em UBSs, em ônibus, tem é que ver a realidade desses cobradores e motoristas que estão há mais de um ano com o seu salário reduzido. Tem que ver a realidade desses profissionais de Kombi escolar que estão há um ano sem receber e ainda têm que pagar a prestação. Por que os vereadores não fazem um projeto, e eu fiz, fechando as lotéricas? Essa porcaria é só para receber conta, ou para retirar dinheiro das pessoas com jogos. Por que não fecham as lotéricas? Por que não tem nada aí para fechar os estacionamentos do Centro, as áreas azuis, já que não se pode trabalhar, vereadores, deixem de ser hipócritas e demagogos. Se não se pode trabalhar, não pode ter

estacionamentos; se não se pode trabalhar, não pode ter área azul. E uma série de outras coisas. Se não se pode trabalhar, não precisa ter escritório funcionando com 50%; os escritórios podem, todos, funcionarem com *lockdown*. Se não se pode trabalhar, não pode fazer concentração em garagem de ônibus, em posto de saúde, em unidades básicas de saúde, não podem fazer concentração, como querem, em audiência pública presencial. Deixem de ser demagogos! Deixem de ser hipócritas!

As minhas emendas estão aí, aprovelem as minhas emendas. De onde vai sair o dinheiro? Querem vacina? Então vamos falar por que os presidiários estão tomando vacina e quem está atuando na área de ponta, como os rodoviários, trabalhadores de supermercados, trabalhadores de farmácia, não tem direito à vacina. O que é isso? Deixem de ser demagogos, deixem de ser hipócritas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

Vereador Leonel Radde (PT): Só para não ficar propagando *fake news*, os presidiários não estão tomando vacina ainda aqui no Rio Grande do Sul. Daqui a pouco começam a rolar essas informações trocadas aí, a população começa a entrar em pânico, e não é bem por aí.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores, me inscrevi para defender esse projeto pela sua relevância e importância. Ouvi atentamente a fala do Ver. Claudio Janta, e ele faz toda uma construção de uma narrativa que defende os trabalhadores, que defende os peões, mas na hora de encaminhar qualquer tipo de ação política que combata hoje essa miséria, essa política de fome que está instalada na nossa cidade, ele nega tudo. Eu acho que nós, enquanto políticos, além de vereadores que somos, as referências políticas da nossa cidade, temos que constranger o governo Melo, para garantir o auxílio básico emergencial. Está previsto lá, na lei do Funcovid-19 que nós aprovamos nesta Casa, que teria um auxílio municipal para garantir minimamente a sobrevivência das pessoas. A gente não consegue fazer uma discussão em relação a todos os sonegadores de impostos do nosso Município, que devem bilhões para os cofres públicos, e esse recurso poderia, sim, ser utilizado para garantir abono, subsídio, renda básica emergencial, política de alimentação nesta cidade.

Então, temos alternativas. Acho que isso que o Ver. Roberto Robaina coloca é um constrangimento, e parece que o Legislativo não tem relação nenhuma com o governo Melo. E aí a gente lava as nossas mãos, porque agora o poder está mais centralizado no Executivo. Deixa ser, deixa ficar, é inconstitucional, é ilegal, mas as leis existem para garantir os direitos. Lei existe para garantir a justiça social. Se não

garantir, que se mudem as leis. Nós não podemos ficar reféns de leis que garantem a injustiça, que garantem a desigualdade, que preservem e que fazem a manutenção desse sistema tão desigual e que está em colapso. Não é só a nossa saúde que está em colapso.

Por isso, Ver. Claudio Janta, é importante as pessoas ficarem em casa, por isso que a consciência das pessoas não foi desenvolvida no sentido de elas compreenderem a situação que está colocada. A gente tem o governo Bolsonaro que é negacionista, que tira onda o tempo inteiro de todas as medidas restritivas, que tira onda da utilização do uso da máscara, Ver. Janta. Por isso é importante medidas enérgicas, porque as pessoas não estão politizadas no sentido do que é o impacto dessa pandemia. Todos os dias eu recebo mensagens no meu WhatsApp de pessoas desesperadas querendo leito. E não tem justiça para garantir um leito. Não adianta entrar com pedido na Defensoria Pública, não adianta advogados, não tem leito. E vocês querem fazer com que cai ano nosso colo de quem vive do próprio trabalho a contradição de ter que escolher morrer de vírus, porque tem que trabalhar, porque o governo não está mexendo uma palha para garantir a sobrevivência das pessoas, para garantir as restrições, ou ter que ficar em casa, em isolamento, sem as garantias básicas para a sobrevivência. Palmas, que é a valorização simbólica que está sendo propagada aos profissionais da saúde, da assistência, da limpeza, todos esses que estão na linha de frente, palmas não pagam o aluguel, palmas não põe comida na mesa. Quer fazer uma medida de valorização, proponha políticas e constranja esses governantes e esses empresários que sonogam os cofres públicos a pagarem aquilo que têm direito essas pessoas que estão dedicando as suas vidas há mais de um ano no combate desse vírus, enquanto tem políticos dizendo que tem que abrir tudo. É a minha irmã, são parentes meus que estão na linha de frente da saúde para políticos como vocês ficarem dizendo que tem que abrir tudo. Falta de respeito! A próxima vez que vier projeto de reajuste salarial para funcionários e vereadores, nós temos que reivindicar palmas, porque para nós é tudo, para o Judiciário é tudo, para os políticos é tudo, para os empresários é tudo. E para o peão, para o trabalhador, para o servidor público que está lá na linha de frente é toda essa demagogia. Demagogia é o que vocês estão promovendo. Demagogia é a forma com que vocês se comunicam com a população de Porto Alegre, de uma forma extremamente desrespeitosa, dando voltas no trabalhador, dizendo que é inconstitucional, ilegal, e, ao mesmo tempo, não movimentam uma palha para garantir direitos. Estou indignada, encaminho e saúdo o Ver. Roberto Robaina pela iniciativa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Quero cumprimentar os colegas vereadores, primeiro, saudar a fala do Ver. Claudio Janta, acho que ele foi muito feliz na sua fala, assim como a Ver.^a Lourdes Sprenger, tratando justamente da forma da matéria, extremamente inadequada àquilo que se propõe o Legislativo, e o

Ver. Claudio Janta também foi muito claro e assertivo na demagogia e no caráter populista de uma medida como essa. Eu gostaria de resgatar na fala da Ver.^a Karen Santos, acho que todos nós temos posições políticas, visões ideológicas, visões de mundo, e isso faz parte, nós estamos num Parlamento onde é natural que haja esses embates ideológicos de ideias e visões. Mas acho importante nós pontuarmos também que essas tentativas de constrangimento, em fazer política pública e dizer quem está fazendo, quem não está fazendo, ela é uma falsidade completa. Na fala da Ver.^a Karen Santos, ela expõe não uma visão ideológica, de ideias, mas, na minha opinião, ela expõe a incompetência de ler, interpretar fatos e propor soluções. Todos nós aqui trabalhamos para que o cidadão de Porto Alegre tenha melhores condições de vida, isso significa fazer com que aquele imposto que ele paga da sua vida em sociedade seja o melhor para a sua vida, para sua felicidade, para sua família. É isso que todos nós dirigimos, norteamos, ou deveríamos pelo menos nortear as ideias, projetos e decisões na hora de nossos votos.

Essas tentativas de constrangimento, de política pública forçada, de atos simbólicos são totalmente desajustadas com o instrumento formal e adequando para isso, ela não só é demagogia, como é inconsequência pura e simples. É como tentar consertar uma pia com toalha, em vez de trocar o cano. É trocar os pés pelas mãos. Resgato aqui, para não me ater só à opinião, ao que escreve o Ver. Roberto Robaina no seu projeto. “Art. 5º As despesas deste abono correrão à conta das dotações advindas do cancelamento do pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública, cuja previsão de despesa é de R\$ 311 milhões até o final do ano de 2020”. Vocês sabem quais as consequências que irão gerar com essa política de constrangimento, de simbolismos? Irá gerar uma negatização de financiamento por meio desses calotes que vocês estão querendo que se façam. Vocês estão querendo impedir que obras públicas sejam realizadas, vocês estão querendo impedir que a Prefeitura consiga buscar financiamento para conseguir tocar a execução, por exemplo, de obras de saneamento que o DMAE está fazendo para não faltar água, conseguir financiamento para obras de infraestrutura urbana das mais diversas, inclusive financiamento para a própria saúde. Então não é só demagogia e populismo, é a total incompetência, o total erro na forma de fazer as coisas com o único intuito, talvez, de gerar um meme na rede social, ou um videozinho para tirar foto, mandar para o seu sindicato dizendo que fez alguma coisa. Eu respeito as visões ideológicas, de novo, estamos num Parlamento, para isso serve o Parlamento, para debater, mas não consigo conceber simplesmente se trocar a forma de se fazer as coisas, se ainda pudessem ser de uma visão de mundo distintas, por fazer as coisas de maneira errada, que pune as pessoas, pune a cidade e isso faz uma completa confusão em tudo.

Por isso, eu encaminho e voto “não” a esse projeto, que não só é demagógico, como é errado do início ao fim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL n° 065/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu queria dizer que não tenho medo de *cards*. Sofri muito a pressão de *cards* no ano passado quando era candidato, agora não serei mais candidato, então os *cards* para mim não incomodam. Podem fazer quantos quiserem. Mas não tem como não ouvir o que disse a Ver.^a Lourdes Sprenger, brilhante, com aquela voz macia, muito competente; aquilo que disse o Ver. Claudio Janta. O Ver. Felipe Camozzato disse muito bem, o Ver. Claudio Janta foi feliz em todo o seu discurso, porque não tem como fazer demagogia com o chapéu dos outros. E é isso que o PSOL fez. E digo PSOL, Pedro, porque é projeto do Ver. Roberto Robaina e a defesa intransigente, não poderia ser diferente, dos vereadores do PSOL, a tal ponto que, aqui nas minhas mensagens, eu recebi: “Mas por que o PSOL não destinou parte, parte só, de quase R\$ 1 bilhão que recebeu do fundo eleitoral?” A fortuna que os vereadores gastaram para fazer a campanha, por que não destinaram um pouco disso para a pandemia? E a pandemia já estava forte no ano passado. A população está vendo isso. A população não é boba, ela já sabe o que é projeto demagógico, para não fazer... Porque esses são projetos para não fazer! A tal de sinalização não tem nada de sinalização. É o fotografão, fotografar e fazer vídeos, e só. Eu não acredito que o Ver. Roberto Robaina tenha tido a esperança de aprovar esse projeto. Não, Ver. Felipe Camozzato, ele nunca pensou em aprovar. Ele pensou em colocar, é um direito dele, ele é vereador da cidade, eu não tenho como negar isso. Ele é vereador da cidade, ele recebeu mais votos que eu. Em compensação a Ver.^a Comandante Nádia fez mais que o dobro dele. Ele que reclama da Ver.^a Nádia, que está terminando a carreira. Não, ela está iniciando uma grande carreira. A Ver.^a Comandante Nádia tem posição, ela fala a verdade, fala na frente, diz o que pensa, sem se preocupar se ganha ou se perde votos, e não usa o chapéu dos outros para fazer aceno. O pior momento desta Câmara é quando nós vemos vereadores fazendo tabelinha: eu aprovo o teu projeto para você aprovar o meu. Os dois são demagógicos. E nós estamos começando a olhar isso, a perceber quando as pessoas querem fazer o bem para a população e quando querem se fazer o bem. Ver.^a Karen Santos, não tente constranger o prefeito Melo, não precisa de constrangimento, quando ele pode fazer as coisas que devem ser feitas, ele faz. Ou quando ele diz que quer o diálogo, não precisa ser sempre a favor do que os outros pensam. Dialogar é cada um colocar a sua posição e ver se dá para recuar ou avançar. Bem convencido, eu mudo a minha opinião. Preciso ser convencido, mas não dá para fazer ameaças de constrangimento. Não! Os profissionais da saúde são anjos vestidos de branco, todos eles, mas não precisam de demagogia. A única coisa que os profissionais da saúde não precisam é de demagogia. Vamos parar com isso. Votaremos contra esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL n° 065/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não vou ser desta vez tão contundente, porque o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Claudio Janta e o Ver. Felipe Camozzato foram contundentes. Mas tem certas coisas que nós mesmos temos que fazer uma revisão, Camozzato, dentro da Câmara. Eu, até constrangido, muitos projetos dessa natureza encaminho como indicativo, aí o governo, se quiser praticar, porque nós damos a ideia para a sociedade de que nós podemos tudo. Ah, o vereador pode tudo, pode dar aumento para o fulano, para o beltrano, para a categoria X, Y. Não pode, não pode! É o que vocês estão dizendo, e a gente sabe, tem vício de origem. Mas aí eu suscito ao líder do governo e à própria Câmara: para o que é que nós temos projeto indicativo? Vamos regulamentar melhor. Eu nunca recebi uma resposta do prefeito sobre projeto indicativo: por que é que ele não vai fazer, que ele justifique, senão é papel para lá, papel para cá. Agora nós estamos aí, falaram que não tem televisão, mas nós queremos falar para nós mesmos, não precisa... Eu não tenho, poderia falar quando a televisão está, mas não. Outro detalhe: no mérito, não se discute. Até eu gostaria de fazer um indicativo, estou aguardando uma informação do HPS, para aumentar as horas das pessoas, o valor das horas neste tempo excepcional da pandemia. Acho... (Problemas na conexão.) ...fazer um projeto é fácil, mas passar e chegar para o plenário, como disseram para fazer, eu não vou usar essa frase, porque não há necessidade, nós jogarmos para a torcida. Lá fora é claro que vão nos cobrar: como é que vocês não nos deram aumento? Aí tu explicas que a Câmara não tem essa atribuição, não tem essa prerrogativa. “Mas como é que o fulano fez um projeto, por que é que tu não fizeste?” Nós temos que regulamentar melhor essas coisas, isso traz desgaste para a Casa, isso traz desgaste para todos nós. Eu não tenho medo de *cards*, eu vou votar contra porque... Eu sempre mando o indicativo. Como é que os outros mandam para a Casa, e a Casa aceita um projeto que é inconstitucional? Então, peço para o Presidente, peço para o líder do governo que, sempre que for indicativo, o Melo responde, o prefeito tem que responder. Há duas semanas, eu mandei um indicativo para ver a questão do ISSQN das empresas menores, dos pequenos comerciantes. Não recebi nada, nem sei se respondem, para mim, nunca responderam. Eu não disse para ninguém, mandei lá, vê se conseguem aí, neste período da excepcionalidade... O que nós não podemos passar e nós temos que ter cuidado, e é sempre assim, tu encontras na rua, de cada dez contribuintes, nove pensam que nós podemos tudo. Tem gente que me pediu até lugar nos hospitais agora, na UTI: “vereador, tu tens que me ajudar agora, estou com o pai, estou com a mãe...” Essa é a realidade, nós temos que entrar numa realidade e mostrar melhor qual a competência da Câmara. Por isso vou votar “não”. Não que não tenha mérito, tem muitos méritos, inclusive peço ao líder que dê uma estudada com o prefeito para valorizar algumas categorias médicas que estão na ponta, para valorizar esse valor das 20 horas, das tantas horas, para valorizar não como um abono, aumentar o valor das horas neste período de pandemia. Meu voto é “não”, para que nós possamos melhorar essa relação entre nós, em termos, definitivamente, a prerrogativa da Câmara, porque lá

fora eles estão achando que nós podemos tudo, isso muito advindo desse tipo de projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Apenas para informar que a televisão já voltou. Nós tivemos um problema técnico, mas a nossa equipe da Assecom, da assessoria de comunicação, deu um retorno a esta presidência, nós já estamos no ar. Ver.^a Karen.

Vereadora Karen Santos (PSOL): É justamente sobre a questão do acesso, todo o debate que a gente está fazendo, acho que é uma discussão fundamental para todo mundo ver os posicionamentos, ver os debates, os argumentos e, sem a TV, fica muito complicado, porque daí somos nós conversando entre nós. A gente sabe como cada um pensa aqui, mas o mais importante é a população saber.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Felizmente, já se restabeleceu. Obrigado, vereadora.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Quando acontecer de novo de cair a sessão, tu nos avisas, porque, às vezes, a gente está no meio de uma fala. Eu estava no meio da minha fala, e caiu a sessão, e aí eu não consegui concluir. Então, antes que os próximos vereadores sigam falando, tu nos avisas, fica atento a isso, porque é fundamental para a garantia da democracia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu agradeço e peço também que... No caso, eu fiquei sabendo porque a senhora informou, a gente também... Que a gente se auxilie, para a gente poder tecnicamente resolver os problemas, caso ocorram situações parecidas. A Ver.^a Cláudia também me pediu uma situação envolvendo a queda da internet no gabinete dela. Vocês podem se socorrer da presidência, pois nós estaremos atuando de forma a que a equipe técnica da Câmara dê toda a cobertura para os vereadores e para a divulgação dos nossos trabalhos aqui. A publicidade das nossas ações é fundamental para o bem da divulgação dos trabalhos do Legislativo.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, demais colegas... Está na televisão aí? Está sendo transmitido? Está na TVCâmara?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, está na TV.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Quero pedir para o senhor, agora só vou falar quando estiver na TVCâmara, quero aparecer na televisão

também, não é só a Ver.^a Karen. Presidente Márcio Bins Ely, quero falar sobre a nossa Constituição da República Federativa do Brasil. Eu, como professor de direito constitucional, passei pela Escola da Magistratura, pela Escola da Defensoria Pública, o que é a nossa Constituição federal? É o modelo de estado ideal, é o nosso norte hermenêutico, ela foi promulgada em 1988 e começou a valer em 1989. Ela já sofreu mais de cem emendas constitucionais. Veja bem, estou falando aqui não é para o Ver. Robaina, que tem um carinho muito especial por mim, ou para o Ver. Ruas, que também gosta muito da minha pessoa, não é para eles. É a minha primeira legislatura como vereador, embora eu tenha experiência nas entidades da segurança pública, e eu gostaria sim de aprovar esse aumento para os servidores da área da saúde, até porque sou técnico em administração hospitalar, fiz o curso no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, fiz estágio no Pronto Socorro, fiz estágio no Hospital de Clínicas, fiz estágio no Presidente Vargas, e os profissionais de saúde estão sendo sacrificados com essa questão da pandemia. Eu tenho, na família, um médico que é casado com uma enfermeira, e eles não estão conseguindo ficar com a criança, estão deixando a criança com os avós, com medo desta Covid-19. Quero dizer para vocês que não conheço ninguém que seja negacionista, essa Covid-19 é um mal terrível, todo mundo está com medo desse troço aí, não tem negacionista, todo mundo quer resolver isso. Gostaríamos de dar um abono para o pessoal da área da saúde. E acho que o Ver. Janta falou muito bem, até acho que me representou nas suas palavras, embora eu esteja conhecendo o Ver. Janta nesta legislatura, mas ele falou bem, eu gostaria sim de colocar emendas para outras categorias. Falou bem o Ver. Moisés Barboza, gostaria de dar uma emenda para o pessoal da Guarda Municipal. Eu coloquei agora um projeto indicativo para que os profissionais da limpeza urbana tivessem prioridade para receber a vacina, que, por óbvio, está todo mundo de *lockdown*, trabalhando em casa. É muito conveniente agora, para mim, ser vereador e, no final do mês, receber salário num banco, é tranquilo, mas o pessoal que trabalha na iniciativa privada, o pessoal que trabalha de dia para comer de noite... A Ver.^a Karen falou sobre a questão da mudança na legislação. Eu acho que sim, que nós temos que fazer mudança na legislação, mas nós temos que respeitar a legislação. Não pode ser uma terra sem lei, cada um propõe o projeto que quiser. Não vou citar nomes, mas, na outra legislatura, teve um vereador que propôs pena de morte para quem maltratasse animais, embora eu ache que teria que ter mesmo, mas não é competência do Poder Legislativo municipal. Eu tenho vários projetos que eu coloquei aqui e coloquei como indicativo. O pessoal do meu jurídico me trava um monte aqui. Inclusive o Ver. Cassiá trouxe uma questão importante, que é a resposta do Poder Executivo aos projetos indicativos. Deve haver uma resposta sim. Eu quero mandar um recado para o pessoal da oposição: conversem conosco sobre o projeto de vocês. Se a gente entender que o projeto é pertinente, que faz bem para a cidade, a gente não vai votar contra só porque o projeto é de vocês. Mas tem que ter umnexo causal, umnexo de causalidade. Então, quero pedir para vocês essa compreensão, que haja tranquilidade, que não haja ataques pessoais. Quero dizer ao Ver. Robaina e ao Ruas, que, às vezes, se revezam, que eu tenho muita moral. Eu estou na minha primeira legislatura, essa questão de ser vereador é uma coisa inédita para mim, estou aprendendo muito. Estou

resolvendo questões administrativas da minha campanha, mas não é por isso que eu vou ficar refém de vocês, que, a todo momento, vocês vão me dar letra! Eu tenho moral e tenho moral sim! Não sou da velha política, não sou raposa felpuda. Eu estou começando agora, mas eu tenho moral, sou ficha limpa. Se vocês tiverem projetos que sejam bons para a cidade, venham conversar conosco, não... (Problemas na conexão.) ...voto a cabresto. Mas, por favor, vamos ter razoabilidade, proporcionalidade, parcimônia, eufemismo, parceria, vamos pensar realmente nas pessoas que moram em Porto Alegre. Eu sou de Porto Alegre, eu moro aqui há mais de 40 anos, eu sempre andei de ônibus, eu fui comprar carro com 30 anos. Sempre enfrentei muitas dificuldades na vida e me considero um vencedor. Eu quero que os jovens tenham oportunidade. Não coloquei o gabinete móvel para fora ainda em virtude da pandemia, mas nós vamos passar nos bairros ajudando os jovens a abrirem empresa, a se inscreverem para fazer um supletivo de 1º grau, de 2º grau, nós queremos pensar nas pessoas. Quando tiverem projetos que forem bons para quem mora em Porto Alegre, podem contar conosco. É isso aí, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Bobadra.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, eu já sei que nós tivemos a homenagem lá no início da sessão, mas eu queria pedir um minuto de silêncio para o Batoré, o Isac, o Carlos, o Ronaldo, o Pereira, o Robson, o Sabonete e o Cláudio, profissionais do sistema de transporte da nossa cidade que sucumbiram este mês, ou melhor, nessas últimas semanas. Todos profissionais que morreram de Covid-19. O Sabonete foi candidato a vereador na nossa cidade, o Batoré também exerceu uma liderança muito grande na Carris. Então, eu pediria um minuto de silêncio para essas famílias que ficaram sem o seu provedor, sem a pessoa que sustentava a sua família.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos fazer mais uma homenagem póstuma, um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado. Eu queria agradecer à Ver.^a Fernanda Barth pela cedência deste tempo, para fazer este encaminhamento. Eu queria voltar ao assunto desses projetos. Os vereadores disseram que palmas não põem comida na mesa, que bater palmas para os profissionais da saúde, para todos os profissionais da linha de frente da Covid-19 não põe comida na mesa. Não põe, claro

que não põe, mas volto a insistir, essas pessoas ainda têm a sua renda. Dizem que o importante é ficar em casa, o importante é as pessoas ficarem em casa. Então, eu proponho aos colegas que acham que é imprescindível ficar em casa que doem o seu salário para o Conselho Municipal de Assistência Social, façam um ato e fiquem em casa. Doem o seu salário! Tem que parar com a demagogia, gente! Como é que nós vamos dizer para uma pessoa que está lá, volto a insistir... Essas famílias, por exemplo, agora, que eu acabei de pedir um minuto de silêncio, profissionais da Carris, da Navegantes, da Sudeste, da Transcal, da VAP, quem é que vai promover o sustento dessas famílias a partir de agora? Quem é que vai prover o sustento dessas famílias? Tem uma dificuldade imensa, nós estamos numa guerra, quem é que não entendeu ainda que nós estamos numa guerra? Uma guerra contra um inimigo altamente oculto, que ninguém sabe quem é. Não tem cor, não tem tamanho, não tem raça, não tem classe social, não tem nada. Nada, nada, nada, nada. Eu queria ver essas pessoas que defendem muito essa questão de fechar tudo, são demagogos que nem os prefeitos do litoral. Os prefeitos do litoral, ficou tudo aberto, não existia Covid-19, para ninguém existia Covid-19, estava tudo maravilhoso, ajuntamento, isso e aquilo. Aí, agora, fizeram *lockdown* para prejudicar os velhinhos que moram na praia, pelo amor de Deus, ficou aberto no carnaval inteiro, ficou aberto tudo. O governador, por exemplo. Por que o governador não fez no carnaval o que fez na festa de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes? Por que é que não fez? Então, é muita demagogia, gente. Está todo mundo assustado, está todo mundo apavorado. Agora vocês imaginem quem não tem de onde tirar renda para a sua família. Quem não tem! Ou sou só eu que passo nas ruas de Porto Alegre e vejo “vende-se”, “aluga-se”, só eu que passo e vejo isso? Os vereadores que dizem que não tem que abrir, que tem que ter *lockdown* não veem isso? Não veem que está nas redes sociais que as festas continuam a acontecer, festas em sítios, festas em mansões, festas em motéis, não veem isso? As praças e parques, fim de semana, é mais fácil tirar uma pessoa economicamente ativa da sua função, é mais fácil tu dizer que tem que fechar do que tu fechar uma praça, porque as pessoas estão lá na praça, as pessoas precisam espalhar. Como é que pode academia fechada, se isso faz parte da saúde das pessoas? Não pode um professor, um profissional que investiu para ter o seu negócio, muitas vezes, num bairro na periferia, não pode fazer isso. É demagogo, e não adianta a Ver.^a Karen dizer que o Ver. Janta faz um discurso, eu faço o mesmo discurso há muito tempo, Ver.^a Karen. Há muito tempo. A senhora estava no banco das escolas, ou a senhora estava na barriga da sua mãe, e eu já fazia esse discurso; não, eu já fazia essa prática de defender os trabalhadores e as suas famílias, de defender o emprego, porque quem trabalha na iniciativa privada, o maior patrimônio que tem é a carteira de trabalho assinada. Quem trabalha na iniciativa privada, quem provê alguma coisa que possa dar sustento para alguém o seu maior orgulho é ter, atrás a sua inscrição estadual, o seu CNPJ, o número de trabalhadores que tem. Todos nós estamos passando por dificuldade, agora, quem está desempregado está passando por muito mais. Quem não tem o sustento da sua família está passando por muito mais, além dos problemas de saúde que traz essa doença, dos problemas psicológicos que traz essa doença, que abala famílias inteiras, porque isso está quem nem geladeira e fogão, todo mundo já perdeu

alguém com Covid-19. Todo mundo já perdeu alguém com Covid-19. Ou vocês acham que alguém pega um jornal, vê a notícia de mais de 500 óbitos no Rio Grande do Sul, e a pessoa pode ficar faceira, pode rir disso? Vocês acham que pode rir disso mesmo? Agora, nós não podemos estar fazendo isso, nós temos, a minha segunda emenda fala disso, nós temos uma gama de pessoas também trabalhando, que precisam receber. E nós temos uma gama de pessoas que não está recebendo nada. Essas são as minhas emendas. Muito obrigado, Sr. Presidente, e Ver.^a Fernanda, por me ceder o tempo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Acho que essa discussão é extremamente relevante, não é à toa que está gerando um debate muito intenso aqui. A bem da verdade, algumas das argumentações que foram apresentadas aqui, elas tentam negar, de maneira tergiversada, a importância do projeto que o Ver. Roberto Robaina apresentou. Inclusive, algumas outras falam que a proposta tem mérito, mas acabam votando contra no final, e assim não propõem nada aos trabalhadores da saúde que estão na linha de frente. Faz exatamente um ano do primeiro óbito pela Covid-19 no Brasil, foi no dia 17 de março de 2020. Faz exatamente um ano que enfermeiras, médicos, auxiliares, que todo mundo que trabalha na rede hospitalar, nas unidades de pronto-atendimento, nas unidades básicas de saúde, os profissionais também que, indiretamente, trabalham na área de pesquisa, nas universidades, têm uma sobrecarga enorme. Houve uma modificação completa na rotina dessas pessoas, porque eles foram alçados, pela existência da pandemia, à linha de frente. Eles foram alçados, eles estão lidando com a vida diretamente, nas UTIs de todo o Brasil, e seria importantíssimo que houvesse uma medida, dentro do ponto de vista econômico, que atuasse sobre esses trabalhadores. Agora, recentemente, foi baixada uma normativa aqui em Porto Alegre que retirou direito a férias. São trabalhadores que estão indo muito além da sua jornada de trabalho, aliás, desde o ponto de vista das garantias trabalhistas, desde o início da pandemia, são inúmeras as denúncias com relação a desrespeitos: falta de EPIs, a lentidão da vacinação, que coloca esses trabalhadores em risco. O Brasil é o país com um dos maiores níveis de óbitos em trabalhadores da área da saúde, se não o maior. É completamente justo que nós tivéssemos debatendo uma medida dessa natureza, como propõe o Ver. Roberto Robaina. Quem acha que proposta tem mérito, deveria votar favorável e o prefeito Sebastiao Melo responde a esse projeto que vem do Legislativo.

Quando a Karen fala em provocar, tem a ver com, sim, nós exercermos o que é a prerrogativa desta Casa, que é fiscalizar e propor ações. Alguns falam que a Câmara não pode gerar despesas, mas daqui alguns dias nós vamos debater o projeto da Procempa, e inúmeros estudos mostram que capitais como Curitiba, por exemplo, que não tem o controle público da tecnologia da informação, gastam muito mais. Com a

votação desse projeto, daqui alguns dias a gente pode onerar gravemente os cofres públicos. Nós vamos discutir, daqui alguns dias, a reforma da Previdência, que vai mexer diretamente no bolso do funcionalismo público municipal. Então, a questão da demagogia, na verdade, é uma divergência de interesses. As medidas que são voltadas para o interesse da população trabalhadora na cidade de Porto Alegre, pela maioria dos vereadores aqui, é considerada como demagogia, porque o interesse é outro. O Ver. Felipe Camozzato foi mais direto com relação à questão dele. Teve gente que falou “o Robaina não está dizendo de onde vem as verbas” – o Robaina disse, sim, é da dívida pública –, o Camozzato foi lá e disse “não pode tocar na dívida pública”, porque ele é daqueles que compreende que é correto... O Brasil, em valores absolutos, destina bilhões de reais anualmente para pagar uma dívida que não é do povo trabalhador, que sufoca o nosso orçamento, a nossa possibilidade de investimento na saúde, na educação e em tantas outras áreas sociais. Vamos fazer esse debate então. A posição do PSOL com relação a esse tema da dívida pública, eu creio que vocês conhecem, esse é um debate importantíssimo, nacionalmente, e foi daí que a proposição surgiu.

Então, essa forma de lidar com a pandemia, que muitos estão colocando aqui, do fecha tudo, e etc., não é a forma.... A forma da esquerda não está sendo a forma como os governos lidam com a pandemia, nós temos outra política desde o início, desde o combate à questão do tratamento precoce, a defesa da vacinação desde o ano passado, a garantia de outras medidas para a população trabalhadora, como renda complementar, ampliação do auxílio emergencial, medidas de microcrédito para pequenos empresários, não essas medidas econômicas que o governo apresentou na semana passada e que não impactam em nada na vida da população de Porto Alegre. Nós temos uma política diferente, e acreditamos, sim, tragicamente, pela situação que o Brasil vive hoje com a pandemia, que há um problema de gestão grave, que está matando muita gente, sim, por ineficiência das políticas que vocês vêm sustentando no último período, a nível municipal, estadual e federal. Então, não coloquem sobre o PSOL palavras que não condizem com as nossas atitudes, bem pelo contrário, se o projeto do Roberto Robaina é meritório, devia ser aprovado por esta Câmara de Vereadores, como um gesto aos profissionais da saúde, e é nisso que nós acreditamos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Márcio. Eu fiquei assistindo atentamente aos colegas, às suas linhas argumentativas e também as não argumentativas, aquelas que são só das pessoas que gostam de deblaterar, porque parece que é essa a função do homem público, e não é. A função do homem público é ter responsabilidade com aqueles que mais precisam, e hoje, ouvir aqui que o povo da saúde, a enfermeira, o técnico de enfermagem, médicos, os “linha” de frente – vamos usar o popular, sem plural, para o povo, que precisa deles... Quando a gente ataca a

saúde, ataca do povo, isso é inadmissível. Sabe por que alguns não querem dar o abono? Porque não podem, porque não podem dar o abono para os trabalhadores da saúde, porque estão comprometidos com os empresários, estão comprometidos com os conluos desse Brasil afora. Por exemplo, em Porto Alegre, foi feito um repasse no ano passado para os empresários de ônibus, mas não foi dado um abono para a saúde. Agora, de novo, R\$ 16 milhões para os empresários do transporte da capital, e não podem dar R\$ 400,00, R\$ 300,00 que seja, para o servidor da linha de frente, que está lá, esses aqui, vereadores, esses aqui, do rosto marcado pela máscara, depois de 12 horas de plantão. Esses, que saem nos jornais internacionais, esses cidadãos do Brasil, são esses os guerrilheiros do agora, são esses que estão defendendo as vidas nos hospitais, mas aqueles que têm compromisso com as taxas de juros, que têm compromisso com o enriquecimento daqueles que já são poderosos, aqueles que têm compromisso com os bancos, com o sistema financeiro, esses não podem permitir abono para os trabalhadores da linha de frente, esses não podem porque eles são meros trabalhadores, são invisíveis, porque o que é visível para alguns é a mão pesada do mercado, do mercado financeiro, de quem lucra horrores com a vida no Brasil. Eu fico com vergonha de ouvir os debates que se colocam aqui, eu fico triste, entristecido em ouvir pessoas trazendo outras categorias para o debate. Façam as propostas para as outras categorias, proponham, mas não tentem tirar dos nossos colegas, que são linha de frente de Porto Alegre. Muitos já morreram, não estão entre nós! Botem a mão na consciência, aprovelem este projeto de lei. É um projeto da Câmara, bem disse o vereador. Parabéns, Roberto Robaina, pela iniciativa, quem defende a saúde, diz que defende e aperta no “sim”, para mostrar que defende na prática. Não adianta dizer “eu defendo, eu defendo”, mas chega na hora e inventa uma desculpa. Inventar uma desculpa e que se virem. “Fiquem lá, se virem com a Covid-19 lá no hospital”. E agora estão dizendo, inclusive, eu ouvi ontem, que sempre cabe mais um. Não cabe mais ninguém, não cabe mais ninguém nessa Porto Alegre, está 116% de lotação nas UTIs, 502 mortos no Rio Grande do Sul no dia de ontem, 2.800 no Brasil. É um sufoco, e quem mais está passando sufoco é o médico intensivista, o trabalhador, o técnico em enfermagem, o enfermeiro. Eu fico pasmo, pasmo com o que eu ouço aqui nesta Câmara de Vereadores. Só que aqueles que querem fazer essa Câmara se agachar... Esta Câmara não há de se agachar, não vai se agachar para os poderosos, ela tem que defender os trabalhadores, tem que defender o SUS fortalecido, e fortalecer o SUS é, sim, dar um abono para os trabalhadores da saúde. Vamos colocar a mão na consciência! Vamos enfrentar aquilo que tem que ser enfrentado e vamos bater palmas da forma real que deve ser feita, que é concedendo, sim, o abono aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, nesse momento eu quero agradecer, em primeiro lugar, pelo tempo cedido pelo PL, pelo Ver. Mauro Pinheiro, e eu quero dizer aqui diretamente ao Ver. Robaina: eu não pessoalizo os debates, eu debato ideias. Na minha manifestação, eu falei sobre as ideias. Eu falei sobre o projeto ser inconstitucional. Eu falei sobre a intenção de um vereador propor um projeto que sabidamente é incondicional, sabendo que ele certamente não será cumprido, pode ser derrubado, facilmente, com qualquer ação de inconstitucionalidade, porque ele é inconstitucional. Então eu quero deixar muito claro aqui que eu não pessoalizo, eu debato ideias. Sobre as ideias que eu ouvi aqui, eu preciso fazer pontuações para defender a minha posição perante esse projeto. Em primeiro lugar, nós somos legisladores. Se fala sobre a competência do vereador, ela é limitada. Nós sabemos disso quando nos colocamos à disposição, se não sabemos, deveríamos saber. O senhor usou duas palavras para me classificar: o senhor me chamou de insensível e o senhor me chamou de ingrato. Eu seria insensível e ingrato com as pessoas que me honraram ser legislador da capital, se eu desrespeitasse as leis, se eu desrespeitasse a Constituição. Eu ouvi outros vereadores que apoiaram essa proposição dizerem “ah, vocês dizem que é inconstitucional”, não somos nós que dizemos que é inconstitucional, é a Constituição. Eu tive proposições, caso vocês não lembrem, que foram inclusive vetadas e eu depois fui à Procuradoria do Município entender por que tinham vício de iniciativa, na primeira oportunidade como Vereador, quando assumi no lugar do nosso Ver. Ramiro, na legislatura passada, e eu acabei votando, inclusive, pelo veto. Veja bem, depois de ouvir os argumentos dos procuradores e estudar um pouquinho. Então, sem nenhum problema, sem nenhuma pessoalização desse debate, o projeto é inconstitucional. Nós não podemos, como vereadores. E sobre insensibilidade e ingratidão, eu vou só falar sobre mim: eu me sentiria ingrato e me sentiria insensível se mentisse para a categoria médica, que está passando um perrengue, que merecia uma sociedade mais consciente e uma população melhor, por falta da consciência de quem se aglomera; eu me sentiria ingrato, e eu me sentiria insensível, se eu mentisse para ela que eu tenho o poder de dar abono para ela. Então, o nosso posicionamento será sempre assim. Se a iniciativa for inconstitucional, ou nós gerarmos ônus para outro poder pagar, que é vedado à nossa conduta, eu não apoiarei e não o farei. Espero que os vereadores estudem um pouco mais. Se o senhor fizer um projeto indicativo, porque existe esse mecanismo para que a gente proponha... (Problemas na conexão.) Agora, a proposição de um vereador, assim, nesse formato, dando um abono, é inconstitucional, por isso que eu fiz a defesa veemente na minha primeira participação. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Não temos mais inscritos para discutir. O Ver. Robaina já discutiu, e só pode se manifestar uma vez.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, nós temos que apregoar a emenda de autoria do Ver. Claudio Janta, antes de encerrar a discussão. Um instante, por favor.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu tenho direito à fala como autor, diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, sim, na verdade o senhor tem direito. Como o senhor já falou na discussão, o senhor só poderia falar de novo se alguém lhe cedesse o tempo, mas depois que nós apregoarmos a emenda do Ver. Janta, nós vamos encerrar a discussão, e, oportunamente, o senhor vai poder falar pelo encaminhamento. O senhor pode encaminhar como autor e a bancada do PSOL ainda poderá ter mais uma fala.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas não está no encaminhamento já?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, estamos na discussão. Só estamos dando um *brake* para eu pegar um texto da emenda.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Diretor, o PCdoB pode ceder o tempo para o Ver. Robaina?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Uma vereadora pode. Se a senhora ceder o tempo...

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Eu cedo meu tempo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Diretor, antes, a não ser que tenha havido alguma mudança no Regimento Interno, o autor tinha o tempo específico como autor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No encaminhamento, vereador. Permanece igual, mas é só no encaminhamento.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Ele tem o tempo de partido e o de autor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, senhor, no encaminhamento, não na discussão geral.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E nós temos o tempo de oposição para encaminhar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, senhor, mas lá nos encaminhamentos, a discussão geral é só para vereadores, mas lá nos encaminhamentos têm todas essas hipóteses.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20, por cedência de tempo da Ver. Bruna Rodrigues.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, diretor Luiz Afonso, achei que já estávamos nos encaminhamentos, mas eu queria agradecer à Ver.^a Bruna e ao PCdoB por me ceder a palavra, porque eu queria já aproveitar para colocar também para limpar o meio de campo de um elemento. Aqui, esse tema ligado ao *lockdown*, às necessidades do distanciamento social, tudo que o Janta falou, nós temos a compreensão de que o *lockdown* é um problema terrível e a situação é terrível, justamente por isso que no plano nacional nós temos defendido medidas econômicas que permitam se fazer o *lockdown*, o distanciamento social. O *lockdown*, sem uma política econômica capaz de atender minimamente aos interesses populares é uma loucura também, nisso nós temos total acordo, o problema é que nós temos um governo nacional que não faz absolutamente nada, nada para amenizar a situação econômica. Foi um esforço para conseguir o auxílio emergencial de R\$ 600,00, agora fazem um auxílio emergencial de R\$ 250,00, que é nada! Por que o governo federal não encaminhou um projeto de urgência para o Congresso Nacional, taxando as grandes fortunas? Com um projeto mínimo, se conseguiria R\$ 70 bilhões, por que não se aumenta o déficit público? Qual é o problema de aumentar o déficit público? Dizem que essa era uma posição esquerdista, que não levava em conta a economia, mas agora nós temos um dos principais economistas do Brasil, André Lara Resende, o principal formulador do Plano Real, que defende a necessidade do aumento do déficit público. Olha o que está ocorrendo nos Estados Unidos, a injeção de recursos na economia. (Problemas na conexão.) ...injetar recursos na economia. (Problemas na conexão.) ...da escola de Chicago. “Ah, defende a economia neoliberal, que o Estado não pode intervir”. O Estado, para uma linha como a do Felipe Camozzato, só pode intervir se for para salvar banco, salvar a economia popular não pode. Salvar o banco pode. O que estamos defendendo é que haja intervenção pesada do Estado, sim, para garantir a economia popular. E quando nós apresentamos aqui, Ver. Janta, a nossa proposta – a Ver.^a Nádia não leu, como ela faz muitas vezes, ela desqualifica pelo autor e não lê o projeto –, nós colocamos, sim, previsão de recursos, a origem dos recursos. (Problemas na conexão.) ...era mais do que suficiente. Se nós formos mexer na dívida, podem se aprovar todas as emendas do Janta e se tem condições de pagar com muita sobra, e se pode fazer isso. Diferentemente do raciocínio, pode, vereadores e vereadoras. (Problemas na conexão.) ...quando há uma situação de calamidade, os contratos podem ser renegociados, inclusive os contratos internacionais podem ser renegociados, os contratos com a Caixa Econômica Federal podem ser renegociados, é evidente que se pode, agora, é política. Evidentemente que a Câmara pode optar, que, infelizmente, é pelo que a Câmara tem optado, nesta legislatura é isso o que está ocorrendo, por se anular como instituição, por simplesmente não fazer nada e deixar o governo governar. Tubo bem, o governo

governa, é verdade – o governo tem essa prerrogativa, mas a Câmara teria, em tese, a prerrogativa de propor, de suscitar debates. Aqui, é engraçado, muitas vezes se alega a inconstitucionalidade de um projeto e se apoia o projeto – se apoia –, por quê? Porque a questão da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade é muito mais política. Até porque, não teve parecer da Procuradoria da Câmara de Vereadores para que os vereadores aqui queiram se colocar como juristas e dizer o que é constitucional e o que é inconstitucional. A Procuradoria da Casa não deu esse parecer, e nós, na Câmara de Vereadores, inúmeras vezes, Presidente Márcio Bins Ely, aprovamos projetos cujo parecer da Procuradoria Geral da Câmara era dizendo claramente que era inconstitucional, e a Câmara aprovou o projeto, inclusive derrubou vetos do prefeito em um projeto que o prefeito dizia que eram inconstitucionais, a Câmara, com sua Procuradoria, dizia que era inconstitucional. Então, o argumento da constitucionalidade não é um argumento verdadeiro, é um argumento falso para expressar uma política, essa sim, verdadeiramente representativa dos interesses de quem vai votar contra e que não valoriza os servidores públicos. Nós não vamos tapar o sol com a peneira, a Câmara de Vereadores está escolhendo que tipo de política faz, se é uma política real, positiva, propositiva, que se afirma como um poder independente, ou se simplesmente é uma avalista do Executivo. Eu já tive essa experiência na legislatura passada, durante muito tempo, a Câmara foi avalista do prefeito Marchezan, aí, de repente, entrou em crise e, infelizmente, não conseguiu produzir políticas públicas, a única coisa que produziu foi, sim, negação sistemática de muitas ideias da governabilidade, digamos assim, do prefeito Marchezan. Quando teve crise, a Câmara não conseguiu produzir políticas públicas, e esta legislatura, eu tenho a impressão de que nós estamos optando novamente por não produzir políticas públicas. E é isso que nós estamos tentando incentivar a Câmara a pensar, porque tem tempo de pensar. Essa proposta é uma proposta que valoriza de verdade os servidores da saúde, não com palavras, mas com fatos concretos, e eu agradeço imensamente as duas comissões que aprovaram essa proposta, a COSMAM e a CUTHAB, foram duas comissões que aprovaram essa proposta, mostraram a seriedade dessa proposta que passou por todas as comissões, que foi debatida exaustivamente, e é por isso que nós chamamos que deva ser aprovada. E a Câmara, nesse caso, mostraria que tipo de política realmente defende.

Eu quero concluir dizendo o seguinte, há políticas públicas sim para garantir o distanciamento social, para garantir o *lockdown*, e isso, evidentemente, depende do governo federal, infelizmente nós temos um governo federal genocida, que não faz política pública nenhuma.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 065/20.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, deferido pela Presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 065/20, por cedência de tempo do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, demais vereadores, eu quero tratar sobre um tema importante, sem cinismo, sem demagogia, mas quero ser o mais puro possível. Todos nós estamos preocupados com a questão do Covid, e todos esses projetos giram em torno do Covid de alguma forma ou outra. Só que eu noto, excelências, que, por muitas vezes, eu já escutei áudios, já tive várias informações nesse sentido, qual a finalidade dessa forção de barra tão grande do fecha tudo? Claro que nós temos que manter o distanciamento social, nós temos que lutar pela vacina, lutar por quem mora em Porto Alegre, pelos estudantes, pelos trabalhadores, pelos profissionais da segurança, essas emendas do Ver. Janta, é claro que são emendas de protesto, mas se houvessem condições financeiras, com certeza, nós votaríamos a favor, se não fossem inconstitucionais, eu entendo o Ver. Janta nesse voto de protesto, por isso propôs essas emendas. Eu quero deixar uma coisa clara aqui, se estão nos assistindo na TV Câmara ou não, mas para os próprios colegas que muitas vezes gravam uns aos outros nessa transmissão aqui, que o *lockdown*, o fecha tudo, é para sabotar o governo Melo, é para sabotar o governo Bolsonaro, nós não temos uma impressora que fabrica dinheiro. Vejam bem, o PSOL ingressou com uma ação contra o tratamento preventivo contra a ivermectina e contra a hidroxicloroquina. Agora o Ver. Jonas Reis colocou que o governo Bozo, de forma desrespeitosa. Eu vou pedir para o Ver. Jonas se olhar no espelho. Até porque, eu não me agacho para poderosos, aliás, eu não me agacho para ninguém, Ver. Jonas, mas vamos lá, nós temos que lutar por quem mora em Porto Alegre, com propostas que tenham viabilidade. Esse fecha tudo geral é para afetar o governo Bolsonaro, é para sabotar o governo Melo por muitas vezes e é o que está acontecendo aqui. As coisas só valem quando os amigos estão administrando, e nós temos que pensar nas pessoas, Presidente, é por isso que quero pedir aos colegas vereadores que votem pensando em quem mora em Porto Alegre. Se houver projetos bons da esquerda, eu votarei favoravelmente, não é o caso do projeto em tela. É isso, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 065/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, vereadoras, vereadores, o mérito do projeto do Ver. Robaina é evidente. Olhem o debate que se efetuou na Casa, vereadores se inscrevendo no lugar de outros vereadores, sendo que essa é a primeira vez que acontece, para poder debater o tema. E mais, eu ouvi muitos

argumentos contra o projeto, nenhum vereador de situação, vereador ou vereadora, disse assim: “Eu pedi isso ao prefeito. Eu pedi isso ao prefeito”, porque essa é a maneira. Alguém pediu isso a prefeito? Ele poderia, não poderia? Eu não ouvi nunca esse argumento.

Em relação ao Ver. Janta, ele disse que ninguém está rindo disso, de tudo o que está ocorrendo. Olha tem gente que está rindo. Tem um presidente da república que falou que isso era mimimi, que mandou pedirem vacinas para mãe. Isso não é deboche? Se isso não é rir da tragédia, eu não sei o que seria. Mas coloquei esse tema no geral, porque nós temos que ter muita cautela nesse sentido. O debate foi bem levantado, eu não vou tecer argumentos, nem dá tempo e nem é a minha intenção sobre quaisquer dos argumentos outros de vereadores e vereadoras, apenas saliento um positivo e um bastante positivo e um bastante negativo. O positivo: o Ver. Cassiá disse que os indicativos vão ser mais respeitados pelo Executivo, e não são usados por isso – é verdade. O negativo: o prefeito Melo, só hoje, estive em duas reuniões com ele, faz um esforço do ponto de vista formal, pessoal, de respeitar a oposição, de ter um tratamento respeitoso com a oposição; mas a sua vice-líder aqui, a Ver.^a Comandante Nádia, provavelmente é o oposto. Então, todo trabalho que o prefeito Sebastião Melo faz lá no Executivo, com as mãos, ela desfaz aqui com os pés. Com todo o respeito, vereadora, ela nunca respeita ninguém, é inacreditável. Aliás, eu saí do grupo de vereadores do WhatsApp por causa disso, porque a vereadora desrespeita as pessoas. Ela poderia ser, não é a única pessoa que é assim. Agora, o que não pode é ser assim na função de vice-líder do governo, porque compromete vereador, poderia ser como vereadora? Sim. Como vice-líder do governo ou como líder do governo – o Ver. Cecchim, que não é assim? Não. Eu sou líder da oposição, eu tomo muito cuidado na relação com os partidos, muito cuidado. Muito mais cuidado do que tomarei quando não for mais líder da oposição – muito mais, tenho certeza. Muito cuidado por quê? Porque eu represento todo um bloco, todo um setor. O que o prefeito Melo faz e se esforça para fazer, repito: só hoje foram duas reuniões, em que ele quer ouvir a oposição, quer ouvir a Procempa, vai ter reunião hoje, inclusive, se coloca à disposição, a vice-líder do governo nos trata abaixo do chão. O problema é do Melo? Sim, mas nós temos que alertá-lo disso. É terrível, não tem como desvincular uma coisa da outra.

Enfim, o mérito, Ver. Robaina, do seu projeto é dado pela sessão intensa de hoje, porque esse tema não seria levantado, ninguém iria sugerir ao prefeito para dar abono. Ninguém sugeriria ao prefeito medida alguma, este projeto é que levantou este tema e que nos permite um debate tão intenso. E, quero dizer o seguinte, demagogia sabem o que é? Demagogia é dizer que está preocupado com a pandemia e negar que as emendas dos vereadores, milionárias por sinal, serão usadas para comprar vacina e combater a pandemia, isso é demagogia; as emendas, que deveriam ser usadas para isso, não vão poder porque foi negado. Isso é demagogia. Eu encaminho favoravelmente ao projeto, ele é importante e tem mérito.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria insistir, primeiro, na fonte de financiamento. O projeto tem fonte de financiamento, quero deixar registrado que a fonte de financiamento do projeto permite, inclusive, que a emenda do Ver. Janta seja executada. Vejam só como são as coisas, as emendas do Ver. Janta ampliam em muito esse tipo de política, eu fiz o projeto focado, porque justamente busquei ter responsabilidade no sentido de que eu sei que nós estamos numa determinada situação econômica que é preciso tratar de fazer escolhas bem claras, simbólicas no sentido de justamente mostrar o apoio a uma categoria que é essencial no combate ao Covid, que é o eixo em torno do qual se realiza este combate, e a importância de conscientizar a sociedade para a gravidade da doença, para a necessidade do distanciamento social e para a necessidade da vacina, razão pela qual inclusive a Câmara votou rapidamente a autorização para compra da vacina. Mas para o projeto do abono, eu deixo claro para vocês que esse meu projeto, a fonte é mínima, e eu mesmo queria inclusive pedir autorização para Presidência da Câmara para que as minhas emendas, por exemplo, fossem todas garantidas e destinadas para isso. Pedro Ruas, pode ter certeza que esse abono, com as emendas dos vereadores, muito menos do que elas, já garante a realização desse abono, para ver como é pequeno esse valor. Esse valor não é caro, esse valor é pequeno. Então, o governo, sim, o governo teria que fazer essa política, infelizmente o governo, até agora, não fez. Ao contrário, o que nós temos visto é uma situação de má administração na pandemia, quando o governo mantém a demissão do IMESF, quando o governo faz as contratações de terceirizados no HPS colocando empresas privadas que não sabem fazer o tratamento a Covid. Não sabem, o HPS está tendo problemas nessa área porque está tendo a contratação de terceirizados, está na verdade fazendo um processo de sucateamento do HPS, fazendo uma exposição terrível daqueles servidores a uma situação de sobrecarga de trabalho terrível. Então, o governo não está fazendo uma boa gestão da pandemia, infelizmente. Nós, como vereadores e vereadoras, devemos cumprir o nosso papel de suscitar o debate público. Essa proposta, o Ver. Cassiá falava que se fosse um indicativo seria ótimo, o Ver. Moisés falou que se fosse um indicativo, ele até assinaria embaixo, mas o Ver. Cassiá acabou de dizer que se fosse um indicativo o governo nem iria responder. Então, a Câmara pode fazer de conta que está legislando e fazer indicativos que o governo nem responde, ou pode realmente legislar e fazer votações que obriguem o governo a sair da sua área de conforto e começar a mudar a sua política em relação à gestão da pandemia. Logicamente, como aqui nós temos uma maioria, que, infelizmente tem sido, o tempo inteiro, avalista do governo, e não só quando o governo faz propostas boas, porque, quando o governo faz propostas boas, nós estamos votando favoravelmente, nós votamos favoravelmente à proposta de governo, que foram importantes para atacar a questão da pandemia, como a compra da vacina, embora atrasada – atrasada! O governo Melo começou em janeiro e, só em março, pautou essa questão, acreditando que o presidente Bolsonaro iria resolver. Diferentemente, eu falei isso já, do governador de

São Paulo, que não é governador de esquerda nem nada, que tem muitos problemas no tratamento da pandemia, mas um problema, o governador Dória não tem: acreditar no Bolsonaro como o prefeito Sebastião Melo acreditou, acreditou inclusive no seu tratamento preventivo, que todo mundo sabe, toda medicina sabe, que não existe. Então, o nosso chamado é um chamado pela votação favorável a uma proposta que realmente valoriza de verdade e não no discurso. E muito bem disse o Ver. Pedro Ruas, que demagogia é só ficar no discurso, demagogia é isso, é só ficar no discurso. Essa proposta não é uma proposta de discurso, é uma proposta prática, que vai levar a cidade a debater minimamente isso, é um tema pequeno, não resolve nada no todo, isso sim seria demagógico dizer que essa proposta resolve alguma coisa. Não, essa proposta é uma sinalização simbólica de um apoio à categoria mais importante na luta contra a Covid, e, se ela for aprovada, levará o governo a debater o assunto. Aí o governo pode inclusive alegar inconstitucionalidade e tomar para si a responsabilidade, dizer: “Não, isso que o vereador fez não é correto, não compete à Câmara, compete a mim, fazer. Então, eu agradeço à Câmara por ter votado, mas não era a competência dela, mas vou fazer essa política”. Então, essa de que é inconstitucional e não se pode votar é, na verdade, um argumento para não aprovar políticas públicas que façam a Câmara ter protagonismo verdadeiro na luta contra a Covid. Aí nós vamos ficar aprovando a confecção, a construção de estátuas, que foi isso que a Câmara aprovou, Ver. Pedro Ruas, na legislatura passada, fazer estátuas a favor dos servidores públicos da saúde! Vê se pode? Foi isso que a Câmara aprovou. Nós estamos propondo algo um pouquinho mais efetivo para mostrar o nosso apoio aos trabalhadores da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Gostaria de encaminhar a votação do projeto. Então, primeiro, dizendo que deveria ser pré-requisito para ser vereador o conhecimento da legislação, porque nós estamos vendo que efetivamente tem muitos vereadores que não conhecem a legislação, tampouco a Constituição e tampouco o Regimento Interno. Então, deveria ser um pré-requisito conhecer a legislação para que a gente não fique uma tarde inteira falando sobre coisas que não podem acontecer.

Eu quero aqui continuar dizendo que esse projeto é demagógico uma vez que quer dar um abono salarial para os agentes da saúde, no entanto, esquece os agentes da Guarda Municipal, do DMLU e tantos outros, que seriam, sim, e deveriam estar sendo valorizados nesse momento de pandemia e que não pararam as suas atividades. Então, reforço novamente os parabéns aos nossos funcionários e agentes da saúde. No entanto, além de ter vício de origem é uma hipocrisia a gente achar que o dinheiro sai de árvore; pessoas, os vereadores que estão a favor, por certo, não me admira que nunca tenham contribuído para algum conhecimento econômico e ataquem, sobremaneira, os

empresários que fazem com que o dinheiro possa circular e que tenha trabalho para os porto-alegrenses. Fora isso, quero dizer aqui que nós temos que ter responsabilidade e responsabilidade significa não ficar colocando projetos que são hipócritas, e que, infelizmente, não vão dar em nada porque não fazem o que devem fazer.

Eu quero, primeiro, agradecer ao meu colega, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, pelas suas palavras muito gentis e responder ao Ver. Roberto Robaina que meu espaço político foi construído através de muito trabalho, através de um concurso público na Brigada Militar e tenho, inclusive, carteira assinada, coisa que eu gostaria de ver se o senhor tem carteira assinada, porque a gente tem que trabalhar, não basta a gente ficar só falando. Além disso, gostaria também de dizer que usar o chapéu do outro para fazer benemerências é fácil, agora ficar jogando para a torcida, como eu disse, é um absurdo. E mais do que isso, eu quero dizer aqui que o Ver. Roberto Robaina poderia ter ajudado muito na pandemia que iniciou no ano passado, porque a sua campanha de R\$ 308 mil poderia ter sido usado esse dinheiro, Ver. Roberto Robaina, para ajudar a saúde, para ajudar as pessoas mais necessitadas. Aliás, o seu partido gastou quase R\$ 1 milhão fazendo campanha política, o que deveria, neste momento, já que é tão voltado às pessoas mais vulneráveis, às pessoas que mais trabalham, infelizmente a teoria não casa com a prática. Então é não a esse projeto que não condiz com a realidade de Porto Alegre, apesar de continuar dando os parabéns aos nossos agentes da saúde, assim como da segurança e todos aqueles que não deixaram a peteca cair mesmo que durante a pandemia. Muito obrigada, presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Venho aqui para fazer este caminhar, lembrar, é preciso lembrar. Tem gente que tem memória curta, memória pouca, memória pequena, diria até que ignoram a memória e não se lembram que aqui não quiseram aprovar 48 milhões – 24 para saúde, 24 para uma renda base – e vem dizer, falar de constitucionalidade, que não tem dinheiro, que não tem rubrica, que não tem isso, não tem aquilo, não tem aquele outro, mas na hora de colocar as emendas impositivas do ano anterior não quiseram, não quiseram. Não quiseram, povo de Porto Alegre, que fosse o dinheiro das emendas para a saúde neste momento nevrálgico, nem para a renda básica. Não querem colocar comida na mesa de quem fome, por que vão querer dar abono para a saúde, se nem quem está na miséria que ganharia um dinheirinho para comprar um prato de arroz com feijão não recebeu apoio de determinados parlamentares, imagina se eles vão dar. Não podem, repito, não podem, porque estão comprometidos com os poderosos. E aqui eu respondo, Ver.^a Comandante Nádia, nós não falamos contra empresário não, nós falamos contra superricos, milionários, afortunados e, inclusive, falamos contra sonegadores, esses são os que dilapidam o Brasil e são esses que nós vamos continuar falando. São esses que

são encontrados, muitas vezes, em jatinhos com cocaína, como foi no passado que saiu nos jornais do Brasil, lá para a banda de Minas Gerais. Talvez a senhora se lembre quem era o parlamentar, na época, senador, deputado, nem lembro mais. Mas está aí, ele está aparecendo de novo para encaminhar mais alguns jatinhos e, enquanto isso, o povo não tem dinheiro, o povo passa fome e os servidores da saúde estão abandonados, essa é a realidade. Então, por que não lutaram por mais leitos em janeiro, quando estava vindo a nova cepa? Por que não lutaram por mais profissionais e deixaram demitir 550 profissionais do IMESF que está faltando? Deu abono que, inclusive, para incentivar o contrato. Sabiam que tem gente que está com medo de trabalhar na saúde agora, porque está morrendo a toneladas. Então, tem que ter incentivo também para salvar vidas! Mas o que é isso? Parece que não estão vendo o que está acontecendo! Não assistem noticiário? Não leem jornal? Indico que gabinetes de alguns vereadores assinem o jornal Zero Hora, o jornal Correio do Povo, tem que ler o jornal. Se não gosta de ler, peça ao assessor para ler e dar um resuminho, mas, por favor, não ignore. Foram 502 mortes ontem no Rio Grande do Sul, 2.800 no Brasil, e não querem dar abono para os servidores da saúde. É triste, é triste, olhar a realidade, ver que as pessoas têm o queijo e a faca e não querem cortar porque quem vai comer esse queijo é o pobre, quem vai comer esse queijo é o trabalhador da saúde que está lá na linha de frente salvando vida. Mas o queijo brie, aquele queijo gostoso tem gente que fatia para os grandes empresários, para os aviões do capital financeiro, especulador. O Brasil está virado, Porto Alegre, o Brasil está virado, o Brasil precisa de uma revolução popular, tomara que termine logo essa pandemia, mas eles querem alongar a pandemia, sabem por quê? Porque eles não querem o povo na rua, eles têm medo do povo, eles têm medo do povo organizado, porque eles só querem fazer carreata com carrão. Carreata com carrão eles fazem, não botam o pé no chão, pé no barro, eles têm medo do pé embarrado invadindo e ocupando, o que tem que ocupar, as avenidas e as ruas dizendo não à corrupção, dizendo não aos conluíus com os poderosos, dizendo não à morte. Nós defendemos a vida e, por defender a vida, defendemos quem é linha de frente que está salvando o povo de Porto Alegre. Tem nossa admiração os trabalhadores da saúde, e é por isso que a gente encaminha, Presidente Márcio, o voto favorável a esse projeto importantíssimo para se fazer um pouquinho de justiça no sistema de saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas que estão nos assistindo; aos colegas vereadores e vereadoras. Nós, do PCdoB, ficamos ouvindo tudo isso e percebendo, sim, que existe uma grande hipocrisia; hipocrisia é a gente ficar debatendo várias e várias vezes questões que são, sim, necessárias, mas que já poderiam ter sido definidas num momento em que a gente, na verdade, está num caos, num colapso da saúde. Estamos num momento pior do que poderia estar, onde

centenas e milhares de famílias diariamente vêm sofrendo com toda essa desestrutura, onde a fome já está batendo exatamente nas nossas portas, porque tudo isso é muito próximo e quem não tem vivência da realidade do que é a comunidade, eu posso contar. Eu, como a Bruna e muitos outros aqui, sabemos como isso é gritante, como isso está sendo devastador. Falar da saúde é falar para muito além dessa lógica médico-centrada, é muito além desta realidade. A gente precisa ter um pouco mais de responsabilidade e respeito com as pessoas que nos colocaram aqui. Isso é abjeto, não é crível que nós passemos uma tarde inteira debatendo sem conseguir fazer o mínimo de construção respeitosa com quem nos assiste, com quem votou em todos nós. Olhar para saúde e utilizar disso é para perfazer deste movimento um movimento de reforçar estereótipos, isso para mim é uma das coisas mais absurdas que pode acontecer. Se a gente está falando em construção de política, de espaços políticos, se a gente está falando de cuidados, não é dessa forma, meus colegas. De todo modo, eu ainda acho que é necessário o debate, mas não é dessa forma, isso é desrespeitoso com o cidadão porto-alegrense, isso é desrespeitoso com quem nos colocou aqui. E eu não quero me prolongar porque eu acho que já perpassamos, inclusive, o limite do aceitável diante de todo esse debate que, por vezes, chega a beirar o absurdo do desrespeito. Estou aqui colocando a minha posição e a minha indignação. Nós, eu e a Ver.^a Bruna Rodrigues, nos posicionamos a favor do projeto do Ver. Roberto Robaina, mas eu quero dizer que é muito maior do que isso, inclusive muito maior do que aquilo que se fica debatendo. Diante desse negacionismo todo, diante de toda essa desestrutura, diante da morte, foram 502 pessoas que morreram ontem, hoje nós não sabemos mais quantas. O estado em que nós estamos neste atual momento é para a gente estar debatendo de como nós vamos, efetivamente, nos posicionar para combater tudo isso e não ficar aqui querendo levantar de uma forma muito, muito perversa; bela perversidade, isso é obsceno. A gente, em nenhum momento, está falando de saúde, saúde num contexto muito mais amplo, vai além disso, é a comida no prato, a fome está gritando nas nossas caras, porque as comunidades que estão sofrendo isso é a mulherada preta. Não adianta virem dizer que isso é da esquerda ou da direita, pois, quando tentam não politizar esse debate, é quando mais matam as pessoas. Nós precisamos ter essa responsabilidade. Eu me indigno muito porque esta é a Casa do Povo, é aqui que nós deveríamos estar pautando o cuidado dessa população que está desassistida. É uma vergonha isso que a gente está fazendo aqui. Eu lamento muito, lamento muito por todas as pessoas que me apoiaram e que apoiam a bancada do PCdoB por terem que, inclusive, vivenciar um período tão absurdo como este. Finalizo, Sr. Presidente, lamentando todas as vidas que se perderam, porque a gente não está debatendo saúde, os projetos que são importantes vocês não querem votar a favor, não querem deixar passar, porque, definitivamente, não são as vidas que importam.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, eu só quero fazer um comentário importante aqui de que tudo isso que está acontecendo é por falta de dinheiro. Se nós tivéssemos dinheiro, tivéssemos recursos financeiros, tudo isso poderia ser resolvido. E vou dizer por que nós não temos dinheiro. Recebi uma mensagem de um apoiador que está nos acompanhando pela TVCâmara do estadao.com.br do CEO do BNDES: 86 obras no exterior financiadas pelo banco. Desde 1998, o banco de fomento liberou R\$ 10,5 bilhões em empréstimo a construtoras brasileiras no exterior. A perda potencial só na Venezuela e no Moçambique é de R\$ 1,5 bilhões. Nós temos que abrir essa caixa preta do BNDES. Os valores contratados de superfaturamento de empreiteiras – não vou ficar lendo relatório aqui – são mais de R\$ 10 bilhões de 86 obras no exterior de empreiteiras de valores liberados pelo governo Lula.

Bom, só quero dizer para vocês que, quando é um amigo da gente que está governando, aí está tudo legal; agora, quando não é um amigo, vamos sabotar, vamos fechar tudo, vamos quebrar as empresas, vamos quebrar os comerciantes. Então isso não é justo, não é legal, não vamos subestimar a inteligência das pessoas. Eu fiz escola da Defensoria Pública, tenho três pós-graduações em Direito, meu currículo, modéstia parte, é muito bom. Aos 14 anos eu fui auxiliar de serviços gerais, comecei em 1994, contribuo há 27 anos para previdência. Eu tenho 22 anos de serviço público e mais cinco na iniciativa privada, acho até que, para ser vereador em Porto Alegre, eu sei que é inconstitucional, mas vou apresentar um projeto de lei que o vereador tenha que ter trabalhado em outro lugar antes. Não pode ser o primeiro emprego ser vereador. Têm muitos que nunca assinaram uma carteira, que nunca pegaram no batente, é difícil trabalhar de dia para comer de noite. É aquele cara que corta o cabelo, é aquela mulher que tem loja, são os diversos empresários. Esse negócio do carrão não é para mim, eu fui ter carro com 30 anos e tive dois Gol, agora comprei um carro melhorzinho há quatro anos; boleto de 60 vezes não é para mim. Quem trabalha, quem vai atrás, quem luta, quem não é vagabundo tem mais que ter carro bom mesmo, mas tem que trabalhar, não pode só ficar vivendo de esquema, de ONG, isso não cabe.

Então quero deixar bem tranquilo para vocês aqui que eu gostaria de votar a favor do projeto do Ver. Roberto Robaina que tenho certeza que o projeto é muito bom e gostaria de aprovar as emendas do Ver. Claudio Janta, mas infelizmente nós não temos dinheiro, não temos dinheiro porque o PT quebrou o País; mais de R\$ 10 bilhões com a caixa preta do BNDES. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

Vereadora Laura Sito (PT): Sr. Presidente, é inadmissível que qualquer colega entre os 36 vereadores se inscreva para disseminar *fake news* na tribuna da Câmara, ainda mais que nós estamos debatendo aqui uma questão séria, simbólica, de valorização dos trabalhadores em saúde, e vem o vereador falar que dinheiro dado para Venezuela, faz a gente não ter recurso, dizendo que o governo do PT quebrou o País. Isso, além de uma desqualificação profunda do debate, é mentira, ainda, do alto, de quem diz que é professor de Direito Constitucional, etc. Então, pelo consenso, pela capacidade intelectual da Casa, eu peço ao presidente que resguarde este púlpito da disseminação de *fake news*. Por favor!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero reiterar que, na discussão e encaminhamento do projeto, se encaminhe questões relativas ao projeto. Na mesma linha, quando estamos em período de discussão de Pauta, vamos manter o nível do encaminhamento das questões dentro de um conceito relativo que é abordado no momento oportuno da sessão.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Dando seguimento a um debate de quase uma tarde inteira em que se ouviu várias posições, não convence um projeto desta natureza em que vem totalmente de forma irregular, porque, onde fala de recursos, ainda fala de uma LOA antiga, e nós estamos em 2021. E mais, a contrapartida de todos os projetos que se apresenta sempre tem que se fazer a citação de onde retirar os recursos para que não se tenha vício de origem ou inconstitucionalidade. Nós estamos na Câmara Municipal, nós somos legisladores, se nós não seguirmos a legislação, nós vamos ficar como ativistas, fazendo propostas fora da Câmara. Mas nós temos um mandato, nós temos que considerar a legislação. Passar um projeto dessa natureza e criar problemas futuros para o Executivo não deve ser as nossas iniciativas. Também ficar aqui falando do projeto, mas desviando o assunto para atingir os vereadores, para tentar dizer que somos irresponsáveis, que nós não nos preocupamos com as categorias, isso não convence. Como não nos preocupamos com a categoria que salva vidas principalmente, mas nós não podemos esquecer as demais, as cidades funcionam com outras categorias. Então esse discurso que nós estamos desconsiderando o projeto por insensibilidade, realmente não tem amparo de seriedade. Emendas impositivas, cada vereador tem a sua prerrogativa de encaminhar onde entender que está de acordo com o que é exigido na Secretaria da Fazenda. Mas o encaminhamento mesmo é que temos que trabalhar com muita seriedade – discursos ideológicos não fazem com que um projeto se torne legal. Então, o nosso encaminhamento é pelo voto contrário a esse projeto e às emendas, por uma questão de coerência. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Olha, o negócio hoje está bom, está bem bom. Primeiro, que continuam falando de algo que a Lei Orgânica do Município.... Acho que os vereadores têm que entender, e volto a frisar, parem de demagogia! Eu indiquei as emendas que tenho, não só da Saúde, em torno de R\$ 1 milhão, dediquei tudo para compra de vacina, entreguei o documento lá no governo. Façam isso, façam isso! Agora, vocês querem aprovar um monte de coisa inconstitucional - aí não tem condições. Não tem como aprovar as coisas que vocês querem aprovar, inconstitucionais, dentro da Casa, não tem! E aí, quando eu falo que é demagogo é por causa disso. Ah! Porque não aprovaram a utilização das emendas impositivas do vereador – mas vão ler o que é, o que diz a Lei Orgânica do Município – que, do vereador, do vereador. Então, façam um novo PELO, alterando a redação, dizendo que pode.

Outra coisa, o Ver. Robaina agora só fala do monumento. Acho que foi certo o monumento, porque se isso lhe atingiu tanto, o senhor votou contra o monumento, não me lembro? Agora, o senhor acha que não tem que ter os monumentos de pessoas que ajudam os outros? Não tem que ter um monumento a favor dos bombeiros? Não tem que ter um momento a favor dos policiais? Não tem que ter um monumento a favor das pessoas que vieram e construíram esse Estado, esta cidade, nada disso precisa? Ter um monumento não quer dizer nada, ter um monumento para ficar para as gerações futuras, para daqui quem sabe a cem anos, as pessoas passem pelo monumento e vejam o que aconteceu nesse período, nessa época; assim como o Monumento aos Açorianos – quem passa por ele lembra das pessoas que aqui chegaram, sejam elas de nau, a cavalo, de carroça; o que passaram essas pessoas para chegar até aqui. Um monumento nada mais é do que isso, mas acho que o senhor ficou muito brabo com a questão do monumento, que não foi o senhor que apresentou. Pelo que vejo é isso, uma inveja, mas o senhor pode fazer um outro projeto, se o senhor quiser fazer uma taça, sei lá; agora, o que não pode, volto a dizer, é querer usar as emendas impositivas dos vereadores que são um direito dos vereadores destinarem para o que quiserem - a consciência do vereador é que diz! Então, por que vocês não pegam – estão tão preocupados – e doem os salários de vocês. Há uma lei, de minha autoria, que permite que o vereador faça isso, é só indicar o conselho ou a instituição para a qual quer doar. Só essa instituição tem que ser cadastrada nos conselhos municipais – pode doar, peguem seus salários e doem, pequem suas verbas de gabinete e doem, façam, façam isso; agora, as pessoas estão passando necessidade. Ninguém está aqui, em hipótese alguma, tirando o fato heroico das pessoas que trabalham na Saúde, os verdadeiros heróis, pessoas que fazem milagre com o que têm na mão; agora, não adianta nós não tocar na ferida: nós construímos milhares de estádios de futebol neste País e não construímos um hospital. Eu falo com muita tranquilidade – está aí nos Anais da Câmara, nas notas taquigráficas da Câmara – eu fui um dos poucos vereadores no Brasil – não é audácia minha – no Brasil, que criticou a construção dos estádios na

Copa do Mundo. Tomei muito pau na época, mas muito pau mesmo, dizendo que eu era isso, que eu era aquilo, que eu era não sei o quê, mas está aí a resposta. Não se pode jogar nos estádios, é para ninguém; os estádios, tudo pela iniciativa privada com dinheiro público, e não se construiu um hospital. E tem várias outras coisas que aconteceram. Eu quero dizer que fui membro do Conselho de Administração do BNDES, fui um dos únicos membros que não foi chamado para depor na CPI, e realmente muito dinheiro saiu daqui para países vizinhos, que poderia ter sido empregado neste País na compra de medicamentos, na compra de equipamentos para os hospitais. Mas é que nem aconteceu, o governador disse que agora vai arrumar cento e poucos leitos, mas fez um ano ontem a pandemia, um ano de isolamento ondem, devido à pandemia, drástico no Brasil. E aí nada é apresentado. Então, eu acho que projetos que não passaram na CCJ – por isso que não tiveram o parecer sobre a inconstitucionalidade; agora, projetos demagógicos – e são demagógicos, volto a afirmar – porque não discutiu com o plano da Casa. E quando o Ver. Robaina diz assim: “Eu faço o projeto, mas é de todos.” Por que não convidou todos os líderes para assinar? Porque não convidou todos os vereadores para assinar? Não, porque quer fazer *cards*; então, faça seus *cards* que nós vamos continuar lutando para melhorar a vida das pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL 065/20, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, diretor Luiz Afonso, obrigado, Pedro Ruas. Eu também queria esclarecer ao Ver. Janta que não sou contra estátua, viu Ver. Janta! Não te preocupes, não. Sobre a tua proposta da estátua, por mim está tudo *o.k.* Aliás, eu não sei quando foi a inauguração dela, Ver. Janta. Tua aprovaste a inauguração da estátua – ela foi inaugurada em algum lugar? Ela foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores. Se teve essa inauguração, não me avisaram, mas eu acho que a estátua está bem. Eu acho só – e aí, é muito pouco, só chamo atenção para isso. É muito pouco! Imagina, a Câmara de Vereadores fazer um grande esforço, mostrar sua solidariedade aos servidores, e faz uma estátua! É muito pouco; o Ver. Janta, tem que reconhecer que é muito pouco. Então, eu quero que o Ver. Janta nos ajude a aprovar uma medida que seja realmente favorável, que os servidores realmente valorizem agora, no momento. Aí, o Ver. Janta diz que é demagógico! Logo o Ver. Janta disse que é demagógico, imagina só. O Ver. Janta disse que fez uma emenda que estendeu esta proposta a 200 categorias, e ele disse que a minha proposta, direcionada para os trabalhadores da Saúde, envolvidos diretamente no combate à pandemia, é demagógica! Aí, ele, supostamente para combater a demagogia minha, estendeu para 200 categorias; ele fez uma emenda – a emenda é do Ver. Janta, não é minha. Eu vou votar favoravelmente a emenda do Ver. Janta igual. Espero que o Ver. Janta, inclusive, divulgue quem aprovou as emendas dele ou não, porque isso, sim, é

legislar de modo demagógico, fazer proposta que nem mesmo ele defende, porque eu defendo, eu defendo que tenha abono, sim, e que se possa estender o máximo possível esse abono, o máximo possível! O problema é que estender o máximo tem a ver com os recursos, logicamente - o Município tem seus limites, mas são limites, não são impossibilidades absolutas, são limites, porque a minha proposta requer muito pouco recurso. E eis o que é mais inacreditável é que vários vereadores se recusem a aprovar. Nós vamos insistir, evidentemente; nós vamos dar publicidade, evidentemente – não se preocupem todos, é óbvio que nós vamos dar publicidade, não se preocupem, é uma função nossa dar publicidade para as votações. Não pensem que não terão publicidade, os seus votos estão conscientes, com tanta fundamentação.

É óbvio, Daiana! Eu entendo, Daiana, sou muito solidário com a tua fala, expressando um descontentamento com a Câmara mesmo, que acho faz sentido; inclusive tem sido uma marca dessa legislatura até agora ser simplesmente avalista do governo municipal, que até agora, como governo, mostrou muito pouco, porque o que governo tem feito, atualmente, viu Pedro Ruas, que foi deputado estadual, o que o governo tem feito, atualmente, é simplesmente pegar, fazer cópia e cola das propostas do Marchezan! Eu não sei por que tiraram o Marchezan? Não sei por que vários vereadores quiseram tirar o Marchezan? Mas Daiana, vou dizer uma coisa para ti: também a vida muda na Câmara de Vereadores, porque muitos vereadores foram da base de sustentação do Marchezan durante um bom tempo, depois estabeleceu-se uma crise e parte desses vereadores passaram até a apoiar uma CPI contra o Marchezan! Eu não, porque, quando eu fiz a proposta de CPI eu a fiz de modo sério, eu não fiz para fazer oposição, eu fiz para investigar o governo. Então, a Câmara muda também, a Câmara é a expressão de relações de forças também na sociedade, expressando relações um pouco mais estáticas, por quê? Porque essa composição da Câmara, embora tenha tido renovação, ela tem uma maioria que foi para um lado; na eleição, ainda o Bolsonaro não tinha o nível de desgaste, e vai aumentar cada vez mais! Não adianta tentarem e colocar lá atrás, imagina as discussões que eu vejo fazer aqui, o Ver. Janta, o Bobadra – estão discutindo o governo Lula ainda, estão discutindo o governo do PT que, desde 2016, não está governando. Não falam nada do Bolsonaro! Eu quero só chamar a atenção, Presidente Márcio, é que essa votação é uma votação simbólica também, ela expressa também como os vereadores estão encarando a política: se os vereadores encaram a Câmara de Vereadores como um lugar para tratar de fortalecer políticas públicas favoráveis ao povo, ou se os vereadores simplesmente serão avalistas do governo Melo, um governo que, infelizmente, em boa parte tem sido reprodução da política do governo Marchezan; quando não é reprodução da política do governo Marchezan, às vezes é, inclusive, pior, porque o Marchezan não era tão favorável ao Bolsonaro, como o Melo tem se mostrado no tratamento da Saúde. Quer dizer, o Marchezan não fez campanha do *kit* Covid; o Melo chegou, e a primeira medida que fez foi aquele decreto indecente de colocar *kit* Covid que até a Justiça nos deu razão. E, óbvio que a Ver.^a Comandante Nádia, promovida na Brigada Militar durante o governo do PT, que enche a boca para falar da Constituição, não diz que a Justiça derrubou a tese dela em relação a isso. Mas eu não pedir coerência para uma vereadora que tem

defendido o bolsonarismo, que é um governo do genocídio nacional! O que eu peço é para os vereadores que não querem ficar nessa corrente bolsonarista que surgiu em Porto Alegre e no País, dirigidos por essa corrente, que passem a ajudar a Câmara a ter uma postura um pouco melhor para que possamos ter uma Câmara de Vereadores que não provoque a decepção da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Pergunto ao diretor se as emendas e o projeto estão sendo encaminhados juntos?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em relação às Emendas nº 01 e 02 e o projeto, o encaminhamento é conjunto. Como a Emenda nº 03 está destacada, poderá ser encaminhada separadamente. Neste momento os encaminhamentos são em conjunto das Emendas nº 01 e 02 e do projeto.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, passaremos a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, vamos começar pela Emenda nº 03, que está destacada. Agora eu vou ler a emenda e quem quiser encaminhar a votação poderá fazê-lo. (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, uma questão de ordem, o Ver. Janta está querendo retirar o destaque, é possível?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Depois de encerrada a discussão não há como fazer isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 065/20. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu acho que assim, Ver. Claudio Janta, a sua emenda inclusive vai auxiliar o prefeito, vai auxiliar o prefeito, assim como o projeto; vai auxiliar o prefeito a reatar laços com as trabalhadoras e os trabalhadores dessa Porto Alegre, porque o próprio projeto da previdência, que está aí a toque de caixa, coloca contra a parede os servidores; e o projeto hoje, assim como a sua emenda, dá um acalento aos trabalhadores no sentido de que: Opa, pera aí, tem gente querendo dialogar comigo mesmo; tem, sim, vereadores que querem olhar para nós, trabalhadores, mesmo que seja na curva, porque a gente sabe que o projeto trata da saúde, mas aí colocamos todos os servidores, enfim, trabalhadores. Acho que é

importante! Acho que é importante, é meritório, porque – explico – nós temos que defender a economia. E defender trabalhadores é defender fundamentalmente quem faz a roda girar! Erroneamente, pessoas dizem que quem faz a roda girar é o empresário; não, é o conjunto dos trabalhadores e os microempreendedores – esses são os que até agora não ganharam a linha de crédito do microempreendedor - foi promessa de campanha e ainda não apareceu. E agora essa emenda é fundamental porque ela olha para algumas pessoas; claro que ela deveria ser talvez um projeto de lei, vereador – talvez um projeto de lei! Mas, olhar para os trabalhadores da Saúde, neste momento, neste projeto, e o seu conjunto de emendas, é valorizá-los, valorizá-los! Valorizar, esse tem que ser um verbo na boca dos políticos. Valorizar quem está salvando vidas. Pensem no Postão da Cruzeiro ontem – recebi a mensagem: “Ventilação mecânica, as pessoas no braço, com pouco RH, nenhum recurso”, porque as pessoas vão chegando, a Covid está avançando! E eles estão lá se dedicando, gente. Pensem no sofrimento dessa gente, desses trabalhadores que estão há cinco anos com o salário congelado! Estou falando dos municipais, dos imesfianos, de todo mundo, porque o governo anterior, gente, virou as costas para os trabalhadores. Eu acho que essa emenda é boa, ela é boa, apesar de, claro, discussões acaloradas, mas eu quero encaminhar aqui que a gente possa, sim, olhar para quem está salvando vidas, porque é muito confortável para a classe política, com seus ganhos garantidos, ficar votando contra os trabalhadores da saúde, deixando eles ao léu, se virando. Tem até aquele quadro de um programa “Se vira nos 30”. Gente, eles estão há mais de um ano tentando garantir que o povo se salve, num SUS sucateado, sem dinheiro. Nós precisamos, gente, aportar, de fato, recursos, porque a gente sabe que a Prefeitura tem. A Prefeitura tem, porque se tem R\$ 16 milhões para os empresários, tubarões do transporte, não tem um troquinho para a Saúde? Deram R\$ 16 milhões para meia dúzia de empresários, numa canetada e daqui a 90 dias ainda vão discutir se vão dar mais, o que vão fazer, como vai ser, como não vai ser.

Então, para concluir e encaminhar, eu peço a sensibilidade dos nossos colegas para esses vereadores que se dedicaram nessa matéria, tanto o nosso querido Robaina, que produziu, quanto o Janta, que está aí acolhendo as outras categorias, nós acolhemos também; só que não dá para os demais vereadores virarem as costas para toda essa discussão que foi feita hoje, e vir com essa conversa de que não pode isso, não aquilo. Esta Câmara não pode ser um puxadinho, ela tem que ser propositiva, indicativa, construtora, produtora do novo. A Câmara de ontem? Essa já foi! A Câmara entregue, deitada no colo dos governos, esta Câmara tem que ser ativa! Para concluir, tem que ser construtora do amanhã que Porto Alegre quer, que depositou em cada um desses 36 vereadores. Por isso, encaminhamos favoráveis à emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 065/20, como autor.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Nobre Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa; nós fizemos esta emenda como estamos desde o início da pandemia lutando, fizemos a emenda que retira a TGO dos transportes escolares, dos taxistas, fizemos várias emendas e leis, neste período de pandemia. Realmente, nós concordamos, não é uma estátua que vai dar dignidade às pessoas, mas, volto a dizer, estátua é uma coisa e monumento é outro, nós propusemos um monumento em homenagem aos heróis no combate à Covid-19. Isso não tira a aflição que está um técnico de enfermagem, um enfermeiro, um médico, um anestesista, um auxiliar na área da saúde, um porteiro na área da saúde, um guarda na área da saúde, uma pessoa da limpeza na área da saúde, nada disso tira essa aflição. Eu acredito também que não é com um abono que vamos tirar essa aflição, só que nós queremos tirar tudo do mesmo caixa! Nós queremos tirar a vacina do mesmo caixa; nós queremos tirar o reajuste dos servidores municipais do mesmo caixa; nós queremos a ampliação de leitos do mesmo caixa; nós queremos manter os descontos, os repasses que a Prefeitura passa para a previdência no mesmo caixa – tudo sai do mesmo caixa! De concreto o que entrou, que esse caixa não previa, foram R\$ 8 milhões que a Câmara devolveu para esse caixa, de concreto, foi isso. Diminuí uma série de imóveis alugados na cidade de Porto Alegre, as pessoas tiraram até as placas porque não conseguem alugar. Então, não há uma cobrança de IPTU, não há um pagamento efetivo de IPTU, a questão dos credores isso já é secular. A questão dos credores vem desde o descobrimento do Brasil, se vamos só bater nessa tecla, nós não vamos resolver. Agora, acho que temos que elencar prioridades. Primeira prioridade, vacina; segunda, ampliação de UTIs, ampliação de equipamento para essas UTIs; terceira, ajudar quem não tem renda nenhuma, acho que isso é uma prioridade de todos nós, ajudar as pessoas que não tem renda nenhuma. Nós temos aí as pessoas que trabalham na assistência social, os voluntariados, nós temos os *motoboys* que andam por esta cidade para cima e para baixo entregando as coisas. Nós temos os trabalhadores de farmácias que desde que começou a pandemia não arredaram o pé, fazendo os testes. Nós temos os trabalhadores dos supermercados que estão lá vendendo o que as pessoas precisam. Nós temos uma série de profissionais que continuam trabalhando; e outros que deixaram de trabalhar: as pessoas que trabalham em casas noturnas, as pessoas que trabalham em restaurantes; as pessoas que trabalham em cinema; as pessoas que trabalham teatros, em exposições, em feiras, todas essas pessoas estão sem renda, dependem de alguém ligar, alguém ir atrás. Temos pessoas aí que estão vendendo feijão, pessoas que estão vendendo pizza feita em casa para levar um pouquinho de sustento para a sua família. Então, eu acredito que nós temos que ter políticas da cidade Porto Alegre, não é um abono de R\$ 250,00 do governo federal que vai resolver a vida das pessoas. Mas a gente quer dar um abono de R\$ 100,00 para todo mundo, uma série de coisas que a gente faz só que o caixa é um só, e se você que está nos ouvindo, e acredito que alguns vereadores não sabem, de cada R\$ 100,00 arrecadado aqui na nossa cidade, R\$ 62,00 vão para Brasília, mais 24% vão para o governo do Estado, o restante fica aqui, na Prefeitura, que tem que cuidar da assistência básica na saúde, na educação infantil, de uma série de coisas que um recurso de R\$ 100,00 equivale a 16%, dá R\$ 16,00 desses

R\$ 100,00. Então, isso que nós queremos, queremos que tudo saia da Prefeitura, E temos cidades de várias representações partidárias que estão fazendo várias coisas que nós estamos propondo aqui, principalmente ampliação de leitos, principalmente buscar a vacina – eu acho que essas têm que ser as nossas prioridades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Solicito ao nosso diretor legislativo que leia o teor da Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20.) Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 065/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11votos **SIM**, 21 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria cumprimentar o Ver. Claudio Janta pela forma didática com que ele esclareceu para votarem “não” nessas emendas. Obrigado, Janta, votei “não”.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): A iniciativa é inconstitucional, por isso, votei “não”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ramiro Rosário solicitou, pelo *chat*, a intenção de votar “não” à Emenda nº 03 ao PLL nº 065/20, ele teve problemas para abrir o áudio.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 065/20.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoni Medina, a Emenda nº 01 ao PLL nº 065/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**, 24 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Ficam prejudicadas a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.

Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 065/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 065/20.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 037/21 – (Proc. nº 0065/21 – Ver^a Laura Sito) – requer o “CONVITE ao Secretário de Saúde de Porto Alegre, Mauro Sparta, e ao Secretário Extraordinário de Enfrentamento ao Covid, Renato Ramalho, para apresentarem respostas ao Plenário da Câmara de Vereadores sobre o cronograma de vacinação, a composição de grupos prioritários, os locais de vacinação, entre outros”. (SEI 216.00023/2021-11)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 037/21. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Estou acompanhando a votação pelo gabinete, e vi o requerimento da vereadora convidando o secretário da Saúde para comparecer e prestar esclarecimentos para a Câmara de Vereadores. Eu vou adiantar que o meu voto é não e vou explicar o porquê. Ontem, talvez menos de 30 horas atrás, o secretário da Saúde foi convocado pela COSMAM para prestar esclarecimentos sobre o último quadrimestre de 2020, prestação de contas quadrimestral da saúde, que é necessária fazer à Câmara de Vereadores, através da Comissão. Ontem, nós ficamos duas horas debatendo a prestação de contas do último quadrimestre, e, naquelas duas horas de audiência pública, foram feitas várias perguntas para o secretário com relação a vacinas, com relação à infraestrutura, respiradores, aluguel de vagas no sistema privado, ampliação de vagas do sistema público, e não sei qual é a orientação do governo, não sei qual é a orientação da base, qual a orientação da oposição com relação a isso, mas eu me senti contemplado nessa audiência pública que foi convocada para esse fim. Foi dada ampla publicidade e, na minha opinião, as respostas que deveriam ser respondidas foram contempladas no dia de ontem. Por entender que o secretário e a Secretaria estejam sobrecarregados, neste momento, entendo que nós tivemos a oportunidade para fazer os questionamentos ao secretário. Então, este é o meu posicionamento, vou votar contrário não por qualquer desavença ou por entender que é importante a solicitação da vereadora, mas, na minha opinião, nós tivemos essa oportunidade ontem durante essa audiência pública.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21, como autora.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Retornando aqui esse debate, que foi inclusive por sugestão... (Problemas na conexão.) ...na sessão passada, alteramos para um convite, que realmente fica mais adequado ao encaminhamento, no sentido de que

nós possamos debater as questões relativas ao calendário de vacinação em grupos prioritários. Nós temos recebido não só na COSMAM, a qual o Ver. Jessé preside, mas também na CEDECONDH, por exemplo, recebemos vários grupos questionando inclusive a conformação dos grupos, há muito debate sobre isso, reivindicações sobre quem deve integrar, como deve ser feito o debate posterior ao cumprimento das orientações do Ministro da Saúde em relação aos grupos prioritários. Então, temos uma série de debates, este Parlamento é um espaço que agrega as reivindicações, que apresenta... (Problemas na conexão.) ...na sociedade, e o nosso papel é poder apresentar e, inclusive, poder elucidar eventuais dúvidas que apareçam. Não vejo como um problema, inclusive, se o secretário quiser designar alguém a vir, caso não possa, compreendemos a dificuldade que é o cenário que estamos vivendo de alta demanda, mas inclusive entendi do próprio secretário, acho que a Ver^a Mônica, na semana passada, reafirmou a mesma coisa, que não teria problemas em vir a Câmara, se necessário, para prestar esclarecimentos ou eventuais dúvidas e poder ouvir demandas. Então, acho que, no momento difícil como nós vivemos, é papel nosso, enquanto vereadores e vereadoras, ter um papel também ativo, auxiliando no processo de imunização, de enfrentamento da pandemia... (Problemas na conexão.) Discordando do Ver. Jessé, aqui é um espaço, que ele dê conta de um processo que está extremamente dinâmico na cidade. De forma bastante sucinta, faço aqui a defesa da manutenção do meu requerimento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Esta é uma situação inacreditável. Se a Câmara já não pode sugerir nada, não pode votar nada, não pode aprovar nada nem da oposição nem da situação, os senhores podem observar que não há projeto de vereadores da situação com relação à Covid. Bem, não pode fazer nada e agora não pode ouvir o secretário, a convite, no dia que ele marcar e, se quiser se fazer substituir por alguém? Mas o que é isso? É um Parlamento. Então vamos virar aqui um grupo de CCs do prefeito, é isso? Cuidado! O prefeito pode se incomodar. Cuidado! O secretário pode não gostar. O secretário já disse que está disposto a vir, é obrigação dele, ele está disposto a vir, elogio ele inclusive, está disposto a vir, pode mandar alguém no lugar dele. Mas é o fim do mundo, é uma falta de noção do que é o Parlamento, talvez achem que o Parlamento seja um grupo de apoio ao prefeito. Não é. Não é isso o Parlamento. É claro que eu voto sim, encaminhado favorável, não é possível que nem isso se possa fazer.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores. Eu acho que não é oposição, situação, pode ou não pode ir à Câmara de Vereadores. Nós temos que ter um pouco de bom senso. Ainda há pouco, o presidente da Comissão de Saúde da Casa disse que o secretário esteve lá, ontem, na audiência pública, e conversou. Estamos em plena pandemia, nós queremos várias coisas da Secretaria Municipal de Saúde, e aí queremos que o secretário venha na Câmara de Vereadores, acho que pela terceira vez já, ou pode indicar alguém. Aí, esse alguém vem e é desqualificado porque não é o secretário, o secretário não respeitou a Câmara. Eu acho que o secretário da Saúde tem que ir lá trabalhar na saúde. Ainda hoje, o prefeito se colocou à disposição desta Casa para quando a Casa precisar, o prefeito estará na Casa ou o seu vice-prefeito. Então, acho que temos que parar com cada doença que tem uma coisa chama o secretário da Saúde. Nós vivemos numa pandemia, os números são públicos, é só entrar no *site* da Secretaria de Saúde ou acompanhar através da imprensa, os números são públicos. O secretário da Saúde esteve ontem na Comissão de Saúde desta Casa, o prefeito se colocou à disposição, a hora que a Câmara quiser, o prefeito ou vice-prefeito estará na Câmara, não podemos tirar a equipe de frente da Secretaria da Saúde que está enfrentando essa questão da Covid. Os números são públicos, estão lá na Secretaria da Saúde, os números estão na imprensa, estão em tudo quanto é lugar. Nós temos que deixar o secretário de Saúde e sua equipe de ponta fazer o que tem que fazer para cidade de Porto Alegre, até para depois nós não criarmos outro discurso: “não, o secretário desrespeitou a Câmara, mandou um assessor”. Acho que já esteve ontem na Comissão de Saúde, é desnecessário agora, neste período, o secretário vir, talvez na próxima semana, depois que der uma amenizada ou não – Deus que nos perdoe –, seja necessário. Mas, neste momento, como o secretário esteve ontem na Comissão de Saúde, não vejo necessidade de ele estar vindo na Câmara, já que o prefeito e o vice se colocaram à disposição desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou ser bem sucinto. Porto Alegre está tendo a maior vacinação das capitais. É um grande momento do Mauro e também do secretário, ao enfrentamento do Covid, o Renato Ramalho. Nós, sempre que fazemos um convite a um secretário, a gente gosta que o secretário vá. Nesse caso não é oposição nem situação, todos nós queremos. Claro que ontem ele já esteve, como o Ver. Cláudio Janta disse, poderíamos ter aproveitado, mas eu não vejo nenhuma razão de não vir o secretário, e se não vier, vem o Ramalho. Este é um momento em que o Mauro está fazendo um trabalho excepcional junto com o prefeito, abrindo hospitais, abrindo mais leitos. Estão fazendo bem, numa crise mundial, pegaram a barca no meio do caminho, como se diz, e estão fazendo um belo trabalho. O próprio prefeito assumiu já com a pandemia em andamento. Então, na realidade, a gente

só tem que elogiar. Acho que o Mauro faz um belíssimo trabalho, é um homem simples, um homem humilde, não aparece tanto, mas está aí trabalhando o dia inteiro. Por mim não tem problema, eu até gostaria de estar junto para fortalecer este grande trabalho que o Mauro está fazendo junto com o prefeito e seus secretários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu já percebi, pelos primeiros encaminhamentos, na fala do Ver. Cassiá Carpes, que a tendência da bancada de governo é votar contra. Ao mesmo tempo, o Ver. Jessé disse que fez uma ampla divulgação, mas eu não sabia da vinda do secretário. Quando houver a vinda de um secretário para qualquer comissão, tem que ser por orientação de V. Exa. e que se avise todos os vereadores, porque depois, no plenário, não vai poder chamar. Tem que ter essa orientação. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Fui contemplada com a fala dos colegas, apenas quero dizer que a reunião de ontem, na COSMAM, é por lei, a cada quadrimestre a Secretaria vem e faz toda uma demonstração do que está ocorrendo, do que ocorreu nos quatro meses. Então também entendo que é desnecessário, neste momento, o secretário se deslocar até a Câmara, mas lá tem o gabinete dele que qualquer um dos vereadores pode marcar hora para algum assunto mais emergente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Meus queridos vereadores, eu acho que quem definiu melhor o secretário da Saúde, Dr. Mauro Sparta, há pouco dias, 15 ou 20 dias, foi a Ver.^a Mônica Leal, que testemunhou o trabalho que faz o secretário Sparta junto com a sua equipe: incansável. E também o prefeito esteve na Câmara de Vereadores para falar sobre esse assunto já. O secretário também esteve, agora voltou de novo na COSMAM. Eu acho que o Ver. Claudio Janta tem toda a razão, o Ver. Cassiá Carpes também, nós temos que deixar o secretário e a equipe estarem a frente da Secretaria da Saúde para cuidarem realmente da situação grave que nós temos. Não que

não seja importante vir até a Câmara, mas eu acho que eles, na frente, cuidando da Covid, têm muito mais rendimento do que perder uma tarde toda – perder, eu digo, no sentido de que seria melhor eles estarem trabalhando na sua secretaria ou nos lugares que eles precisam ir. Os vereadores podem ter as informações, e as têm, quando necessário, inclusive diretamente com o prefeito. Então eu não vejo motivo nenhum para, agora, convocar o secretário da Saúde ou mesmo que seja em forma de convite. Ele, se for convidado, é lógico que vai fazer o possível para comparecer, e como disse o Ver. Claudio Janta, se não vem o secretário dizem que ele desmereceu o convite da Câmara. Então eu acho que não é o momento nem de convidar nem de convocar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, eu quero fazer um comentário importante aqui. Eu não sou advogado do Ver. Jessé, conheci ele agora nesta Legislatura. Acho que é um bom vereador, já foi vereador em Viamão, mas acho que é um bom vereador. Eu sou presidente de Comissão também, da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, imaginem se cada convite que eu fizer, eu tiver que mandar um AR para cada vereador, comunicando que vai ter uma autoridade na minha comissão. Eu acho que o papel de cada gabinete, através de seus assessores, é consultar as comissões para saber quem vai estar naquele determinado dia. Certamente o secretário de Saúde não apareceu do nada aqui na Câmara de Vereadores, mesmo que tenha sido pelo Zoom, acredito que foi *on-line*, isso foi marcado, no mínimo, de uma reunião para a outra. Acho que cabe aos vereadores, através das suas assessorias, consultar a agenda e verificar quem vai estar em cada comissão e em cada reunião. Vou dar um exemplo para vocês, na minha comissão, sou novo na Casa, mas eu fui surpreendido por um assessor da Ver.^a Cláudia, foi bem recebido, normal. É direito de cada vereador acompanhar qualquer comissão, mesmo não sendo membro. Então o que sugiro aos colegas? Que determinem a determinados assessores que fiquem em determinadas comissões, isso é um processo natural. Inclusive, cada um dos vereadores nesta Casa tem o número de assessores até superior ao necessário para atender às demandas pertinentes ao nosso mandato. Então fica aí um comentário importante e uma sugestão para quem não sabe. Eu estou chegando agora, se estou numa comissão X, Y ou Z, posso acompanhar todas... (Problemas na conexão.) Entendo que não há necessidade de chamar mais uma vez o secretário que esteve há alguns dias aqui, esteve na Comissão de Saúde. Eu só vou esperar mais um pouquinho, entendo que a vereadora está preocupada com as questões do nosso Município. Certamente não é para fazer *show*, não é isso, ela quer ajudar realmente, mas eu acho

que pode fazer por escrito, encaminhar essas sugestões direto para o secretário ou fazer aquele projeto indicativo. Acho que é importante. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Alexandre Bobadra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, o tempo regulamentar da sessão encerrou, e nós temos que votar um requerimento para prorrogar a sessão, para podermos terminar essa votação.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Esse requerimento da vereadora está equivocado, ela está convocando um secretário do Estado de Pernambuco para vir à Câmara. O Dr. Renato Ramalho nem em Porto Alegre mora mais, não tem como votar esse requerimento da vereadora, está mal elaborado, já perdeu o tempo. O secretário Renato não é mais secretário, não é só o secretário Mauro que ela está convocando, está convidando dois secretários e um deles nem secretário mais é. Está prejudicado esse requerimento.

Vereadora Laura Sito (PT): Só complementando a questão de ordem do Ver. Mauro Pinheiro, esse pedido foi feito antes de o secretário sair da Secretaria, inclusive, ainda que o secretário possa ter estado aqui ontem na Câmara, o tempo de resposta disso levará alguns dias. Então nós estamos fazendo um debate aqui que tem pouco sentido, sobre a quantidade de vezes e os prazos. Só para fazer aqui um alerta aos colegas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que faça a chamada nominal dos vereadores, a fim de prorrogarmos a sessão por mais duas horas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 17 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está prorrogada a sessão por mais duas horas. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Eu faço um apelo, e não menos importante quero registrar o meu elogio aos vereadores e às vereadoras que votaram pela manutenção da sessão. Nós estamos aqui pagos, muito bem pagos, para trabalhar. Estamos em *home office*, estamos trabalhando de longe ainda, me parece correto e adequado estarmos aqui trabalhando pela cidade, o que é a nossa obrigação. Encerrar a sessão antes não faz o menor sentido. Por outro lado, nós não podemos tirar as prerrogativas da Câmara. Acho que o Ver. Bobadra não entendeu. Eu quero dizer que, quando vier secretário do Município, que avisem os vereadores e mandem uma comunicação, é só isso. Eu não sabia que a Câmara ia abrir mão da sua capacidade de convidar um secretário. Nós hoje, da oposição, fomos recebidos duas vezes pelo prefeito e pelo vice. Agora, que a Câmara vai abrir mão de poder convidar um secretário, quer dizer, ela não acredita nem em si mesmo, a Câmara não se acha um poder; a Câmara, a partir deste momento, passa a se achar um não sei o que, um grupo de apoio ou algo assim. Não é possível abrir mão de poder convidar um secretário. Até do jeito que vai essa votação, seria interessante que ela fosse bem pontual, porque, no futuro, nós vamos ter que rever essa situação sob pena de criar para os vereadores do futuro uma situação de vergonha; a Câmara abriu mão de ser Câmara. Ela é um poder independente. A Câmara Municipal é um Parlamento, nós fomos eleitos tanto quanto o prefeito. Convidar um secretário, que pode se fazer substituído por outra pessoa, ninguém vai falar mal dele se ele mandar outra pessoa, ninguém, todo mundo vai entender. A Ver.^a Lourdes Sprenger, por quem eu tenho muito respeito e amizade, disse: "Não tem problema, o vereador vai lá e se informa".

Mas, vereadora, ele terá de receber 36 vereadores, serão 36 reuniões e ele vir aqui falará uma vez para todos, é muito mais simples. Ninguém quer questionar o trabalho dele no sentido de criticar, eu, inclusive, pontualmente aqui, quero fazer elogios ao trabalho dele. Eu tenho críticas ao trabalho do prefeito, não do secretário da Saúde. É uma questão política, muito mais ampla, não é o secretário Sparta que está fazendo um trabalho interessante.

Então, o que acontece? O problema não é esse, se é para criticar, ou se é para elogiar, o problema é abrir mão de ser Câmara, de ser Poder Legislativo. Vejam bem, se não puder convidar um secretário, não tem o que fazer nesta Câmara! Eu lamento, é terrível, é um vexame. Vou votar, sim, obviamente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Colegas, eu me inscrevi para dizer da necessidade, sim, que nós temos de estar em permanente diálogo com o secretário de Saúde, Mauro Sparta, em que pese ele ter estado na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, eu estive lá e acompanhei a audiência. Ele foi, cumpriu uma agenda de prestação de contas do quadrimestre do ano passado; trouxe informações importantes

sobre a política de saúde geral da cidade, da pandemia e também da política de enfrentamento da pandemia. Mas eu penso que a gente vive um momento tão difícil, ontem foram 500 e tantos mortos aqui em Porto Alegre; nós temos um corredor da morte nos hospitais. As pessoas estão morrendo no corredor à espera de uma UTI e muitas vezes apenas de um leito. Então o que está colocado aqui não é tirar o secretário da linha de frente, porque nós também estamos na linha de frente, a Câmara de Vereadores tem que se colocar como corresponsável pela política de saúde daqui da cidade. E a corresponsabilidade se dá ouvindo, trocando, propondo, sugerindo e orientando, quando for necessário. Então, diante do quadro de saúde de Porto Alegre, não só de Porto Alegre, do Estado e do Brasil, é fundamental a gente poder conversar com o secretário toda semana. Não tem problema! Eu acho que isso faz parte da dinâmica da gerência da cidade e de um problema tão grave como é o da saúde neste caso, em especial, da pandemia. Então eu acho que é importante, sim, a gente não abrir mão do direito de estar contribuindo na gestão da saúde, de estar propondo, de estar ouvindo secretário Mauro Sparta, que é uma pessoa solícita, disponível, aberta ao diálogo e se colocou à disposição na reunião da COSMAM, sexta-feira, para fazer o diálogo necessário. Então, eu me inscrevi para defender para que a gente aprove o requerimento de convite do secretário, eu acho que é importante para toda as bancadas, para esta Casa e para a cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Requerimento nº 037/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**; com o voto de desempate do Presidente.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Só para fazer uma pequena correção. Eu entendi que a Ver.^a Reginete – um abraço, vereadora, eu não a conhecia – falou que em Porto Alegre morreram mais de 500, me parece que foi em todo o Estado, só para fazer uma correção para não cometer injustiça. Mas votei “sim”, porque eu acho que o secretário tem de vir à Casa. Ele está gostando da Casa, é um homem que sabe explicar, faz um belo trabalho e vai divulgá-lo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Como o convite não tem data específica eu votei “sim” porque nós poderemos combinar o dia em que o secretário virá e não precisa ser logo em seguida, visto que ele esteve ontem na Casa. Obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Olha, eu fico bem feliz com a fala do Ver. Pedro Ruas que ajudou na minha decisão de votar “não”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Dado que o secretário Mauro esteve na Câmara três vezes no último mês, eu entendo que não seja necessário. Votei

“não”, mas acho que é importante sempre ter essa porta aberta e que as visitas sejam feitas independentemente de convite.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Eu votei “sim”, se o secretário tiver disponibilidade.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Por ele e pelo prefeito terem estado muitas vezes na Câmara, eu acho que não é necessário um convite, quase que uma convocação, então, votei “não”.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Pelo que eu expus, que eu me senti contemplado pela presença do secretário na audiência pública de ontem, eu votei “não”.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu acho que homens públicos têm que se vir a público, é um convite nós não estamos fazendo convocação, é um convite para que se possa debater, por isso eu votei “sim”.

Vereador José Freitas (REP): Eu acho que neste momento não há necessidade porque ontem ele esteve na nossa comissão, por isso eu votei “não”.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, eu havia pedido adiamento por uma sessão da discussão e votação do PLL nº 222/16, mas, como ainda não houve retorno do secretário da saúde, solicito adiamento por duas sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0179/16 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/16, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui §§ 4º e 5º no art. 187 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, obrigando as creches municipais e as creches conveniadas com o Município de Porto Alegre a funcionar de segunda-feira a sexta-feira, até as 23h (vinte e três horas), e em sábado e domingo. (SEI 203.00032/2020-26)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- com Emendas nºs 02 e 03, do Ver. Claudio Janta (líder da Bancada do SD);
- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 08-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão, em 2ª sessão, o PELO nº 002/16. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu acredito que esse projeto é do ano passado ou até do retrasado e dificilmente ele será... (Problemas de conexão.) ...da pandemia, muito menos agora, quando nós temos quatro cepas de vírus atuando na cidade. Obrigar as creches funcionarem até as 23h, mais sábados e domingos, com todo o respeito, é inadmissível. Não tem que pensar muito. Um dia inteiro, de segunda a sexta, até as 23h, nem pode, contraria a bandeira preta, contraria a bandeira vermelha, isso não tem como, é impossível! E ainda em nível de Lei Orgânica, em algo que é perene, para sempre, porque a Lei Orgânica tem esse caráter da perenidade, da permanência, daquilo que não se mexe, daquilo que é, como eu disse antes, para sempre. Eu falo do projeto, não tem nada a ver com o autor, vocês sabem que eu não misturo uma coisa com outra, tenho o maior respeito pelo Ver. Janta, e não é só uma questão pessoal não, eu sou amigo do Ver. Janta, eu respeito a todos os vereadores e vereadoras e não por eles, mas porque representam o povo, se eu não respeitar o representante, não respeitarei o próprio povo. O projeto não tem nenhuma relação com a realidade de hoje, eu digo isso respeitosamente, não tem. Não sei como nós vamos fazer, nós vamos votar, mas é impossível ser cumprido algo assim, não tem como, contraria legislação até em nível federal; em estadual, com certeza; no municipal, provavelmente. Então, eu queria discutir nesse sentido e mostrar a incongruência. Não há como, na realidade, até numa situação sem a pandemia, a obrigação de as creches funcionarem, quem é que paga os funcionários? Como é que obriga uma creche a funcionar, que é de uma pequena

empreendedora, geralmente mulher, ou de um pequeno empreendedor? Tem de ter pessoas para trabalhar, tem que pagar os salários. A FASC não repassa os valores corretamente todos os meses. No ano passado, foi um horror; neste ano não sei como está. Deve ter mudado porque a pessoa que está lá, a diretora-presidente, é muito competente. Pode ter mudado, mas a FASC não repassou corretamente os valores para as creches comunitária no ano passado. Como é que fazem as pessoas para colocar alguém a trabalhar até as 23h, das 8h às 23h, sábados e domingos? É inacreditável essa obrigação, não tem como, então tem que vir acompanhado de medidas de recursos financeiros, porque são empregadas, são empregados, tem toda a questão da alimentação, que tem que ser fiscalizada; tem a compra da alimentação, não pode prender as pessoas lá sem alimentação. Então, tem que pagar empregado, tem que pagar alimentação, tem que pagar os aluguéis. Olha, obrigar as pessoas a fazerem tudo isso, parece-me que não, além de não ser nosso papel, não é nosso papel, se fosse, seria inadmissível que nós fizéssemos isso. Esta é a minha posição, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que se proceda à verificação de quórum, requerida pelo Ver. Moisés Barboza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) Sr. Presidente, 24 vereadores responderam presença. Há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir, em 2ª Sessão, o PELO nº 002/16.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, eu havia me inscrito antes de ter ouvido a participação do Ver. Pedro Ruas. Eu quero dizer que fecho, na íntegra, com ele, acredito que no momento não há possibilidade nenhuma de se votar este projeto da forma que está. Portanto, se for para colocar em votação, vou votar contra. E, outra vez, ratifico todas as posições do Ver. Pedro Ruas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir, em 2ª Sessão, o PELO nº 002/16.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, eu quero esclarecer aos vereadores que este projeto de alteração à Lei Orgânica se encontra na Casa há mais de três anos. Não é de agora, e ele vai se sujeitar, se aprovado, aos decretos. Já há algumas cidades no Rio Grande do Sul em que as creches funcionam, principalmente para atender as pessoas que trabalham na área da saúde, pessoas que trabalham na área do transporte, no comércio. Então, quando o projeto aparece, ele é genérico, mas ele passou por todas as comissões desta Casa, passou por todos os trâmites necessários a um PELO. É a segunda vez que estamos fazendo a discussão deste projeto. Então, se for aprovado, e é recém a primeira discussão, ele vai cumprir os decretos; não é uma coisa que vai começar a funcionar na semana que vem. O projeto prevê prazo, prevê receita, prevê a possibilidade de ser por regiões a abertura dessas creches, mas é necessário. Nós temos a necessidade, por exemplo, de ter uma creche aberta até as 23h, sábados e domingos, na Av. Assis Brasil, onde ficam os hospitais Conceição e Cristo Redentor. Existe a necessidade de creches abertas em outras regiões de Porto Alegre, onde temos as UPAs, onde temos outros hospitais, onde temos *shopping centers*, supermercados que funcionam até as 22h, 23h. Há vários setores e segmentos, quando voltarem a funcionar os bares, restaurantes, temos uma necessidade real. A cidade pioneira nessa questão de creches, que abriu perto de hospital e abriu perto de *shopping center*, beneficiando esses trabalhadores, perto da zona noturna foi a cidade de Passo Fundo. A cidade de Passo Fundo abriu no primeiro mandato do prefeito Luciano. A deputada Any Ortiz ainda era vereadora nesta Casa quando nós começamos a discutir este projeto; aí depois vimos que teria que ser uma alteração na Lei Orgânica do Município, porque na Lei Orgânica prevê horário de funcionamento para os postos de saúde. Tanto é que o Ver. Roberto Robaina, se eu não me engano, entrou com um projeto semelhante, foi dando óbice, pois o nosso projeto já estava tramitando. Está tramitando e cumprindo todas as necessidades que existem para um PELO – audiência pública, passou por todas as comissões, teve comissão que fez audiência, nós ouvimos as pessoas –, como fizemos para conseguir abrir os postos de saúde até as 24h, como também fizemos para abrir as escolas de tempo integral no Município de Porto Alegre. Só que, na campanha, todos os candidatos a prefeito de Porto Alegre falaram da necessidade de ter as creches abertas, disseram que abririam as creches, disseram que teríamos creches com horários estendidos, disseram que teríamos creches nos finais de semana, e é uma necessidade, é a realidade do povo – fora da pandemia – que está aí fora. As pessoas trabalham no sábado, trabalham no domingo, as pessoas trabalham até as 23h, nós iríamos abrir mais turnos de trabalho. O Ver. Pedro Ruas é um homem que entende de legislação de trabalho, sabe que para um período desses funcionar teria que abrir creches em mais um turno, estaríamos gerando ainda mais empregos na cidade de Porto Alegre. Este é um projeto que não tem nada que ver com a pandemia, mas ele está cumprindo os trâmites normais da Casa, como vários outros projetos que estão na Ordem do Dia para cumprir. Está cumprindo os trâmites da

Casa e, volto a afirmar, é um projeto que está há muito tempo nesta Casa, que vem sendo discutido, debatido há muito tempo aqui e que é uma necessidade da população de Porto Alegre, a quem nós representamos. Além disso, foi uma pauta das eleições, que todos os candidatos que disputaram a Prefeitura de Porto Alegre em primeiro turno, e, principalmente no segundo turno, declararam a necessidade de ter as creches funcionando, como existe também a necessidade de funcionamento dos postos de saúde em horário estendido. Nesta semana foram anunciados mais quatro postos de saúde funcionando até as 22h. E a Lei Orgânica que nós aprovamos diz que pode ser até as 24h e pode ser até as 22h. Agora, não proíbe de abrir. Abrirá a creche que tiver demanda, abrirá a creche que for necessária. Dei dois exemplos aqui de locais que necessitam de creches abertas urgente para atender os seus trabalhadores, que é, por exemplo, a região da Av. Assis Brasil, onde temos o Hospital Cristo Redentor, o Hospital Conceição, nós temos o Shopping Wallig, nós temos o Shopping Iguatemi. E temos várias regiões de Porto Alegre onde há a necessidade de ser entregue à população esse produto, que é as pessoas irem trabalhar e saberem onde estão os seus filhos, já que a lei diz que a partir dos quatro anos de idade as crianças têm que estar nas creches, nas escolinhas infantis. Como é um pai ou uma mãe vai trabalhar num restaurante, como é que um pai ou uma mãe vai trabalhar na manutenção de um hospital, de um *shopping center*? Como é que vão trabalhar numa loja, como é que vão trabalhar num hospital não sabendo onde vão ficar seus filhos? O principal argumento que surgiu é que seria um depósito de crianças, que as pessoas iam ficar em casa. E nós colocamos uma emenda que diz que nos finais de semana tem que comprovar o trabalho dos pais. Tem que comprovar. O Conselho Tutelar até nos sugeriu essa emenda e nós colocamos que terá que ser comprovado. A empresa terá que declarar que a pessoa trabalha no sábado e no domingo. Então, não vai ser depósito de crianças, não vão os pais largar os filhos nos finais de semana e ficar em casa vendo futebol ou passeando, não! É no horário de trabalho das pessoas. E estaremos gerando mais um turno de trabalho. E isso é claro que não é agora, até porque o decreto diz que as creches estão fechadas, que as escolas estão fechadas, está tudo fechado. Então, é uma política que a cidade de Porto Alegre estaria adotando.

Para concluir, Sr. Presidente, eu estou aberto a conversar com os colegas que não se inteiraram ainda deste projeto. E volto a afirmar: foi um dos temas que norteou as eleições municipais de Porto Alegre, as candidaturas a prefeito, vários vereadores também. Então, oferecemos a possibilidade de realizar essa vontade, esse desejo das pessoas que trabalham e produzem na nossa cidade depois das 18h. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir, em 2ª Sessão, o PELO nº 002/16.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vou ser muito breve, presidente. Primeiro, eu quero parabenizar o Ver. Janta por este projeto que vem auxiliar as mulheres, as mulheres que trabalham. Principalmente as mulheres que, neste momento de pandemia, estão na área da saúde e que trabalham diuturnamente. Tenho certeza que as mulheres vereadoras desta Câmara vão estar a favor deste projeto porque são mães; e, como mães, sabem da importância de termos nossos filhos bem cuidados na educação infantil, tendo profissionais que são capacitados para ficar com os nossos filhos. E as vereadoras que não são mães conhecem a realidade das mulheres que batalham, sabem também que mais da metade das mulheres, hoje, no Brasil, são chefes de família, são as pessoas que sustentam seus lares. Mais do que isso, é um compromisso de campanha do nosso querido prefeito Sebastião Melo e do vice-prefeito Ricardo Gomes. E, como bem falou o Ver. Janta, não serão todas as creches que estarão abertas até as 23h; haverá requisitos para que as crianças ali fiquem, comprobatórios de que as mães e os pais estão trabalhando. Então, quero dizer que é um projeto muito meritório e que, sim, neste momento de pandemia, logo que tivermos a cogestão, a educação infantil vai voltar a funcionar; e que é num momento de pandemia que as mães e pais vão necessitar de locais adequados para os seus filhos ficarem enquanto eles trabalham. Parabéns, Ver. Janta, novamente. Muito obrigada, presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Nádia. Não havendo mais inscritos, está encerrada a 2ª Sessão de discussão do PELO nº 002/16.

Em discussão o PLCL nº 020/19. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu li hoje o projeto da Ver.^a Lourdes Sprenger e gostei do projeto. Gostei do projeto, achei o projeto importante, meritório, necessário, mas quero dizer para a Ver.^a Lourdes Sprenger, a quem eu já digo que respeito muito, tenho amizade, já fomos vereadores juntos no passado, que eu não debati ainda nem com a minha bancada, do PSOL, e nem com a bancada de oposição, da qual sou líder. Então, é obrigação minha fazer esse debate. Eu quero apenas manifestar que, de início, eu gostei bastante, achei interessantíssimo, acho que inclusive supera uma questão de nós não tínhamos como um problema sério em Porto Alegre, por exemplo aquela famosa corrida de galgos; mas isso se tornou um problema crônico nas fronteiras do Rio Grande do Sul com Uruguai e com a Argentina. É claro que não é afeta Porto Alegre, mas poderia surgir aqui também. O projeto de V. Exa. já previne isso e é um projeto importante na área fim de proteção aos animais, conta com a simpatia de todas e de todos. Eu apenas, como li hoje, não debati, estou expressando aqui o meu sentimento. Eu gostei do projeto! Vou debater com o PSOL, vou debater com a bancada de oposição – PSOL, PT

e PCdoB – e não adianta aqui a posição definitiva porque me submeto à maioria nessas votações, então vamos ter aí um debate. Mas quero adiantar que esse projeto é muito bem elaborado e, com certeza, tem ótimos objetivos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCL nº 020/19. (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu não sei se a Ver.^a Lourdes Sprenger está presente. É costume nosso...

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Estou presente. Caiu meu sinal.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Vereadora, o seu projeto vai ser votado agora. Eu sugiro a V. Exa., se me permite, o adiamento por uma sessão, para que possamos...

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Era isso que eu estava tentando, vereador, pedir adiamento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador Ramiro Rosário solicita verificação de quórum, que precede... (Problemas na conexão.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal. Há quórum, Sr. Presidente.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Presidente, eu solicito adiamento da discussão do PLCL nº 020/19 por uma sessão, inclusive para fazer um melhor encaminhamento. É um projeto que tem um decreto estadual, mas ainda não temos o projeto de lei. É um caso que gerou muitos problemas no Estado do Rio Grande do Sul e também há tendência de vir para Porto Alegre, então nós apresentamos este projeto e gostaríamos muito que fosse aprovado, mas precisamos de 19 votos. Eu acredito que neste momento a gente possa fazer este adiamento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0147/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que altera o *caput* e o §2º e revoga o inc. III do § 1º, todos do art. 20-A da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975, e alterações posteriores, modificando os critérios de permissão para cercamento de largos, praças e parques do Município de Porto Alegre. **(SEI 030.00025/2019-00)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Valter Nagelstein: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-03-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 008/19. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A leitura que fiz foi muito breve, Ver. Felipe Camozzato, e digo que o último projeto que pude estudar com afinco foi o da Ver.^a Lourdes Sprenger, do qual gostei muito. A leitura que fiz, por alto, não gerou simpatia do ponto de vista geral... (Problemas na conexão.) ...Seria importante que o senhor explicasse bem o projeto, e não é por termos uma divergência séria ideológica que não podemos, pontualmente, estar de acordo.

Gostaria que o senhor explicasse, porque a leitura que fiz foi de um resumo que recebi de minha assessoria. Então é um pedido que faço ao Ver. Camozzato para que explique o projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Em votação o PLCL nº 008/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Agradeço ao Ver. Ruas pela menção. Atendendo ao pedido do Ver. Ruas, esse é um projeto de autoria minha,

dos vereadores Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes, teve amplo debate e discussões tanto em plenário quanto em comissões, porque tinha uma diferença de entendimento sobre o que ele versava, e muita gente entrou em discussão sobre cercamento de parque e praça, enquanto o projeto trata, na verdade, da obrigação de realização de plebiscito para isso. A legislação em vigência determina que qualquer cercamento de parque e praça precisa passar tanto pelo Executivo quanto pelo Conselho do Meio Ambiente, e foi adicionada uma legislação onde exigia plebiscito também para isso. Anos atrás tivemos justamente um debate sobre a Redenção, em específico, que exigia plebiscito para o caso da Redenção e ele não foi operacionalizado, ele não foi feito porque não tinha condições de ser realizado. Se viu que seria impraticável realizar o plebiscito, seja pelo custo ou pela dificuldade da própria Prefeitura de conduzir o processo. Foi na gestão Fortunati e Melo, se não me falha a memória. E nós optamos então por fazer esse projeto de revogar a exigência do plebiscito para justamente permitir, por exemplo, para as modelagens que são feitas hoje para adoção de parques, praças e logradouros, concessões, entre outros, possa se fazer justamente uma modelagem onde equipamentos de alto custo, de alto valor, mobiliários urbanos de alto custo, de alto valor, possam ter, por exemplo, uma parcela deles, e não estou falando sobre compreender, isso vai ser determinação do próprio Conselho do Meio Ambiente e do Executivo, mas de compreender a proteção desses equipamentos com o cercamento. Então, pela lei vigente, precisaria de um plebiscito para poder depois fazer esse entendimento do Executivo e do Conselho do Meio Ambiente, e a gente quer justamente tirar o plebiscito porque ele é impraticável, e, obviamente, respeitando as posições. Eu, particularmente, confesso que não sou favorável ao cercamento de parques e praças, mas considero que a ferramenta do plebiscito é problemática, por isso a gente encaminhou a revogação. Explicando, é disso que trata a matéria, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Eu quero dar a minha contribuição, Felipe. O projeto aprovado, se não me falha a memória, o plebiscito do Parque Farroupilha foi do Ver. Nereu D'Ávila - o diretor Luiz Afonso pode me ajudar -, que aprovou, em 2014 ou 2015, e eu quando presidente da Câmara fui muito cobrado para fazer o plebiscito, e eu fui até o Tribunal Regional Eleitoral, ao TER, tentar achar uma forma de fazer o plebiscito. Conversei, busquei todas as maneiras possíveis para tentar construir o plebiscito e não conseguimos realizá-lo, a Câmara de Vereadores não teve condições de fazer o plebiscito. Busquei auxílio do TRE, marcamos reunião com o presidente do TRE e também não achamos uma metodologia. Então, portanto, Ver. Felipe, eu concordo com o projeto de retirar essa norma do plebiscito porque isso, na verdade, não nos dá alternativa, nós jamais vamos conseguir fazer, nos dias atuais a dificuldade é muito grande, e com isso a gente não vai nem poder ter a discussão de

cercar ou não os parques porque a gente não consegue avançar. Vou votar favorável, acho importante o projeto e parabeno os vereadores autores deste projeto, Felipe, Pablo e o hoje vice-prefeito, Vereador Ricardo Gomes. Era isso. Espero que tenha cooperado com os demais vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Meus colegas vereadores e vereadoras de Porto Alegre e povo que nos assiste na TVCâmara, eu considero esse projeto extremamente temerário, e explico ao povo o porquê. Primeiro porque eu nunca tinha visto na democracia se pedir para tirar plebiscito, tirar do povo o seu direito de escolher diretamente. Para mim, tem jabuti aí! Primeiro que o Camozzato diz “Ah, eu quero tirar o plebiscito, mas não quero cercar parque”. Mas porque então quer tirar plebiscito? Não estou entendendo. $A + B$ é AB , $B + A$ é BA , então uma coisa vem com a outra. E eu quero dizer o seguinte: uma praça, um parque cercado do jeito que nós estamos hoje, com essa insegurança - e não tem segurança real na cidade para caminhar, não tem policiamento. Nós estamos vivendo com efetivo menor da Brigada Militar do que tínhamos na década de 80. Menor! E a população só aumentou. E aí nós vamos cercar um parque, aí daqui a pouco mais estupro, daqui a pouco mais assalto, latrocínio. Ali na Redenção, de noite, quantos assaltos ocorrem porque não tem policiamento? Cerca para ver o que vai ser, as pessoas não vão conseguir nem fugir. Hoje elas conseguem, alguns trabalhadores têm que atravessar o parque porque vão pegar ônibus na Av. João Pessoa, descem, vão pegar na Av. Osvaldo, outros caminhos, vão pelo túnel, enfim, têm que transitar às vezes pelo parque de noite, aí vão cercar o parque. Como é que essas pessoas vão fugir, se o poder público nem segurança está garantindo? É extremamente temerário tirar o plebiscito. Deixa o plebiscito, o povo vai decidir se ele quer ou não cercar o parque ou outra praça, esse é um instrumento do povo, da democracia, onde o povo diretamente vai decidir, e aí as partes interessadas vão buscar o seu convencimento, o que é legítimo. Se alguém quer cercar um parque ou uma praça, é legítimo, mas a população tem que decidir, não é uma coisa dos governantes, da sua cabeça, determina fechar aqui ou fechar ali, cobrar ingresso ou não. Sabe o que tem que fazer, Ver. Camozzato? Um projeto de lei para ter mais segurança, para remunerar melhor os trabalhadores da segurança. Eu acho que é isso que a gente precisa fazer. Vocês falam tanto de parceria público-privada, como trazem isso para debate? Trazem para o debate? Não trazem. Só querem tirar o povo do debate. “Ah, não, o povo não tem que debater, não precisa plebiscito porque é oneroso, é burocratizante”. Se pode argumentar de diversas formas quando se quer tirar o povo dali, tirar o povo da decisão. Eu não quero tirar o povo, eu quero que o povo decida mais, eu quero o Orçamento Participativo, eu quero que o povo venha dizer para nós o que é para a gente fazer. É isso que nós temos que fazer, democratizar mais os instrumentos, usar mais plebiscito

para o povo decidir mais, se o dinheiro é para comprar vacina ou se o dinheiro é para fazer capina; se agora é prioridade dar abono para servidores da saúde ou é prioridade dar benefício aos empresários de transporte. Então eu fico aqui pensando neste projeto de lei, e fico apavorado. Eu gostaria que os colegas pudessem refletir melhor. Medidas que tiram o povo da ordem do dia não podem ter o aval desta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhor Presidente, colegas vereadores, o Ver. Mauro Pinheiro fez um bom relato do que foi este projeto. Neste projeto eu coloquei duas emendas, uma que prevê também o cercamento de outros parques em Porto Alegre, não só da Redenção, e prevê ainda que, quando fechar um parque desses do Centro, feche um parque urbano. Só que o que inviabiliza este projeto... Eu fiz o projeto também de criar o Censo do Autista e barrei na questão eleitoral. Eu consegui avançar fazendo um acordo com a Prefeitura de fazer o censo através dos atendimentos de saúde, educação e assistência social para se chegar ao número de autistas. Tive sorte que o Presidente da República sancionou e no próximo censo terá incluída a questão do autismo. Mas esse cercamento das praças, para fazer um plebiscito, ele se torna inviável, porque alguém tem que pagar plebiscito e o Tribunal não quer pagar. Caberia à Câmara de Vereadores ou ao Executivo pagar esse plebiscito. Teria que ser feito fora de período eleitoral. Então, é uma lei que nós fizemos e que não vai ser cumprida nunca. E nós seguimos o que o Ver. Jonas disse, nós estivemos em várias praças, eu e o Ver. Mauro Pinheiro, que moramos aqui, tem praças aqui que as pessoas não conseguem frequentar. São praças bonitas, mas não conseguem frequentar.

É necessário que se tire esse engessamento. Ninguém está falando nada que se feche ou não se feche, mas estamos falando que não se pode ter um projeto que não seja praticado, porque a lei exige plebiscito e não tem como fazer esse plebiscito. Já fomos informados, já houve dois ou três presidentes da Câmara que procuraram o Tribunal para ver essa questão do plebiscito, houve entidades que também procuraram, e é uma lei inviável.

Então acho que temos que aprovar essa proposta do Ver. Felipe Camozzato, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Ricardo Gomes, porque realmente é uma lei ineficaz. Nós temos uma lei, mas ela não consegue avançar porque não se consegue realizar, concretizar. E nesse período de pandemia, falar em tirar dinheiro público para fazer um plebiscito, que custa muito caro, em que necessitamos comprar vacinas, de ampliação de equipamentos, de ampliação de leitos, aí nós vamos tirar recurso público da Prefeitura, da Câmara ou de alguém que poderia fazer esse plebiscito em vez de comprar vacinas, equipamentos, como esta semana mesmo vimos uma entidade doar em torno de 30 respiradores para a Prefeitura de Porto Alegre. Portanto, acho que é uma lei

que não condiz, que não está sendo colocada em prática e não será colocada em prática porque ela depende de terceiros, e esse terceiro nada mais é do que o Tribunal Regional Eleitoral. Então, encaminho pela aprovação do PLCL n° 008/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n° 008/19.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero dizer que bem se vê que o Ver. Jonas Reis não entende nada de segurança pública, aliás segurança pública que ele tem usado bastante ao longo da sua vida. Ele sabe bem sobre ocupação, sobre invasão. Invadir locais é coisa de pessoas que não fazem o que, dentro da segurança, deve ser feito. Um parque cercado é um parque que tem mais segurança, mas entendo quando o Ver. Jonas fala e reclama de um parque cercado e que pode haver questões de insegurança ali dentro, pois esse é um sistema garantista de defesa de criminoso e vagabundo, que o seu partido, ao longo do tempo, gosta de fazer, dizer, Ver. Jonas, que o esturador é aquele que o seu partido também, muitas vezes, fala que a pedofilia é doença.

Assim vamos falar sobre o que está em pauta. Em pauta está o cercamento dos parques a partir da não obrigatoriedade do plebiscito. Plebiscito este, diga-se de passagem, que em 2005 foi feito um plebiscito no Brasil a respeito do armamento: se os brasileiros gostariam ou não de ter seu armamento. À época, se não me engano, era Presidente o Lula, que mesmo tendo um plebiscito dizendo “não”, que nós não queríamos entregar as armas, esqueceu simplesmente, quis efetivamente retirar as armas de todos os brasileiros. Segurança pública precisa de parques cercados. O policial civil, Ver. Leonel Radde, hoje nosso vereador, sabe bem que um parque cercado tem mais segurança. Mais do que isso, vamos parar com esse garantismo de criminosos e de vagabundos. Porto Alegre merece muito mais. Os parques pelo mundo afora são cercados e eles são muito bem apropriados com esse cercamento. O parque cercado a partir do Município vai dar uma garantia maior de segurança para as pessoas. Enfim, já que as pessoas aqui não querem falar sobre a pauta, que é a retirada do plebiscito para que possamos ter, efetivamente, mais parques cercados, com mais segurança, a gente entende que, muitas vezes, não são todos que compreendem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n° 008/19, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadores e vereadoras, sabe que é bom ficar ouvindo e assistindo a outros vereadores falando e ver o que os colegas escrevem embaixo, os adjetivos que usam, e não cabe a mim repeti-los, mas eu queria dar um exemplo de plebiscito que deu errado, que é aquela grande construção no Estaleiro Só. Houve um plebiscito, o que se pedia era que fosse uma área mista, residencial e comercial. Aí o plebiscito disse “não”, só pode ser comercial. Foi um grande erro. Lembro que o Ver. Airto Ferronato até pediu para fazer um recuo maior entre o prédio e o rio. Nada disso aconteceu, e hoje felizmente estamos construindo um grande hotel, um grande *shopping*, praticamente, onde poderia ter pessoas morando ali também, e não funcionou.

Um lugar em que não precisou ser feito o plebiscito, e se fez cercamento, é o Parque Germânia, que todas as pessoas podem frequentar. Não tem rico, não tem pobre, não tem raça, cor, orientação sexual, todos frequentam o Parque Germânia, só que frequentam nas horas boas do parque, quando as pessoas de bem vão ao parque. Depois se fecha. No outro dia, o parque está limpo, sem depredação. E esse parque não custou nada para o Município, Parque Germânia, que foi doado pela construtora, à época, Goldsztein. Acho que isso é um bom exemplo de parque cercado. Em todo o mundo, até na Venezuela tem uma praça cercada; na Argentina, quase todas as praças, ou muitas delas estão cercadas, na Europa, na França, que a esquerda gosta muito de se exilar por lá, quando aperta em algum lugar, eles vão para a França, muitas praças e parques fechados. Então, isso faz bem para as pessoas de bem frequentarem as praças. Esse importante projeto do Ver. Felipe Camozzato tira a obrigatoriedade do plebiscito, mas não tira a responsabilidade de nós deixarmos esses locais com acesso ao público. Locais que, porventura, sejam transferidos para a iniciativa privada cuidar, eles precisam ter um cercamento para que sejam organizados. Então, Ver. Felipe Camozzato, esse projeto, que tem a sua assinatura, do Pablo Mendes e do vice-prefeito Ricardo Gomes é meritório e importante para que a gente apoie e vote favorável.

Eu queria fazer um reconhecimento ao Ver. Pedro Ruas, quando ele viu que tinha pouca gente para votar o projeto da Ver^a Lourdes Sprenger, ele alertou para transferir por uma sessão. Isso demonstra o cavalheirismo do Ver. Pedro Ruas. Eu o conheço há tempos, é meu amigo, não podia esperar outra coisa dele. Queria fazer esse registro, mas quero pedir para votar a favor do projeto do Ver. Felipe Camozzato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Laura Sito (PT): Sr. Presidente, a fala da Ver^a Comandante Nádia foi extremamente ofensiva, queria fazer o registro nesta sessão, a falta de decoro foi completa, usando termos de baixo calão – vagabundo, defender bandidos, e ainda ousou nos acusar de relativizar crimes de pedofilia –, isso além de ser uma discriminação, mais uma nesta sessão, de *fake news*, é de um baixo nível presente nessa vereadora que, de fato, se enquadra num baixo clero de total desqualificação para estar

neste espaço aqui, representando a população de Porto Alegre. Nós não podemos tolerar o baixo nível nesses termos, como tivemos em mais de um episódio na sessão de hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica o registro. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agradeço as palavras do Ver. Idenir Cecchim, e muito obrigado, Ver. Felipe Camozzato, que gentilmente atendeu ao meu pedido de explicar o projeto. Eu, neste meio tempo, pude analisar melhor. Eu tenho uma posição francamente favorável ao plebiscito. Como deputado, eu lutei muito para fazer um plebiscito em relação à CEEE... (Problemas na conexão.) ...fomos derrotados. (Problemas na conexão.) Acho importante que se possa fazer um trabalho sério nesse sentido... (Problemas na conexão.) ...as pessoas dizem barbaridades, elas não conseguem ter uma divergência sem... (Problemas na conexão.) Temos que ter um diálogo democrático e educado. Acho que temos que ter muito cuidado nesse espaço, isso aí fica muito ruim, acho que a Ver^a Laura Sito tem razão... (Problemas na conexão.) ...importante ponto de desrespeito. Até que ponto existe um debate, até que ponto pode ir o desrespeito... também nas palavras, do que se diz. Na acusação de crime, diretamente... (Problemas na conexão.) ...da difamação, da calúnia, mas, entre os vereadores, existe, apesar da imunidade parlamentar... (Problemas na conexão.) Se a representação do governo vai tratar os partidos de oposição dessa maneira, nós não temos como nos relacionar com o prefeito, porque é a representação dele na Câmara... (Problemas na conexão.)

Eu encaminho contra o projeto... (Problemas na conexão.) ...Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Quero deixar registrado como os vereadores estão se dirigindo à minha pessoa, inclusive mandando “calar a boca, lavar a boca”, que, aliás, é um termo que o Ver. Jonas Reis tem usado bastante na Câmara e que não condiz em gênero, em nenhum momento, com o que nós esperamos dos vereadores daqui. “Lavar a boca”, quero que fique registrado e que o Ver. Jonas Reis comece a retirar isso do seu vocabulário porque não é a primeira vereadora que ele manda “lavar a boca”. Que ele mande lavar a boca dos filhos ou quem ele quiser. Além de outras falas que estão acontecendo no nosso *chat* e que estou printando para que tenhamos depois o mínimo de conversa entre os vereadores. Muito obrigado. Que fique aqui o registro e que a gente possa fazer alguma coisa a respeito disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado, vereadora.

Vereador Jonas Reis (PT): Sr. Presidente, a forma como a Ver.^a Comandante Nádia se dirigiu a mim, citando-me várias vezes no seu discurso, é indecorosa, aliando meu nome a acusações como se todas as pessoas que estão na sociedade pudessem ser acusadas sem provas. Eu gostaria que a Ver.^a Comandante Nádia retirasse as suas palavras do seu discurso, sob prejuízo de incorrer em quebra de decoro. É um desrespeito enorme à minha honra como homem público.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feito o registro. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n° 008/19.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Quero tratar da pauta que acho de extrema relevância para a cidade de Porto Alegre. Mas não poderia deixar de registrar a minha indignação e a minha tristeza também com os rumos que o debate toma no nosso plenário. O Ver. Pedro Ruas acabou de comentar isso. Eu acho uma falta de respeito em algumas intervenções que vimos aqui, principalmente quando estamos falando da liderança do governo, a Ver.^a Comandante Nádia é vice-líder do governo, deveria dialogar com o conjunto dos partidos, com a oposição, mas não faz isso. Sempre utiliza o método de intervenções provocativas, com um tom que instiga o enfrentamento direto não do ponto de vista das ideias, mas vindo com questões que não fazem parte do nosso debate aqui, colocando inverdades, muitas vezes, como fez na sua última intervenção, que foi lamentável.

Agora, eu queria me dirigir também ao Ver. Idenir Cecchim, representante e líder do governo na Câmara, o que você falou sobre a questão da França, da relação da esquerda que, quando aperta, vai para a França... Vereador, o senhor deveria ter respeito à memória do Bona Garcia, que foi homenageado no início desta sessão e que teve que se exilar na França para salvar a sua vida, e, quando retornou ao Brasil, ajudou a fundar o seu partido inclusive. É uma falta de respeito o que o senhor falou, nos remete ao tempo da ditadura, da falta de liberdade de expressão, de organização. É um absurdo isso, lamentável, e espero que vocês, como lideranças do governo, do prefeito Sebastião Melo, que tem dito tanto que gosta de dialogar e conversar com a oposição, com os movimentos sociais, revejam essa postura porque ela não vai contribuir em nada para o debate na Câmara de Vereadores, não vai contribuir em nada para as discussões que a cidade de Porto Alegre necessita neste momento.

Sobre o tema, quero dizer para vocês que temos que ter senso de proporção, por exemplo, o Parque da Redenção, que gosto de chamar assim, porque remete à história dos primeiros habitantes de Porto Alegre que ocuparam aquela área, na antiga colônia africana, negras e negros escravizados, o Parque da Redenção é um patrimônio de Porto Alegre, ele não pertence à Câmara de Vereadores. Acho que dificilmente o próprio Executivo faria uma mudança dessa natureza, sem consultar a população de Porto Alegre e outros tantos da nossa cidade. É fundamental que a gente estabeleça uma discussão. Se o plebiscito não serve para a discussão de cercamento de parques e de

logradouros, como consta na lei neste momento, serve para quê? Quando é para a gente discutir privatização de empresas públicas, como é o caso da CEEE, não tem que ter plebiscito. Quando temos que fazer outras grandes discussões, plebiscito não pode. Parece que o receio é com a expressão consulta popular, com a palavra participação. Qual o problema de chamarmos a população de Porto Alegre para debater questões que remetem à sua história, à sua vivência? Volto ao exemplo do Parque da Redenção, era objeto de disputa dentro desse ponto de vista, grandes questões já foram colocadas. Por exemplo, há alguns anos, se organizava um movimento muito interessante de pequenos comerciantes, de músicos, de artistas da cidade de Porto Alegre que faziam um evento chamado Serenata Iluminada, um evento muito bem organizado. O parque, ao terminar o evento, estava limpo, estava bem estruturado; era ocupado o parque até certo horário da noite, depois era encerrado o evento, uma manifestação ao ar livre, que favorecia o pequeno comércio, por exemplo, os autônomos da cidade de Porto Alegre. O Parque da Redenção, quando tem feiras, de Natal, no fim do ano, à noite, ele é movimentado. É óbvio que existe o problema da violência, o problema da segurança pública, é óbvio que essa é uma questão que nós precisamos lidar, assim como com outras que impedem a circulação de pessoas nos espaços públicos de Porto Alegre, em vários espaços na periferia que estão jogados, sem a devida atenção do poder público também. Nós temos que implorar para cortarem uma grama, para organizarem a iluminação de um parque, isso acontece muito na periferia de Porto Alegre, e remete à forma como a população se enxerga nesse espaço e o ocupa. Não há problema nenhum em a gente instigar participação popular em discussões tão importantes como essa. E digo mais, para finalizar, é um tema que remete também ao Plano Diretor de Porto Alegre, e várias demandas têm sido apresentadas à Câmara de Vereadores que vêm picotando os debates que nós temos que fazer no Plano Diretor, desrespeitando esse espaço de construção sobre o futuro da nossa cidade. E nesse sentido eu acho temerária a proposta que foi apresentada, e não vejo por que ela deva ser aprovada pela Câmara de Vereadores. Temos que respeitar a discussão popular na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandra Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação o PLCL nº 008/19.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro, eu só quero ajudar quem está em casa. Eu, como professor de Direito Constitucional, Pós-Graduação em Direito Público, em Direito Penal e Processo Penal, Planejamento Educacional e Docência de Nível Superior, quero explicar para vocês a diferença entre referendo e plebiscito. O que é o referendo? O referendo vem depois da aprovação da lei, ele vai referendar a decisão da aprovação do Poder Legislativo, o referendo vem depois. O plebiscito é antes, ele é prévio, então, só para trazer à baila essa importante questão para vocês, a diferença entre plebiscito e referendo.

Também quero trazer uma questão importante para vocês... A Ver.^a Laura Sito falou que eu sou professor de Direito Constitucional, a vereadora sempre escreve no *chat*, acho importante a tua participação, mas vamos lá. Eu quero pedir um pouco de respeito aos nossos vereadores, assim como o Ver. Cecchim, que é idoso, e vem se esforçando bastante, e vejo que, por vezes, não está sendo respeitado pelos mais jovens, e também notei que um vereador foi machista e sexista com a Ver.^a Comandante Nádia por ela ser mulher, mandando ela lavar a boca, eu acho que isso foi muito agressivo, eu acho não cabe abrir uma comissão de ética, mas vamos manter a postura, vamos manter a parcimônia e a liberdade, respeitando todo mundo.

Acho importante esse debate sobre o plebiscito, sobre o cercamento de praças e parques. Eu nem vou usar o exemplo da Europa ou dos Estados Unidos, vou usar o exemplo brasileiro aqui, o parque Sarah Kubitschek, em Brasília, é cercado, tem segurança, é limpo, é organizado, é maravilhoso; o parque do Ibirapuera, em São Paulo, que é muito bem organizado também. Por óbvio, eu acho que vai ser analisado cada caso em tela. Mas imaginem uma praça numa periferia de Porto Alegre, num bairro bacana, e uma empresa quer adotar essa praça, quer organizar. A gente sabe que, por muitas vezes... eu vou usar o exemplo da Redenção, então. O que acontece na Redenção? Não vou dourar a pílula. Lá acontecem programas, pessoas fazem sexo por dinheiro, à noite, acontecem estupros, assassinatos, violência, tráfico de drogas, e nós queremos colocar a Guarda Municipal para fazer esse serviço aí. Eu sou favorável à aprovação da polícia municipal. Acho que é importante o serviço que a Guarda Municipal faz, a proteção ao patrimônio. O art. 78 do Código Tributário Nacional, fala sobre poder de polícia, nós temos que colocar a Guarda Municipal para prender, combater os crimes de menor potencial ofensivo, lavrar os termos circunstanciados, e pode começar pelo parque da Redenção se for cercado à noite. Gente, nós tínhamos um bar lá, anos atrás, que era muito bacana, que foi fechado por vários motivos que não vêm ao caso trazer aqui. Mas eu sou favorável sim, faz um *card* aí quem quiser, ao cercamento da Redenção. Acho que até que o Camozzato fala muito bem, parece até o Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele fala muito bonito, eu sou mais direto. Como diz a vereadora, que gosta de... (Problemas na conexão.) ...comigo, vereadora, de auxiliar de serviços gerais para diretor geral da Academia de Polícia Penal do Rio Grande do Sul, ganhamos um prêmio de curso de referência nacional por dois anos, fiz escola da magistratura, sou professor de Direito Constitucional. Eu fui auxiliar de serviços gerais, eu limpei banheiro, limpei chão, fiz cafezinho, eu conheço a teoria com a prática. Eu trabalho há 27 anos, eu tenho moral para falar, eu conheço a cidade. E vou falar para vocês: nós temos que cercar a nossa Redenção e dar uma melhor infraestrutura, inclusive para o parque da Harmonia, que é do lado da Câmara de Vereadores.

A nossa Redenção à noite é uma terra sem lei, estupro, violência, assassinato, tráfico de drogas, a quem interessa isso? A quem interessa essa libertinagem, à noite, na Redenção? Eu sou favorável ao cercamento, e é por isso que, quando for colocado em votação esse projeto do Camozzato para tirar o plebiscito, eu

vou votar a favor. Vou votar a favor e vou fazer campanha a favor do cercamento, está O.k.? Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação o PLCL nº 008/19.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa noite a todos, sou favorável ao projeto, já manifestei, mais de uma vez, que alguns parques e praças, inclusive a fiscalização deles... Eu entendo que a esquerda seja contrária, não são contrários por questões práticas, na verdade, são contra por questões ideológicas. Eles se dizem contrários porque entendem que o cercamento de praças ou qualquer tipo de muro ao redor de órgãos públicos representa o isolamento desses parques e órgãos públicos da sociedade, mas eu entendo que, embora eles tenham um entendimento... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé terá que se conectar novamente.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Acho que tem alguns aspectos que a gente tem que deixar claro, que a Ver.^a Comandante Nádia citou sobre o plebiscito do Estatuto do Desarmamento dizendo que não foi respeitado e tal, o que é uma falácia, isso já tinha que parar, essa mentira tinha que parar de ser propagada. Na verdade, o que aconteceu no Estatuto do Desarmamento foi a seguinte situação: foi feito um plebiscito para se dizer se o comércio de armas prosseguiria ocorrendo ou não, foi determinado que o comércio continuaria, e é o que acontece hoje. E essa mentira foi falada, tantas e tantas vezes, que até ajudou a eleger um presidente da república, porque as pessoas achavam que não poderia ter um armamento, não poderiam comprar um armamento, isso já estava lá no Estatuto do Desarmamento aprovado há muito tempo. Então, é só para deixar isso claro, essa falácia de que o plebiscito foi contra o Estatuto do Desarmamento e, mesmo assim... Não, foi a favor do comércio de armas, mas não falou do estatuto, todas as outras normas do estatuto ficaram preservadas e foram cumpridas. Senão parece que foi uma ilegalidade que ficou acontecendo durante todo esse tempo. Enfim, é só para esclarecer esse ponto.

O segundo aspecto diz respeito ao cercamento de parques. Bom, eu sou contrário ao cercamento de parques, e eu cito o exemplo mais famoso de um parque não cercado, que é o Central Park, que é o parque mais conhecido do mundo. E por que o Central Park não é fechado, um dos argumentos? Porque os arquitetos que estudam essa situação arquitetônica já chegaram à conclusão, em diversas pesquisas, foram fazer uma análise de que cercamentos e muros acabam aumentando a violência na verdade. Por quê? Porque eles tiram a circulação de pessoas, eles não permitem saídas dos ambientes

de forma ágil. Então, por exemplo se a gente tiver o cercamento da Redenção, que foi citado aqui, tecnicamente o que vai acontecer, a gente vai ter lá seis ou setes saídas ou entradas para aquele espaço. Se qualquer ato criminoso acontecer, a rota de fuga daquela pessoa fica totalmente limitada, tem muito mais possibilidade de ela ser presa dentro daquele espaço. Além disso, deverá haver horários de controle, tem uma série de situações que dificultam a operacionalização disso. E também, no entorno desses parques, impossibilita também que as pessoas tenham uma rota de fuga quando ocorrer uma situação nas ruas que circundam esses parques. Então, eu quero dizer que é uma falsa sensação de segurança que dá o cercamento, além de toda essa lógica de privatização do espaço, mas daí vamos entrar, como foi falado, em algum aspecto mais ideológico, do que é público e do que é privado, mas eu estou trazendo aspectos técnicos. Então se fosse algo consensual que o cercamento é algo realmente efetivo contra a violência, o Central Park deveria ser cercado. E o Central Park não foi cercado nem na época da tolerância zero, a teoria das janelas quebradas, que foi aplicada naquela cidade que é exemplo para a direita do mundo inteiro. Não cercaram o Central Park, é um parque que é símbolo, símbolo de limpeza, símbolo de segurança, tem diversos símbolos nesse parque. Claro, a gente não está falando aqui do mobiliário, proteção do mobiliário do Município, mas está falando especificamente sobre cercamento de parques e praças que, em verdade, trazem essa falsa sensação, é um debate populista que, na verdade, não tem um impacto positivo, que dificulta a ocupação desses espaços pela população, que faz um cerceamento, já que gostam tanto de falar, ao nosso direito de ir e vir, que agora tentam... as pessoas que defendem o AI-5, que defendem golpes militares, fechamento do STF, do Congresso, adoram falar no direito de ir e vir, adoram falar de ditaduras e tal, e tudo o que eles querem é implementar uma ditadura, eu não consigo entender isso. Mas, enfim, vamos defender que isso não avance, vamos ser contrários a qualquer cerceamento ao direito de ir e vir da população de Porto Alegre, e que esses espaços permaneçam públicos, que tenham mais iluminação, que tenham mais segurança, mas não através do cercamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação o PLCL nº 008/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Complementando tudo do que se falou sobre cercamento, falamos em parques famosos não cercados, mas nós temos um parque aqui, que é o parque Germânia, que é fechado, com aberturas de pontos em pontos, com um grande movimento, mesmo durante a semana, tem uma espécie de segurança da própria comunidade, ele é muito bem cuidado, e as pessoas se sentem muito bem no parque cercado. Aí falaram no Central Park, mas nós temos também o Hyde Park, em Londres, que é fechado, vamos supor que a partir das 18h a guarda fecha, ninguém mais fica dentro do parque, um parque lindo, frequentado por

turistas de todo o mundo. Então isso é sobre os fechamentos sobre os quais eu não tenho nenhuma contrariedade, porque muitas vezes, além de preservar, por exemplo, se fosse o caso da Redenção, as obras de artes são preservadas, temos vários portões de abertura, não vejo problema. E hoje não estamos falando do cercamento eletrônico, temos muitas metodologias hoje tecnológicas que podem ser acessadas pela própria central da Prefeitura, onde tu observas toda a cidade de ponto em ponto. Então, essa é uma questão de evoluir mais no caso sobre segurança, no caso que o Ver. Bobadra falou sobre tudo o que tem acontecido, e realmente, eu acho que tentar minimizar é somente assim, câmeras, não vai ter segurança para todos os pontos, mas, se for pensar dessa forma, nunca vai se ter um local mais preservado. Em São Paulo, também parques fechados, a gente vê uma maior conservação, menos gasto com depredação do que em um parque totalmente aberto. Acho que o projeto é bom e deixa essa liberdade, não precisa necessariamente ter um plebiscito, que foi criado. Então, sou favorável ao projeto.

Eu quero também complementar, Presidente, rapidinho, dizer que o rumo que estão tomando certas discussões não é bom para ninguém, nós temos também que chamar a atenção, não que as mulheres tenham que ser mais privilegiadas, mas a violência psicológica também é considerada como maus-tratos e violência à mulher. Eu sou Procuradora da Mulher, a Ver.^a Cláudia é minha adjunta, então isso aí é muito delicado, no momento em que começam acusações de ambas as partes, poderá ter um desfecho nada satisfatório. São essas as minhas observações. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está encerrado o prazo regimental. Estão encerrados à Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h45min.)

* * * * *